

MOEMA BRANDÃO DA SILVA

**BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA EAD: PROCESSOS
E TRAJETÓRIAS EM DISCUSSÃO**

BELO HORIZONTE
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UFMG
2014

MOEMA BRANDÃO DA SILVA

**BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA EAD: PROCESSOS
E TRAJETÓRIAS EM DISCUSSÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Informação Cultura e Sociedade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alcenir Soares dos Reis

BELO HORIZONTE
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UFMG
2014

S586b

Silva, Moema Brandão.

Bibliotecas Universitárias na EAD [manuscrito]: processos e trajetórias em discussão / Moema Brandão da Silva. – 2014.
165 f. : il., enc.

Orientadora: Alcenir Soares dos Reis.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Biblioteconomia–Teses. 3. Educação a Distância – Teses. 4. Bibliotecas Universitárias – Teses. 5. Universidades Federais – Teses. I. Título. II. Reis, Alcenir Soares dos. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 02:37.018.43



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

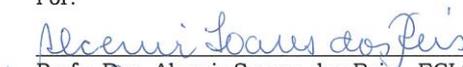
"BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA EAD: PROCESSOS E TRAJETÓRIAS EM DISCUSSÃO"

Moema Brandão da Silva

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "Mestre em Ciência da Informação", linha de pesquisa "Informação, Cultura e Sociedade".

Dissertação aprovada em: 26 de setembro de 2014.

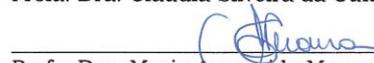
Por:



Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis - ECI/UFMG (Orientadora)

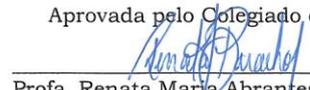


Profa. Dra. Claudia Silveira da Cunha - Grupo Ânima Educação



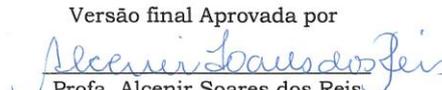
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI



Profa. Renata Maria Abrantes Baracho Porto
Coordenadora

Versão final Aprovada por



Profa. Alcenir Soares dos Reis
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **MOEMA BRANDÃO DA SILVA**, matrícula:
2012733250

Às 14:00 horas do dia 26 de setembro de 2014, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 03/09/2014, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado *Bibliotecas universitárias na EAD: processos e trajetórias em discussão*, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

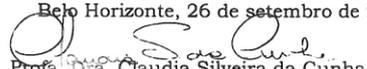
Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis - Orientadora	APROVADA
Profa. Dra. Cláudia Silveira da Cunha	APROVADA
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

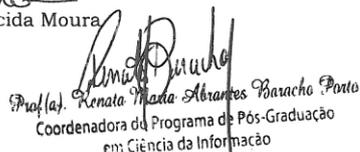
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 26 de setembro de 2014


Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis
ECI/UFMG


Profa. Dra. Cláudia Silveira da Cunha
Grupo Anima Educação


Profa. Dra. Maria Aparecida Moura
ECI/UFMG


Prof(a). Renata Maria Abrantes Baracho Porto
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

Aos meus pais, Amélia e Ovídio.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e pela oportunidade de trabalhar e estudar na UFMG, a qual foi a minha segunda casa, cujo ambiente de trabalho me faz levantar todos os dias com vontade de trabalhar.

À minha família, em especial aos meus pais Amélia e Ovídio, irmãs, irmãos e sobrinhos, por me darem todo o apoio possível e por compreenderem as minhas ausências.

À minha orientadora, Professora Alcenir Soares do Reis, pelo apoio, paciência, ensinamento e contribuições, sem os quais este trabalho não seria possível.

Às minhas amigas do coração, Vânia, Mônica, Mary e Holanda, que, mesmo distante, estão sempre presentes na minha vida.

Aos amigos da Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG, muito obrigada pela torcida.

Ao Marco Lorena Queiroz, pela amizade, companheirismo e dedicação nas horas difíceis.

Aos colegas de Mestrado e Doutorado, por estarem comigo nesta jornada.

A todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização desta dissertação e àqueles que influenciaram a minha formação acadêmica e enriqueceram a minha caminhada profissional.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela, tampouco, a sociedade muda.”
(Paulo Freire)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi apreender os elementos da política institucional e da estrutura tecnológica e de recursos humanos vigentes nos sistemas de Bibliotecas Universitárias das Universidades Federais que ofertam cursos de graduação na modalidade a distância, por intermédio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e analisar como estes aspectos interferem na atuação do bibliotecário na modalidade a distância. Em termos teóricos, o trabalho teve como subsídios a discussão relativa à importância da biblioteca na Universidade, bem como os elementos da modalidade EAD, de forma a estabelecer os aspectos fundamentais para a compreensão da atuação das Bibliotecas Universitárias na educação a distância. A metodologia utilizada consistiu em combinar os elementos da pesquisa quantitativa e qualitativa. A primeira etapa compreende pesquisa exploratória, utilizando informações disponíveis no portal da CAPES, para identificar as Universidades Federais credenciadas pelo MEC que disponibilizam cursos de graduação na modalidade a distância. Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram questionários e entrevistas. De um total de 50 Universidades Federais atuantes em educação a distância, 23 retornaram as questões enviadas via e-mail. Dentre estas, 18 informaram que não atuam de forma estrita na referida modalidade e 5 apresentaram ações diferenciadas no âmbito da EAD. Com base nos resultados obtidos da fase exploratória optou-se por trabalhar com 5 Bibliotecas Universitárias das Universidades Federais: UFMG, UFOP, UnB, UFSC e UFMT. Na segunda etapa, foram entrevistados 5 diretores de bibliotecas, 5 diretores de educação a distância e 1 bibliotecário envolvido na educação a distância e membro do quadro de funcionários de uma das universidades pesquisadas. O resultado da pesquisa demonstrou que a política institucional para a modalidade a distância está em construção e que os direcionamentos em relação às ações orientadas para a participação da biblioteca universitária nesse contexto são incipientes. Destaca-se, também, que a estrutura tecnológica e de recursos humanos utiliza a mesma infraestrutura existente na modalidade presencial da Universidade. Evidencia-se ainda, que o ensino a distância conta com a participação docente em caráter voluntário e apoiado no sistema de bolsa, situação que dificulta a realização de contratos trabalhistas e a criação de vínculos. Os elementos contraditórios identificados que não potencializam a atuação da biblioteca/bibliotecário na educação a distância apresentam-se relacionados com os seguintes fatores: político, pedagógico, operacional, estratégico e cultural. Os resultados indicam a importância de se efetivar maior interlocução entre as Bibliotecas Universitárias e os Centros/Núcleos EAD, bem como a relevância de incorporar a EAD no âmbito da política universitária, viabilizando a garantia de direito e acesso à informação para os graduandos na modalidade EAD.

Palavras-chave: Educação a distância. Bibliotecas. Bibliotecários.
Universidades Federais.

ABSTRACT

The research objective is to seize and analyze the elements of institutional policy, the technological infrastructure and existing human resources in university libraries systems of Federal Universities that offer distance undergraduate courses, through the Open University of Brazil (UAB), and check which elements interfere and limit the role of the librarian in distance education mode. Theoretically the work was caused by the discussion referring to the importance of the library at the University, as well as in distance education mode (EAD), to try and identify the fundamental aspects to understanding University libraries' roles in distance education. The methodology used was to combine the elements of quantitative and qualitative research; the first step consisted of exploratory research using information available on the website of CAPES to identify the Federal Universities accredited by the MEC that offer undergraduate courses in distance mode. The instruments used to collect data were questionnaires and interviews. From a total of 50 active Federal Universities in distance education, 23 returned to questions sent by e-mail; among these 18 reported not act strictly in that mode and 5 showed different actions within the distance education. With the results of the exploratory phase we chose to work with 5 University Libraries of Federal Universities: UFMG, UFOP, UnB, UFSC and UFMT. In the second stage 5 library directors, 5 distance education directors and 1 distance education librarian involved with distance education and a member of staff of one of the universities surveyed were interviewed. The research result showed that institutional policy for distance mode is under construction and the directions in respect of the shares for the participation of the university library in this context are incipient. If this also, that technological and human resource structure using the same existing infrastructure in the University attendance. It is noteworthy that the distance education in its breadth is voluntary and the lack of labor relations do not contribute to the creation of bonds. Identified the contradictory elements that do not potentiate the activity of the library/ librarian in distance education, have to be related to the following factors: pedagogical, political, operational, strategic and cultural. The results indicate the importance of achieving greater dialogue between university libraries and the centers in charge of distance education, as well as the relevance of incorporate EAD under university policy, allowing the guarantee the right and the access to information to the undergraduate in the distance education mode.

Keywords: Distance education. Libraries. Librarians. Federal Universities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBU	Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias
ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AVA	Ambientes Virtuais de Aprendizagem
BC	Biblioteca Central
BUs	Bibliotecas Universitárias
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBU	Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CEAD	Centro de Educação a Distância
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
C&T	Ciência e Tecnologia
CNPq	Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DRCA	Departamento de Registro e Controle Acadêmico
EAD	Educação a Distância
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICT	Informação Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LES	Laboratório de Engenharia de Software
MEC	Ministério da Educação e da Cultura
MOODLE	Modular Object Oriented Distance Learning
NEAD	Núcleo de Educação a Distância
NIED	Núcleo de Informática Aplicada a Educação
PAD	Programa de Apoio Didático
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional

PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNBU	Plano Nacional de Biblioteca Universitária
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
REAs	Recursos Educacionais Abertos
RODA	Repositório de Objetos Digitais de Aprendizagem
SBU	Sistema de Bibliotecas Universitárias
SDbib	Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SESU	Secretaria de Ensino Superior
SGB	Sistema de Gestão de Bolsas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNBUs	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFVJM	Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIREDE	Associação Universidade em Rede
UP	Unidade de Pesquisa do MCT
URJ	Universidade do Rio de Janeiro
USAID	United States Agency for International Development

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Construção de projeto EAD <i>versus</i> competências do bibliotecário	39
QUADRO 2 -	Questões comuns a todos os modelos de cursos.....	56
QUADRO 3 -	Equipe de profissionais na EAD e seus papéis.....	61
QUADRO 4 -	Universidades Federais no Brasil que ofertam cursos de EAD.....	70
QUADRO 5 -	Bibliotecas que não participam diretamente da EAD.....	73
QUADRO 6 -	Relação das IFES que ofertam cursos de graduação a distância....	155
QUADRO 7 -	Apresentação dos entrevistados da pesquisa: diretores.....	161
QUADRO 8 -	Apresentação dos entrevistados da pesquisa: bibliotecários.....	162
QUADRO 9 -	Dimensão 3 – Infraestrutura.....	163
QUADRO 10-	Curso Nacional de Biblioteconomia.....	165

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Biblioteca e bibliotecários na EAD: motivações e desafios	14
1.2	Procedimentos metodológicos	20
1.3	Organização da dissertação	25
2	UNIVERSIDADE, BIBLIOTECA E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	27
2.1	Universidade brasileira e Biblioteca: uma visão sintética	28
2.2	A biblioteca e a EAD	33
2.3	Os bibliotecários e as habilidades exigidas pela tecnologia para a EAD	37
3	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, POLÍTICA INSTITUCIONAL, INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E RECURSOS HUMANOS	42
3.1	Política institucional para a EAD	53
3.2	Estrutura tecnológica na Educação a Distância	55
3.3	Recursos humanos e serviços prestados na modalidade EAD	61
4	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, BIBLIOTECA/BIBLIOTECÁRIOS NO CONTEXTO DA EAD	69
4.1	A construção dos dados 1ª. fase	70
4.2	A construção dos dados 2ª. fase: a EAD e as bibliotecas	77
4.2.1	<i>Experiência e atuação das BUs na EAD</i>	77
4.2.2	<i>A BU na ótica dos diretores de EAD</i>	82
4.3	Modelos e normas acadêmica para a modalidade EAD	89
4.3.1	<i>Normas acadêmicas para a modalidade EAD</i>	91
4.3.2	<i>Construção de normas acadêmicas para a EAD e a biblioteca</i>	93
4.3.3	<i>A Biblioteca e o aluno EAD: diretrizes e normas</i>	94
4.4	Bibliotecas Universitárias e Biblioteca polo: conexões	98
4.5	Organização das equipes EAD e o bibliotecário	110
4.5.1	<i>Direção do ensino de graduação a distância nas Universidades</i>	111
4.5.2	<i>Equipe de Coordenação Pedagógica e de Produção de Material</i>	112
4.5.3	<i>Equipe de Formação</i>	113
4.5.4	<i>Equipe do Ambiente virtual de Aprendizagem</i>	114
4.5.5	<i>A participação e possibilidade de atuação dos bibliotecários na EAD</i>	116
4.5.6	<i>Interação entre a Biblioteca/bibliotecários e os participantes da EAD</i>	123
4.6	Recursos tecnológicos para a EAD e a Biblioteca	126
4.7	Atribuições, desafios e incentivo da Instituição na EAD	130
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
	REFERÊNCIAS	146
	APÊNDICE A- Universidades Federais na EAD	155
	APÊNDICE B- Questões para mapeamento das BUs nas Universidades	157
	APÊNDICE C- Bibliotecários E a EAD - Entrevista	158
	APÊNDICE D- Coordenadores de EAD – Entrevista	159
	APÊNDICE E- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	160
	APÊNDICE F- Apresentação dos participantes da pesquisa: Diretores EAD	161
	APÊNDICE G- Apresentação dos participantes da pesquisa: Bibliotecários	162
	ANEXO A- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância	163
	ANEXO B- Curso Nacional de Biblioteconomia	165

1 INTRODUÇÃO

E não me esquecer, ao começar o trabalho, de me preparar para errar. Não esquecer que o erro muitas vezes se havia tornado o meu caminho. Todas as vezes que não dava certo o que eu pensava ou sentia – é que se fazia enfim uma brecha e, se antes eu tivesse tido coragem, já teria entrado por ela [...] Meu erro, no entanto, devia ser o caminho de uma verdade: pois só quando erro é que saio do que entendo. Se a “verdade” fosse aquilo que posso entender, terminaria sendo apenas uma verdade pequena, do meu tamanho.

(LISPECTOR, 1985, p. 71)

1.1 Biblioteca e bibliotecários na EAD: motivações e desafios

A motivação para a escolha e realização desta pesquisa deve-se à nossa experiência profissional como bibliotecária e tutora do Curso de Capacitação a Distância em Normalização Bibliográfica, da UFMG. Essa atuação é que despertou o interesse pela área e permitiu vislumbrar a Educação a Distância (EAD) como um campo profissional em que o bibliotecário pode atuar de diversas maneiras, requerendo, porém, que, para incorporar essa dimensão profissional, é necessário perceber e assumir esse espaço.

Contudo, existem questões na atuação do bibliotecário que requerem reflexões mais aprofundadas, já que a modalidade está presente há algum tempo nas Universidades Federais. Não obstante a importância da atuação da Biblioteca em projetos orientados para a EAD, o que a literatura revela é que sua participação é ainda embrionária e que, na prática, não se encontra plenamente priorizada tanto pelas Bibliotecas Universitárias¹ quanto pelos cursos a distância.

Vale ainda acrescentar que, com o avanço e a expansão dos cursos a distância no País, torna-se importante identificar o papel da Biblioteca e do profissional bibliotecário, haja vista que se constituem como elementos essenciais ao suporte pedagógico e informacional dos cursos oferecidos naquela modalidade. Em função desta nova realidade, torna-se relevante contar com o apoio das instituições nas quais os cursos estão inseridos, de forma a ampliar as possibilidades de atuação das Bibliotecas e de seus profissionais.

Acrescenta-se, ainda, que as Bibliotecas Universitárias precisam ir além do seu público de ensino presencial, para atender os alunos dos cursos a distância que se relacionam ao processo de aprendizagem baseada nas possibilidades virtuais, mas que, no plano concreto, são alunos reais, e não virtuais, e, como tal, apresentam necessidades de informação e precisam ser atendidos em suas especificidades e singularidades. Com isso, o bibliotecário, responsável pela administração da biblioteca, depara-se com

¹ O termo *Biblioteca Universitária* está sendo utilizado na dissertação no sentido de representar as bibliotecas existentes dentro das Universidades e que têm a função específica de atender o ensino, a pesquisa e a extensão. Dessa forma, podem estar organizadas em Sistemas de Bibliotecas, Biblioteca Central e Bibliotecas Setoriais, dentre outras.

diferentes desafios: de um lado, estender o suporte informacional e pedagógico aos alunos dos cursos a distância; e de outro, criar serviços a partir das novas demandas apresentadas.

É oportuno ainda destacar que a Educação a distância (EAD) “[...] é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente, e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior.” (MEC, 20--)².

A EAD inicia-se no Brasil no século XX, com cursos profissionalizantes. A década de 90 marca o período da revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o início efetivo da EAD nas instituições de nível superior.

A EAD foi reconhecida formalmente pela lei 9.394/96 (LDBEN), que define as formas de credenciamento de instituições, regulamentação, produção, controle, avaliação e condições operacionais para a sua implementação. Esse novo cenário impõe novas abordagens e reestruturações, principalmente, no ensino superior.

A Biblioteca Universitária, inserida nesse contexto, é confrontada com as necessidades desta modalidade de ensino e é chamada a participar deste processo, buscando alternativas para apoiar a aprendizagem a distância, desenvolvendo meios para que no modelo tanto presencial quanto de EAD a comunidade acadêmica tenha acesso igualitário à informação. Neste aspecto, a importância de parcerias com os Centros/Núcleos de Educação a Distância torna-se fundamental, a medida em que contribuirá para promover maior integração e possibilidades de atuação das Bibliotecas Universitárias no desenvolvimento de ações que viabilizem uma participação efetiva e a criação de projetos capazes de contribuir para a qualidade dos cursos de graduação a distância.

² Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12823:oque-e-educacao-a-distancia&catid=355&Itemid=230> Acesso: 17 ago. 2014.

Em termos da realidade atual, é possível afirmar que o período é de mudanças significativas nas Instituições de Ensino Superior (IES), o que torna destacado a seguinte afirmativa:

o elemento-chave será a capacidade das universidades, em especial, suas bibliotecas, assimilarem os novos paradigmas. É vital entender que o desafio da mudança não seja visto como uma ameaça mortal, mas uma oportunidade para renovação do ensino superior e sua biblioteca (CUNHA, 2000, p. 88).

As IES vêm recebendo uma demanda crescente em EAD, e isso tem feito com que revisem sua forma de trabalho, promovendo melhor adaptação à realidade e investindo na demanda de qualificação. Como forma de contribuir para o desenvolvimento e progresso do País.

A participação das Bibliotecas no contexto da EAD é importante para garantir o padrão de qualidade dos cursos, por meio do acesso aos recursos pedagógicos e informacionais. Concomitantemente, é fundamental que seus programas possam usufruir dos recursos adequados ao ambiente virtual.

Antes de prosseguir na discussão da fundamentação teórica, vale explicitar que, em decorrência das reflexões de Silva e Reis, com vistas a precisar teoricamente os elementos que se encontram imbrincados na função bibliotecária e tendo por objetivo torná-los norteadores, identificou-se a importância de definir os conceitos de suporte pedagógico e informacional diretamente relacionado às atividades desempenhadas pelo profissional bibliotecário. Tais conceitos se complementam e foram explicitados em separado para demarcar as formas de atuação do bibliotecário com base no suporte informacional, que abrange os aspectos de seleção, tratamento e disponibilização da informação. Já o suporte pedagógico relaciona-se com a função do bibliotecário em termos educativos, com o objetivo de capacitar e habilitar os usuários para que tenham condições de desfrutar da informação disponibilizada, contribuindo para que se tornem independentes. A preocupação com a definição dos conceitos foi torná-los norteadores para a análise das Bibliotecas Universitárias e da EAD, sendo estes formulados nos seguintes termos:

Suporte pedagógico: conjunto das atividades e estratégias concebidas e realizadas pela Biblioteca/bibliotecário que busca a apreensão, seleção e avaliação da informação, com

vistas a propiciar e contribuir para que os usuários tenham acesso a ela e adquiram e desenvolvam conhecimentos, competências, atitudes e valores que os capacitem a atuar de forma crítica e autônoma no uso e trato dos recursos informacionais.

Suporte informacional: somatório dos recursos informacionais disponibilizados em meios impressos ou digitais resultantes do trabalho/ação do bibliotecário, o qual permite consolidar e reunir os diferentes assuntos organizados, catalogados e disseminados, com o objetivo de viabilizar a recuperação e a disseminação da informação.

Na medida em que essas dimensões não são dissociadas, é possível nomear estas ações como “suporte pedagógico e informacional”.

Na realidade, o bibliotecário, enquanto ator importante no processo de ensino-aprendizagem deve auxiliar o usuário na pesquisa, localização de fontes de informação, orientação do uso adequado da tecnologia e trabalho colaborativo entre instituições e pares. Isso permitirá maior autonomia dos usuários em acessar documentos no formato digital, tais como: artigos de periódicos, resenhas, capítulos de livros, *e-books*, diferentes tipos de bases de dados, redes sociais e fóruns temáticos.

Para atender os usuários na modalidade EAD, é fundamental uma orientação direcionada às Bibliotecas da Instituição, para tornar pública e formalizada a necessidade de atendimento e oferecimento de suporte pedagógico e informacional adequados para o aluno *off campus*. Ressalta-se, também, a importância de um relacionamento mais próximo com as Bibliotecas polo no que diz respeito à necessidade de suprir os alunos de informação.

De forma concreta, a Biblioteca, inserida no contexto acadêmico, tem por finalidade apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com a disponibilização de cursos na modalidade a distância, torna-se importante saber como as Bibliotecas Universitárias das Universidades Federais estão se estruturando para atender às demandas dos cursos de graduação apoiados neste modelo. Vale também acrescentar que os alunos da educação tradicional e da EAD têm direitos de usufruir dos mesmos recursos pedagógicos e informacionais disponibilizados pelas IES.

Vale lembrar que as IES foram estruturadas e organizadas para promover o atendimento à educação presencial. No entanto, a oferta de cursos nesta modalidade é uma realidade e exige adequações para sua estruturação no ambiente organizacional das universidades (ARAÚJO; FREITAS, 2013).

No Brasil, os critérios para atendimento aos alunos de curso a distância são estabelecidos pelo Ministério da Educação, por meio do documento *Referenciais de Qualidade na Educação a Distância* (BRASIL, 2007, p. 19), no qual se apresentam as condições para o funcionamento de bibliotecas em polos presenciais de ensino (MATTOS FILHA; CIANCONI, 2010).

[...] devem possuir acervo atualizado, amplo e compatível com as disciplinas dos cursos ofertados. Seguindo a concepção de amplitude de meios de comunicação e informação da educação a distância, o material oferecido na biblioteca deve ser disponibilizado em diferentes mídias. É importante, também, que a biblioteca esteja informatizada, permitindo que sejam realizadas consultas on-line, solicitação virtual de empréstimos dos livros, entre outras atividades de pesquisa que facilitem o acesso ao conhecimento. Além disso, a biblioteca deve dispor em seu espaço interno de salas de estudos individuais e em grupo (BRASIL, 2007, p. 25).

Para possibilitar o acesso à bibliografia mais completa, o documento recomenda a interação entre polos e bibliotecas da sede da IES, com base no sistema de empréstimo automatizado (BRASIL, 2007). Nesse aspecto, o documento não apresenta maiores detalhes em relação às diretrizes para a formação de parcerias, deixando em aberto quais procedimentos seriam essenciais para essa articulação.

Em relação à avaliação dos cursos de graduação a distância, o documento *Instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial e a distância*, disponível no site da CAPES, orienta sobre os conceitos atribuídos e as respectivas dimensões de avaliação. Ele oferece subsídios para a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento para os cursos com os graus de tecnólogo, licenciatura e bacharelado na modalidade presencial ou a distância. A dimensão 3, “Infraestrutura”, apresenta os itens a serem observados em relação à Biblioteca, a saber: item 3.6 – Bibliografia básica; item 3.7 – Bibliografia complementar; 3.8 Periódicos especializados. Os indicadores apresentam os conceitos de 1 a 5, descritos no Anexo A.

“O conceito do curso (CC) é calculado, pelo sistema e-MEC, com base na média aritmética ponderada dos conceitos das dimensões, os quais são resultados da média aritmética simples dos indicadores das respectivas dimensões.” (BRASIL, 2012, p. 2).

Os pesos atribuídos para cada dimensão, relativos a autorização, reconhecimento e renovação do curso são distribuídos da seguinte forma: organização didático-pedagógica, 30; corpo docente e tutorial, 30; e infraestrutura, 40. Para reconhecimento e renovação de curso as dimensões relacionadas a organização didático-pedagógica, peso 40; corpo docente e tutorial, 30; e infraestrutura, 30. (BRASIL, 2012).

Para que a avaliação ocorra de forma positiva, é importante que o bibliotecário trabalhe em conjunto com os coordenadores/professores, visando atender às exigências apresentadas no instrumento de avaliação, com vistas a conseguir uma boa conceituação, contribuindo para o padrão de qualidade dos cursos ofertados e a participar da finalidade maior, que é fornecer recursos informacionais que permitam aos estudantes ter acesso a uma educação de qualidade.

Nesta perspectiva e em face da preocupação quanto às potencialidades de atuação da Biblioteca na modalidade EAD, colocou-se a seguinte questão para a pesquisa:

Quais são os elementos da política institucional, da estrutura tecnológica e de recursos humanos vigentes nas Bibliotecas Universitárias das Universidades Federais (UFMG, UFOP, UnB, UFSC, UFMT) que interferem e limitam as ações – em termos das Bibliotecas e dos bibliotecários – no âmbito dos cursos de graduação na modalidade de EAD?

Para a efetividade da pesquisa, foram definidos os objetivos geral e específicos.

Objetivo geral

Apreender e analisar os elementos da política institucional, da estrutura tecnológica e de recursos humanos vigentes nas Bibliotecas Universitárias das Universidades Federais (UFMG, UFOP, UnB, UFSC, UFMT) que interferem e limitam as ações – em termos

das bibliotecas e dos bibliotecários – no âmbito dos cursos de graduação na modalidade de EAD.

Objetivos específicos

- a) Detectar se há nas Bibliotecas das Universidades selecionadas norteamentos quanto às diretrizes, às normas e às indicações de seus objetivos e se estes contemplam a modalidade EAD;
- b) Apreender as disponibilidades de estrutura tecnológica implantada e/ou proposta/projeto de ampliação dos mesmos para dar conta da necessidade de EAD;
- c) Identificar e descrever como se apresenta a participação dos bibliotecários na modalidade EAD;
- d) Mapear os serviços prestados pelas Bibliotecas selecionadas para a pesquisa, a fim de identificar a convergência e as compatibilidades entre as exigências para a EAD e a realidade das Bibliotecas;
- e) Analisar de que forma o somatório das diretrizes políticas, da estrutura tecnológica e dos recursos humanos disponíveis institucionalmente no contexto das Bibliotecas das IFES selecionadas contribuem e potencializam a atuação das Bibliotecas/bibliotecários.

Para o desenvolvimento do trabalho, utilizaram-se os aportes da pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo, com o objetivo de compreender e analisar os fatores que interferem/limitam a atuação dos bibliotecários nas Bibliotecas Universitárias das IFES na modalidade de EAD.

A pesquisa foi realizada em duas etapas. A primeira, de caráter exploratório, forneceu subsídios para a segunda etapa, de caráter qualitativo. As especificações e os procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa encontram-se indicados no tópico referente à metodologia.

1.2 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa utilizou aportes quantitativos e qualitativos, de forma a compreender e analisar os fatores que interferem/limitam a atuação dos bibliotecários nas Bibliotecas

Universitárias das IFES na modalidade de EAD. Para fazê-lo, estabeleceu-se como aspecto relevante para a análise apreender os elementos intervenientes na referida questão em termos das dimensões da política institucional, da estrutura tecnológica e de recursos humanos.

Na primeira etapa da pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico relativo à área e procedeu-se à sistematização teórica correspondente às áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Educação a Distância, buscando consolidar os diferentes aspectos em relação à articulação dos Sistemas de Bibliotecas Universitárias no âmbito da EAD.

Com o foco na dimensão quantitativa, fez-se também o levantamento das Universidades credenciadas pelo MEC, com base no mapeamento das instituições, obtendo-se um total de 50 Universidades que ofertam curso de graduação (bacharelado e licenciatura) na modalidade de EAD. A identificação foi realizada de acordo com a sua organização acadêmica e a classificação foi feita com foco nas Universidades, categoria administrativa em nível federal, realizado via portal da CAPES/MEC³.

Após o levantamento das Universidades no site da CAPES foi solicitado à UAB via e-mail, a validação dos dados, conforme apresentado a seguir.

O número de universidades federais credenciadas para oferta de cursos na UAB, de fato são 50 [...]. Existem algumas [Universidades] que ainda não ofertam cursos UAB, mas já solicitaram credenciamento para iniciar cursos à distância. São elas: UFAC (Universidade Federal do Acre); UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará) que já ofertam o mestrado profissional PROFMAT e UFCG (Universidade Federal de Campina Grande); Estas três últimas ainda não aparecem no nosso sistema (UAB, 2013)⁴.

Com base nesse levantamento, optou-se por acessar o site de cada Universidade Federal e identificar, por meio do portal da Biblioteca, as informações relacionadas à modalidade EAD. Os dados foram reconfirmados por meio de contato direto com as instituições identificadas como atuantes em EAD. A partir das informações obtidas,

³ A CAPES é uma agência federal vinculada ao Ministério da Educação e foi fundada em 1951. Sua missão é apoiar a capacitação de recursos humanos por meio da educação universitária e da capacitação científica. As principais atribuições estão em avaliar, certificar e financiar os cursos de pós-graduação brasileiros e, também, planejar políticas para a qualificação de pesquisadores e professores.

⁴Confirmação via e-mail - uab@capes.gov.br - do total de Universidades Federais no Brasil que ofertam cursos de graduação na modalidade a distância.

percebeu-se a necessidade de destacar alguns pontos considerados relevantes, tendo por objetivo evidenciar a participação das Bibliotecas.

Em face das indagações e dos questionamentos da pesquisa, enviou-se um questionário visando obter dados qualitativos, centrados nos seguintes aspectos: norteamentos políticos para a EAD no que se refere à participação do bibliotecário no estabelecimento das normas e orientações; processo de interação entre equipes (bibliotecários, equipe técnica e tutores); diretrizes relativas ao acervo (processo de aquisição, controle patrimonial, processamento técnico e circulação de materiais); interconexão entre bibliotecários e equipe de atendimento nos polos.

Após receber o retorno das Bibliotecas que aceitaram participar respondendo às questões enviadas, procedeu-se a realização das seguintes etapas:

- a) exploração do material coletado;
- b) leitura compreensiva do material obtido;
- c) interpretação dos resultados.

Destaca-se que as Bibliotecas das Universidades Federais (UFMG, UFOP, UFVJM, UnB e UFSC) apresentaram ações com relação à modalidade EAD na fase exploratória da pesquisa. Os resultados da fase exploratória serviram de subsídios para a segunda etapa da pesquisa. Com isso, decidiu-se realizar a etapa seguinte da pesquisa nessas universidades.

A segunda etapa da pesquisa foi realizada com base em sua dimensão qualitativa. Teve como propósito obter informações, por meio de entrevistas, dos diretores de EAD, dos diretores de bibliotecas e do bibliotecário envolvido com programas de EAD. Optou-se por realizar entrevista semiestruturada em cinco Universidades Federais cujas Bibliotecas Universitárias apresentaram ações na fase exploratória. No entanto, não foi possível a realização em todas as Universidades, devido à falta de retorno das solicitações e da greve nas Universidades Federais no período da pesquisa. As instituições que aceitaram participar da fase qualitativa da pesquisa foram: UFMG, UFOP, UFSC, UnB e UFMT.

A definição das IES justifica-se porque quatro delas informaram na pesquisa exploratória o envolvimento com a modalidade EAD. A UFVJM não participou da segunda etapa da pesquisa em decorrência de dificuldade de contato, justificada em razão da greve. A UFMT também não participou da fase exploratória da pesquisa, mas a sua escolha justifica-se pelo seu histórico com a modalidade e por ser responsável pela primeira experiência de curso de graduação a distância no País (1995).

A definição da quantidade de sujeitos que integram a amostra da fase qualitativa apoiou-se no resultado da fase exploratória da pesquisa. Quanto à apresentação dos dados, optou-se por manter o anonimato dos entrevistados, sem comprometer a compreensão da problemática das Bibliotecas em cada IFES.

Para a coleta de dados, adotou-se a entrevista semiestruturada, cujos roteiros encontram-se nos Apêndices C e D. Este tipo de entrevista é muito utilizado em pesquisas qualitativas porque permite o aprofundamento em tópicos caso o pesquisador necessite esclarecer determinadas questões, contribuindo para a exploração das dificuldades e percepções.

Foram realizadas 11 entrevistas, assim distribuídas: 5 diretores de EAD e 5 diretores de Bibliotecas Universitárias e 1 bibliotecário diretamente envolvido com a EAD.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, sendo lidas várias vezes para a apreensão do sentido e a efetividade da análise das informações. Concomitantemente, as gravações foram escutadas várias vezes, com o objetivo de apropriar-se dos elementos referentes à entonação e aos silêncios presentes nos discursos dos entrevistados. Além disso, nos trechos de falas transcritos ao longo desta pesquisa, preservou-se o anonimato. Os depoimentos são apresentados no texto em formato de citação longa. Os termos e/ou palavras enfatizadas por eles durante os relatos, denotando, a partir da visão da autora da dissertação, uma dimensão de emoção em função do fato relatado, encontram-se destacados em *itálico*.

Nos apêndices F e G, apresenta-se uma síntese dos participantes, em função do anonimato dos sujeitos da pesquisa, que serão identificados da seguinte forma:

- Os diretores responsáveis pelas administrações dos Centros/Núcleos de EAD, em número de cinco, estão identificados como especificado a seguir: En. – Entrevista; D – Diretor mais a região geográfica em que se localiza a instituição. Assim, as identificações serão as seguintes: En. D1/CO, En. D2/S, En. D3/SD, En. D4/CO e En. D5/SD;
- Os bibliotecários responsáveis pelas Bibliotecas Universitárias, em número de cinco, e um bibliotecário de uma unidade acadêmica de uma das instituições pesquisadas, estão identificados como especificado a seguir: En. – Entrevista; B – Bibliotecário mais a região geográfica em que se localiza a instituição. Assim as identificações serão as seguintes: En. B1/SE, En.B2/SE, En.B3/S, En.B4/SE, En.B5/CO e En.B6/CO;.
- Como a biblioteca da UFVJM participou apenas da fase exploratória da pesquisa, sua identificação encontra-se representada da seguinte forma: En. B0/SE.

Destaca-se que toda a coleta de dados foi realizada pela pesquisadora, bem como a transcrição das entrevistas, e que estas ocorreram entre os meses de março e abril de 2014. O tempo de duração das entrevistas foi, em média, de 30 minutos para cada entrevistado.

A análise do resultado das entrevistas buscou, a princípio, captar subsídios no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005), para a organização e tabulação dos dados qualitativos. A técnica do DSC, conforme defendido pelos autores, de forma geral, consiste em reunir em pesquisas sociais empíricas, sob a forma de discursos únicos, redigidos em primeira pessoa do singular, os conteúdos dos depoimentos semelhantes. Dessa forma, por estarem organizados num único discurso e redigidos na primeira pessoa do singular, apresentam-se com o prisma de coletividade (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005). Por meio dessa técnica, buscou-se analisar o material verbal, extraído dos depoimentos, com base no levantamento das ideias centrais ou das ancoragens e as correspondentes expressões-chave, que são trechos de transcrições literais do discurso, os quais retratam a essência do depoimento. A estratégia utilizada consistiu na leitura das respostas e na identificação de uma expressão ou conceito que apresentasse a essência do aspecto demarcador da resposta. Este recurso foi utilizado

para definir as categorias. Foram analisadas as respostas de dois questionários submetidos aos diretores de EAD e aos diretores de Bibliotecas Universitárias. Posteriormente, constatou-se a necessidade de fazer o cruzamento dos depoimentos dos segmentos envolvidos, para a condensação e sistematização das respostas. Nesta fase, observou-se que o número definido de categorias e subcategorias precisava passar por modificações. Então, várias revisões críticas foram realizadas. Os dados foram redimensionados no formato de eixos temáticos que traduzissem os pontos fundamentais da pesquisa. Estes foram apresentados da seguinte forma: 1) Experiência e atuação da Biblioteca Universitária na EAD; 2) Políticas Institucionais na EAD; 3) Bibliotecas Universitárias e Bibliotecas Polos: conexões; 4) Organização da equipe EAD e o Bibliotecário; 5) Recursos tecnológicos para a EAD e a biblioteca; 6) Atribuições, desafios e incentivo da Instituição na EAD. A partir da definição dos grandes eixos, foi possível construir os subeixos temáticos, cada vez mais específicos em relação ao objeto da pesquisa, em torno dos quais eles foram organizados. A definição deste formato seguiu o modelo de grade mista, sustentado por Laville e Dione (1999), fundamentadas nos conhecimentos teóricos e no quadro operatório. O resultado da ordenação do material passou pela interpretação dos fragmentos dos discursos dos entrevistados, organizados em torno dos eixos temáticos, e do cruzamento deste material com o referencial teórico. Com isso, o texto foi construído buscando articular a fala dos participantes, promovendo um diálogo entre os atores e aproximando respostas similares, complementares ou divergentes. Isso permitiu apontar aspectos recorrentes, concordâncias, contradições e divergências. Dessa forma, foi possível perceber a natureza das relações estabelecidas dentro do contexto e a forma como os participantes percebiam as questões tratadas.

1.3 Organização da dissertação

Os desdobramentos da pesquisa, a partir dos dados consolidados e da especificação dos procedimentos adotados, encontram-se descritos em cinco capítulos, incluindo esta *Introdução*, que fornece um panorama da pesquisa, na qual se apresentam a questão de investigação, os objetivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos para o seu desenvolvimento.

No capítulo 2, *Universidade, Biblioteca e a Educação a Distância* - descrevem-se os elementos da instituição universitária e da biblioteca, colocando em destaque sua historicidade, dificuldades e avanços. Abordam-se também, os desafios interpostos pela EAD para as Bibliotecas Universitárias e os bibliotecários.

No capítulo 3, *EAD, Política Institucional, Infraestrutura Tecnológica e Recursos Humanos* – focaliza-se o histórico da EAD em termos conceituais e de sua situação brasileira, bem como, os desafios interpostos pela EAD no que se refere às dimensões da política institucionais, da estrutura tecnológica e de recursos humanos.

No capítulo 4, *Educação a distância, bibliotecas e bibliotecários no contexto da EAD* – que corresponde à primeira e à segunda fase da pesquisa, relatam-se à articulação e os procedimentos adotados no tratamento dos dados obtidos e indicam-se as estratégias de análise. Tomando como base o referencial teórico, isso permitiu apontar as questões centrais reveladas pela pesquisa.

No capítulo 5, *As Considerações Finais* – salienta-se a importância de considerar que a modalidade EAD constitui um profícuo campo profissional e que tanto as Universidades quanto as Bibliotecas Universitárias estão sendo chamadas a responder a este desafio.

2 UNIVERSIDADE, BIBLIOTECA E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A missão das Universidades consiste em preparar cidadãos capazes de responder aos desafios e exigências colocados pela Economia do Conhecimento. A sua concretização depende da introdução de mudanças e melhorias. Decorrem, entre outros, dos seguintes aspectos: restrições financeiras com que se confrontam as instituições de Ensino Superior, exigências da sociedade em termos de resultados e de produtividade, algum criticismo quanto às políticas para o Ensino Superior, aumento no número de estudantes neste nível de ensino bem como a sua crescente diversidade, competição à escala internacional, impacto das tecnologias de informação e alteração nos padrões de acesso, envolvimento e expectativas dos estudantes. Numa economia baseada no conhecimento, a produtividade e a competitividade dependem da capacidade das organizações para processar informação de forma eficiente e para produzir conhecimento. O bem-estar da sociedade depende da qualidade da educação e da formação e da integração da totalidade da população neste sistema. As instituições de Ensino Superior devem preparar os seus diplomados com as competências, conhecimentos e resultados de aprendizagem que promovam o desenvolvimento individual e de que a sociedade necessita para garantir o desenvolvimento econômico, social e cultural. Assim, o enfoque na educação está a mudar, deslocando-se dos resultados do ensino para a aprendizagem em si mesma, maximizando os esforços dos aprendentes. Os bibliotecários são um componente fundamental neste novo modelo de ensino aprendizagem, pois possuem as competências e o conhecimento necessário para adaptar as Bibliotecas Universitárias ao novo ambiente de aprendizagem.

(AMANTE; PLACER; COSTA, 2009, p. 2).

2.1 Universidade brasileira e Biblioteca: uma visão sintética

O Brasil foi o último país da América Latina em que se deu o surgimento da Universidade, em decorrência dos processos históricos e da lentidão do desenvolvimento da sociedade, caracterizando uma situação de dependência cultural. Dados da literatura educacional revelam que os primeiros cursos surgiram em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, e foram inspirados em métodos franceses (DE DEUS, 2011). Em termos concretos, as Universidades são fenômenos recentes da cultura brasileira, devido ao tipo de colonização, sendo peculiar a falta de tradição na utilização de livros e bibliotecas (MIRANDA, 1980)⁵.

A criação da Universidade no Brasil foi marcada, inicialmente, por grande resistência, por parte de alguns atores, haja vista que, mesmo sendo a sede da Monarquia, efetivou-se apenas o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante. Na realidade, várias tentativas sem êxito ocorreram durante um longo período, no contexto tanto colonial quanto no monárquico. Isso caracteriza uma política de controle por parte da Metrópole em relação a qualquer iniciativa de independência cultural e política da Colônia (FÁVERO, 2006).

A mudança da família real para o Brasil ensejou a criação, por meio de decreto de 18 de fevereiro de 1808, do Curso Médico de Cirurgia da Bahia. No mesmo ano, instituíram-se o Hospital Militar do Rio de Janeiro e a Escola de Anatômica, Cirúrgica e Médica. Outras ações colaboraram para a instalação, no Rio de Janeiro e na Bahia, “de dois centros cirúrgicos, matrizes das atuais Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA)” (FAVERO, 2006, p. 20).

Em termos históricos, vale destacar que em 1901, o presidente Campos Sales aprovou o *Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário Dependentes* do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que regulamentava os cursos de Medicina, Direito, Engenharia e Minas, além de efetivar a existência de bibliotecas e disciplinava, no capítulo dezenove, seu funcionamento, nos seguintes termos: “haverá em cada

⁵ Originalmente publicado pela CAPES/MEC em 1989 e 1979. Apresentado no SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 1, Niterói, UFF, 23-29 julho 1978.

estabelecimento uma biblioteca, destinada especialmente ao uso do corpo docente e dos alunos, mas que será franqueada a todas as pessoas decentes que ali se apresentarem.” (LEMOS; MACEDO, 1974, p. 167 *apud* BRASIL, 1959)⁶.

Surgiram como instituições livres: a Universidade de Manaus, em 1909; a Universidade de São Paulo, em 1911; e a Universidade do Paraná, em 1912 (FÁVERO, 2006). Destaca-se que somente em 1915, por meio do decreto n. 11.530, o qual dispõe sobre a instituição de uma Universidade, é que o Governo Federal, no seu art. 6º, determinou, quando achasse conveniente, a reunião das Escolas Politécnicas e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito. Em 7 de setembro de 1920, por meio do decreto n. 14.343, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) foi instituída pelo presidente Epitácio Pessoa. Com isso, a primeira Universidade oficial foi criada, como resultado da justaposição das três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características (FÁVERO, 2006).

O período de 1934 a 1964 foi de crescimento da Universidade brasileira. Em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - n. 4.024, que distribuiu o sistema de ensino em: ensino pré-primário, ensino primário, ensino médio e ensino superior, mas não apresentou nada significativo em relação às Bibliotecas.

Em 1963, as BUs aparecem como uma condição para a regulamentação dos cursos, conforme explica Lemos e Macedo (1974, p. 168): “[...] desde 1963 o Conselho Federal de Educação incluía entre os requisitos que um curso superior deveria satisfazer para obter reconhecimento, era a existência de uma biblioteca.” Em 1964, no âmbito da ditadura, houve grande mudança no ensino superior, na tentativa de acabar com a crise, traduzida pela aliança do Ministério da Educação e Cultura com a United States Agency for International Development (MEC/USAID), em que o Brasil receberia assistência técnica e financeira para implementar a Reforma Universitária, o que introduziu uma série de mudanças no ensino superior.

⁶ BRASIL. Leis, decretos, etc. Códigos dos institutos oficiais de ensino superior. In: PESSOA, Epitácio. *No Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959, p. 547-597 (Obras Completas de Epitácio Pessoa, 5).

Sob a égide do governo militar foi introduzida uma série de mudanças, destacando-se o decreto lei n. 252, de 1967, que restringia a participação dos estudantes nas decisões universitárias, e a Lei da Reforma Universitária – Lei no. 5.540/68, que estabeleceu os princípios da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa como elementos em igualdade de condições, acrescentando obrigatoriamente: graduação, cursos de pós-graduação, extensão, aperfeiçoamento e especialização exclusivamente nas Universidades. Ressalta-se que estas leis não mencionavam especificamente as Bibliotecas Universitárias, mas, de forma indireta, por fazerem parte de um todo, entende-se que estas precisavam acompanhar as mudanças (FERREIRA, 1980).

Gico (1990) esclarece que, embora as BUs não tivessem sido citadas de forma explícita, apontamentos relevantes foram registrados nos relatórios produzidos pelos pesquisadores estrangeiros e entregues ao governo. Entre as observações priorizadas destaca-se a importância de que todas as unidades deveriam estar reunidas ao centro do campus, sendo necessária a intervenção na constituição e institucionalização da Biblioteca Central como órgão suplementar, além de prever, como exigência a constituição da biblioteca para que houvesse autorização e reconhecimento do funcionamento dos cursos universitários.

A reforma de 1968 permitiu a expansão da educação superior em níveis até então desconhecidos no País, haja vista o investimento em Ciência e Tecnologia. Todavia, apesar desta expansão, as BUs não acompanharam esse ritmo de crescimento. Segundo Miranda (1980), houve um investimento na construção de grandes prédios; porém, as Bibliotecas enfrentavam crises causadas pelo aumento do ingresso de discentes, pela intensificação de pesquisas e pela demanda por serviços cada vez mais elaborados.

Conforme as discussões teóricas apontam, a vontade de sedimentar a experiência das Bibliotecas Universitárias brasileiras em um sistema em nível nacional, ou institucional, foi almejada desde a implantação da Reforma Universitária. Em 1972, os diretores das Bibliotecas Centrais criaram o Grupo para a Implantação da Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias.

Em 1973, formou-se a Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU), que tinha como objetivo principal constituir uma política nacional para a área, juntamente com os setores nacionais e regionais responsáveis pelo ensino superior, viabilizando o desenvolvimento de estudos e projetos, evitando, dessa forma, esforços isolados. No entanto, a ABBU, por questões políticas, transformou-se em Comissão Permanente da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, após frustrada a tentativa de filiação ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, sendo desfeita anos depois (GALVÃO, 1987, p. 9).

Por iniciativa das Universidades, foram realizados, no período de 1978 e 1981, no Rio de Janeiro (UFF) e em Brasília (CAPES/UnB), o primeiro e segundo Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, que, com base em suas conclusões, demandavam um grupo para estudar a possibilidade de criação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias (GALVÃO, 1987, p. 10).

Acrescentando-se aos aspectos antecedentes, vale incorporar a perspectiva de Chastinet (1989), segundo a qual é no ambiente da Universidade que a Ciência e Tecnologia (C&T) provocam mudanças estruturais. De acordo com a referida autora, o período de 1984/85 foi muito importante para o planejamento desse setor no País. Concomitantemente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), organizaram-se vários grupos de trabalho, dedicados a elaborar a Ação Programada em Informação Ciência e Tecnologia (ICT), com a atuação de diversos profissionais, associações e agências de C&T.

Neste cenário de novas diretrizes e ampliação dos cursos, reforçado pela ênfase dada à Ciência, é que a pesquisa vai colocar a questão da Biblioteca.

Dados históricos indicam que em 1986 ocorreu a implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU)⁷, que contribuiu para a padronização dos sistemas de Bibliotecas Universitárias, constituído por 12 diretrizes e 46 ações. As áreas contempladas foram: Planejamento organizacional, financeiro e de recursos humanos e

⁷ A sigla PNBU se refere ao Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (diretrizes e políticas), como também Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (ações e orçamento).

físicos, Formação e desenvolvimento de coleções, Processamento técnico dos documentos, Automação de bibliotecas, Usuários e serviços e Atividades cooperativas.

A criação do PNBu pela Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC se efetivou em 24 de abril de 1986, com o objetivo de “harmonizar e estimular o desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias” (GALVÃO, 1987, p. 10). Ressalta-se, ainda, que o embrião do PNBu foi elaborado pelo IBICT, no 4º Seminário de Bibliotecas Universitárias, que ocorreu em Campinas (1985), no qual se levantou as recomendações geradas de outros seminários e reuniões sobre o assunto. Um dos elementos que contribuíram para a implementação do plano foi a participação expressiva dos bibliotecários em sua elaboração. O PNBu foi aprovado e respaldado por duas portarias: portaria n. 287 e n. 288, ambas de 24 de abril de 1986. A primeira aprovava o plano e a segunda criava o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias.

Na década de 1990, o governo finalizou o PNBu e o substituiu pelo Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino (SDBib), vinculado ao MEC, que também veio a ser extinto, em 1995. Com isso, as Bibliotecas Universitárias sofreram com a redução de bibliotecários, infraestrutura tecnológica deficiente e inexistência de verba para a aquisição de materiais, ficando o acervo defasado e desatualizado. Esse período correspondeu ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Carvalho (2005), torna-se presente a seguinte realidade:

[...] sucateamento do segmento público, devido à redução drástica do financiamento do governo federal e à perda de docentes e de funcionários técnico-administrativos, associados à compressão de salários e orçamentos. A situação tornou-se mais crítica, pois o crescimento da produtividade ocorreu, através de abertura de turmas no período noturno e do aumento de alunos em sala de aula, sem a reposição adequada do quadro funcional (CARVALHO, 2005, p. 4).

Vale ainda acrescentar, como elemento esclarecedor em relação à situação das bibliotecas no quadro do governo FHC, a citação indicada a seguir:

O financiamento do ensino superior também sofreu, de forma significativa, com a política macroeconômica. As universidades federais tiveram seus orçamentos reduzidos com repercussões nos gastos em custeio e investimento. O ajuste foi feito para compensar a ascensão de outras despesas correntes, tais como: o pagamento de inativos e pensionistas, de sentenças judiciais trabalhistas (precatórios) e as despesas com os hospitais universitários (CARVALHO, 2005, p. 4).

O quadro anteriormente apresentado revela que alguns fatores atuaram de forma negativa, dificultando a viabilidade e a concretização das ações do PNBU. Cita-se como exemplo que nos anos iniciais de sua implantação não houve orçamento próprio dentro do MEC, e o país passava por um período de crise política e econômica, realidade que vai se refletir de forma concreta nas ações e na atuação das Bibliotecas Universitárias.

Se essa retrospectiva evidencia as dificuldades presentes em termos de recursos e de administração das Bibliotecas Universitárias, não se pode deixar de atentar que, em razão de sua função no âmbito da educação, elas necessitam acompanhar a missão da Universidade e prover o suporte pedagógico e informacional para as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Como as BUs estão diretamente relacionadas ao fazer da universidade, sua função é propiciar condições para a plena utilização dos recursos informacionais, visando subsidiar as atividades acadêmicas, bem como divulgar o conhecimento produzido para a sociedade como um todo (DE DEUS, 2011).

Uma reflexão sobre os papéis e a essência das Bibliotecas Universitárias no ensino superior evidencia-se o compromisso com o processo de ensino aprendizagem, voltado à formação dos discentes, ao provimento das condições informacionais para o desenvolvimento da pesquisa e à produção de conhecimento, e, de maneira ampla, com a socialização do saber para a sociedade. A unidade informacional deveria, então, alçar metas maiores do que a mera disponibilização de itens existentes em suas coleções, disponibilizando a seus usuários várias possibilidades de acesso à informação (BUSQUET, 2012).

Tendo em vista que o foco da pesquisa diz respeito à Biblioteca e aos bibliotecários, optou-se por discutir no tópico seguinte esta realidade com foco na EAD.

2.2 A biblioteca e a EAD

A Biblioteca Universitária desempenha papel estratégico na Universidade, pois é o lugar onde se concentra a produção acadêmica, garantindo a memória e disponibilizando recursos informacionais capazes de responder às necessidades da comunidade. Nesse aspecto, a Biblioteca reflete o desenvolvimento da própria Universidade, considerando

que por meio dela a sociedade tem condições de perceber o grau de comprometimento da Instituição com o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Biblioteca proporciona aos usuários a possibilidade de irem além daquilo que é ensinado em sala de aula e indicado nas bibliografias propostas, oferecendo recursos para que possam percorrer caminhos que lhes pareçam mais adequados e interessantes para a busca do conhecimento desejado, possibilitando, dessa forma, que o usuário faça sua reflexão e tire suas próprias conclusões.

A modalidade EAD nas IES vem crescendo. Conseqüentemente, a estrutura administrativa da Universidade terá que se adaptar para atender a esse novo contexto. Nesse sentido, a Biblioteca Universitária, que sempre exerceu papel fundamental no apoio à aprendizagem, precisa se adaptar e articular para atender às necessidades da modalidade EAD.

Ao refletir sobre a Biblioteca e a EAD na Universidade, pode-se inferir que duas alternativas podem ocorrer com relação aos cursos ofertados a distância e às atividades desempenhadas pelas Bibliotecas:

- Possibilidade de centrar um curso no material apresentado. Em sua elaboração, houve um trabalho sério da equipe envolvida em transmitir, por meio do material didático, o conteúdo da disciplina, seja no formato textual ou eletrônico, utilizando uma linguagem acessível, de forma a dialogar com o aluno, e possibilitando a apropriação e assimilação do conteúdo. O curso ofertado dessa forma busca dialogar com os alunos e, mesmo que conste a indicação de bibliografias, o estudo concentra-se no material produzido. Com isso, os materiais disponíveis pelos cursos ficam praticamente como os responsáveis por suprir as necessidades de informação dos alunos, criando à ilusão de autossuficiência. Neste caso, a Biblioteca tem atuação limitada, podendo ficar fora do processo, ou, talvez, sua existência só se apresente como necessária no momento em que o aluno esteja escrevendo o trabalho final do curso;
- Os alunos estudam com o material construído pela equipe envolvida e são incentivados a utilizar as Bibliotecas para complementação das leituras e estimulados a participar das discussões por meio de fóruns, chats e encontros

presenciais. Este modelo estimula os alunos à pesquisa e ao desenvolvimento de atitudes em relação ao aprendizado independente, incentivando-os a pensar e a tirar suas próprias conclusões.

As instituições que ofertam cursos a distância precisam oferecer recursos e serviços bibliotecários para os alunos neles matriculados. Segundo Mueller (2000, p. 7), “no Brasil é comum ouvir-se queixas de professores sobre a dependência de alunos brasileiros aos textos recomendados e à sua falta de iniciativa em realizar buscas por informação por conta própria.” No entanto, os planos brasileiros de cursos a distância não apresentam essa situação de forma clara e sequer mencionam em detalhes os serviços bibliotecários. Comumente, ofertam kits preparados, o que não contribui para o desenvolvimento da pesquisa, conforme enfatizado a seguir:

Esses kits poderiam ser comparados a apostilas tão comuns no ensino tradicional, que também tem o efeito de restringir a necessidade da busca autônoma pelo estudante. Mas, ao contrário dos alunos de cursos regulares que podem, se quiserem, ir à biblioteca e explorar os acervos, alunos de cursos à distância precisam de orientação especialmente planejada para encontrar seu caminho — virtual — aos serviços bibliotecários e ao acervo disponível. Essa é outra questão: o acervo, ou sua representação, teria então que estar disponível online. Não é, de fato, um problema de simples solução, pois envolve a elaboração de catálogos e bibliografias anotadas, a digitalização de textos, serviços de fornecimento de cópias e envio de material por correio ou malotes (MUELLER, 2000, p.7).

Nesse aspecto, o sistema UAB, como um dos incentivadores do crescimento dos cursos na modalidade EAD, ainda que enfrente muitas dificuldades, merece reconhecimento, porque requer um minucioso planejamento dos cursos. Além disso, a UAB seleciona os polos municipais de apoio presencial a cursos superiores de instituições federais na modalidade EAD, para que os alunos distantes tenham condições de desempenhar suas atividades e destaca a importância da existência de bibliotecas.

O documento *Referenciais de Qualidade para o Ensino Superior a Distância* apresenta as seguintes orientações em relação ao aspecto de infraestrutura de acesso à biblioteca:

Instalações físicas

- a) infraestrutura material que dá suporte tecnológico, científico e instrumental ao curso;
- b) infraestrutura material dos polos de apoio presencial;
- c) **existência de biblioteca nos polos, com um acervo mínimo para possibilitar acesso aos estudantes a bibliografia, além do material didático utilizado no curso;**
- d) **sistema de empréstimo de livros e periódico ligado à sede da IES para possibilitar acesso à bibliografia mais completa, além do disponibilizado no polo** (BRASIL, 2007, p. 7, grifo nosso).

Ainda segundo o documento, é importante que a proposta de material didático para cursos a distância inclua um guia geral do curso, seja no formato impresso ou digital, e apresente de maneira clara os seguintes aspectos:

[...] que materiais serão colocados à disposição do estudante (livros-texto, cadernos de atividades, leituras complementares, roteiros, obras de referência, CD Rom, Web-sites, vídeos, ou seja, um conjunto – impresso e/ou disponível na rede- que se articula com outras tecnologias de comunicação e informação para garantir flexibilidade e diversidade) (BRASIL, 2007, p. 14).

As orientações e recomendações do documento do MEC fazem com que seja um instrumento norteador para as instituições que têm interesse em ofertar cursos a distância. Além das informações relacionadas neste documento, o MEC desenvolveu os instrumentos para a avaliação dos cursos a distância, indicando que serão contempladas as dimensões em relação à instituição, aos polos e às condições de oferta de curso, sendo uma delas a parte de infraestrutura, na qual se apresentam as questões relacionadas à Biblioteca polo.

Nos diferentes instrumentos de avaliação do MEC, são contempladas às questões relacionadas ao acervo, instalações físicas, mobiliário, equipamentos e profissional bibliotecário nas bibliotecas dos Polos e biblioteca-sede da instituição. Considerando os aspectos avaliados, cabe reforçar a importância destas estruturas como apoio às atividades pedagógicas e acadêmicas dos cursos da UAB (ROCHA, 2011, p. 75).

Neste cenário de regulação da EAD no País, em que as bibliotecas são constantemente avaliadas pelo MEC, torna-se fundamental criar formas para a infraestrutura física e o gerenciamento do acervo e serviços.

No que se refere à existência de profissionais bibliotecários para dar suporte às bibliotecas dos Polos, o Instrumento de Credenciamento Institucional do MEC traz com clareza, orientações sobre a necessidade de existência destes profissionais ligados às IES para que seja possível a oferta de suporte na gestão das bibliotecas. Vê-se, portanto, que é essencial que as políticas institucionais das IES apoiem plenamente a proposta da UAB para que o Estado possa ser beneficiado da melhor forma possível pelo projeto (ROCHA, 2011, p. 76).

Com relação aos serviços disponibilizados para o aluno inserido na modalidade a distância, as bibliotecas polo precisam oferecer:

As bibliotecas dos Polos precisam também oferecer serviços informatizados para possibilitar a realização de consultas online, empréstimo de materiais, renovações, reservas e outros que possam ser disponibilizados **por meio de parcerias e compartilhamento das informações com a biblioteca-sede da IES**, como por exemplo, o acesso a recursos bibliográficos online e orientações gerais por meio de tutoriais (ROCHA, 2011, p. 75, grifo nosso).

Com a expansão do ensino a distância, as bibliotecas precisam analisar seu papel, tendo em vista que com a evolução das TICs elas passaram a disponibilizar vários serviços aos usuários, como: catálogos on-line, empréstimo automatizado, renovações e reservas on-line, chats de atendimento, tutorial de orientação à pesquisa no portal de periódicos da CAPES, tutorial de normalização bibliográfica, ficha catalográfica on-line, serviço de comutação bibliográfica por meio de formulários disponíveis na web e e-books.

Em função dessas disponibilidades, pressupõe-se que o usuário torne-se cada vez mais independente para acessar a informação. Porém, parte significativa da informação recuperada por meio das redes nem sempre apresenta o formato completo. As fontes mais completas de informação ainda estão localizadas nas bibliotecas acadêmicas em formato impresso e sua disponibilização em formato digital ainda é uma realidade distante.

Diante dessas mudanças, o que se percebe é que, muitas vezes, o usuário fica disperso diante da quantidade de informações disponíveis on-line, das dificuldades em relação à confiabilidade da fonte e da profundidade do assunto tratado. Nesse aspecto, a importância de contar com o profissional bibliotecário e com a Biblioteca é essencial na modalidade tanto presencial quanto a distância.

Percebe-se que as Bibliotecas Universitárias encontram-se numa encruzilhada diante da modalidade EAD. Há necessidade de novas atitudes em relação à situação apresentada. Mas, por onde começar? Este é o desafio que se encontra presente para as Universidades e as Bibliotecas Universitárias.

Considerou-se oportuno apresentar as habilidades impostas pela tecnologia aos bibliotecários para atuarem em EAD.

2.3 Os bibliotecários e as habilidades exigidas pela tecnologia para a EAD

Dados da literatura evidenciam que a área de Informação está em pleno crescimento, demandando a readequação do capital humano e, especificamente, mais qualificação dos bibliotecários, diante das novas exigências das atividades laborais. Segundo Carvalho e Kaniski (2000), as bibliotecas precisam mudar a visão de armazenadora de

informações para uma postura voltada para o processo de comunicação, substituindo a filosofia de posse para a de acesso. Nesse aspecto, as tecnologias da informação permitem a possibilidade de ampliar as formas de acesso à informação.

As Bibliotecas Universitárias envolvidas no processo educativo precisam encontrar formas de incentivar a capacitação dos profissionais bibliotecários, para que tenham condições de atuar em um ambiente virtual de aprendizagem de cursos a distância ou semipresenciais.

As atividades desempenhadas nas BUs estão sendo ampliadas com a EAD, considerando que as bibliotecas estão procurando disponibilizar o máximo de informação no formato digital, visando apoiar o ensino, a aprendizagem e a pesquisa. Essa mudança tem afetado os papéis e as atividades dos profissionais, devido às exigências de novas competências.

Os bibliotecários inseridos nas Universidades precisam articular seus papéis, mediante a criação e o desenvolvimento de uma série de atividades práticas e estratégicas em relação às tecnologias digitais, concomitantemente com as funções tradicionais de bibliotecas, para a disponibilização da informação e seu tratamento, disseminação e uso.

A criação e o desenvolvimento de recursos digitais são realizados com base em bibliotecas tradicionais. Contudo, o formato das informações e as ferramentas utilizadas para sua aquisição, organização, disseminação e preservação, bem como a maneira de prestação de serviços, são diferentes daqueles utilizados em uma biblioteca tradicional. Dessa maneira, a utilização das tecnologias e o desenvolvimento das bibliotecas digitais dentro de sistemas de bibliotecas tradicionais apresentam consequências na estrutura organizacional, nos recursos humanos, na carga de trabalho e nas práticas existentes.

Neste novo contexto, as bibliotecas estão enfrentando desafios em relação à capacitação. É preciso discutir esses aspectos, com o objetivo de criar uma administração mais eficiente em relação ao desenvolvimento de atividades em que o profissional utilize as tecnologias.

A literatura aponta que há algumas habilidades consideradas essenciais por diferentes autores para que os bibliotecários atuem com coleções e serviços digitais. Por meio delas, o bibliotecário pode participar da criação de projetos a distância. Segundo Tennant (2002), as habilidades essenciais para o desempenho do profissional são: catalogação e metadados; linguagens de programação básica; linguagens de marcação (HTML); indexação; design de interface para o usuário; tecnologia; e gerenciamento de projetos na Web. Em termos de características pessoais essenciais ao bibliotecário, são apontadas: disponibilidade em aprender constantemente; flexibilidade; boas habilidades interpessoais; habilidade em possibilitar e fomentar a mudança; e capacidade e vontade de trabalhar de forma independente. Tanner (2002) corrobora e acrescenta as habilidades de planejamento de projetos e de gerenciamento de projetos de digitalização. Cassim (2008) destaca as habilidades técnicas, sociais e educacionais para atuar como agente educativo. Com relação às características pessoais, acrescenta como essenciais: boa comunicação, relacionamento interpessoal e adaptação às novas tecnologias.

Railo (2011) salienta que o bibliotecário pode contribuir para a criação de projetos a distância, uma vez que tem competências que o habilitam para tal. Destaca as principais exigências para a construção de um projeto de educação a distância, podendo estes serem agrupados em quatro grandes categorias (QUADRO, 1).

QUADRO 1- Construção de projeto EAD versus competências do bibliotecário

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO
a) Criação	Relacionar-se com o departamento de tecnologia da informação; pensar num portal de aprendizado com vários recursos; um portal único, que reúna diferentes informações; definir de maneira precisa os objetos de treinamento/aprendizado/conhecimento; definir um sistema de gerenciamento do conteúdo.
b) Implantação	[Em parceria] com o departamento de tecnologia da informação; implantar um portal de aprendizado com vários recursos; implantar os objetos de treinamento/aprendizado/conhecimento; sistema de gerenciamento do conteúdo; permitir boa interoperabilidade entre os recursos e entre o usuário/ sistema; implantar uma infraestrutura capaz de organizar a informação;
c) Manutenção	Os pontos listados acima deverão ser considerados, a fim de que o sistema continue em operação de acordo com seus objetivos e demandas;
d) Atualização	Os pontos listados deverão ser reconsiderados, uma vez que com o passar do tempo algo que antes se mostrou como inovador/ adequado pode agora se mostrar como ultrapassado.

Fonte: RAILO, 2011, p. 68.

Ao estudar cada tópico, Railo (2011) faz um cruzamento das competências do bibliotecário. Com o que é exigido para a construção de um projeto EAD. A alínea (a) apresenta a dimensão global de um sistema de informação, cuja tarefa poderá ocorrer no momento de definição e discussão do projeto EAD (neste aspecto, as competências relacionadas à política de coleções emergem, refletindo elementos fundamentais, como os objetivos, o público envolvido, o tipo de demanda informacional, os recursos necessários disponíveis, etc.). Mesmo que o bibliotecário desconheça a plataforma operacional, essa contribuição é viável, pois, após o fechamento do modelo ideal, o bibliotecário poderá apresentá-lo à equipe de informática, ou melhor, se a área de programação já estiver envolvida com a elaboração do programa.

Quanto à implantação da alínea (b), é necessário “conhecer o público-alvo, o conteúdo e a disponibilização”, como as atividades executadas pelos bibliotecários estão relacionadas com o processamento técnico de documentos, quais são as formas mais efetivas de recuperar informação, como se dão a disseminação e a criação de demanda informacional que poderão ser úteis, uma vez que o bibliotecário poderá definir a dimensão do que será incluído no programa, e qual é a melhor forma de incluir com base nas expectativas de seu público. A inclusão de categorias como palavras-chave, ferramentas de recuperação e interação, será uma das tarefas a serem implementadas.

Em relação à alínea (c), etapa referente à manutenção, as competências nas duas alíneas anteriores se somam. Nesse aspecto, os conhecimentos de arquitetura da informação (usabilidade, clareza etc) são importantes, de forma a haver adequação do programa aos seus usuários.

Em relação à atualização, alínea (d), todos os elementos apresentados podem ser revisados. Procede-se à análise de tudo que se construiu, no sentido de compreender se é preciso mantê-lo ou alterá-lo, visando atender às novas demandas e às novas ferramentas, ampliando ou restringindo o que for necessário, de acordo com as necessidades percebidas.

A partir desta análise, podem-se perceber a prática e a teoria, desde que sejam consideradas as seguintes competências apresentadas por Valentim (2002), entre outras: lidar com a informação como objeto de trabalho; identificar as tecnologias de

informação e as telecomunicações como estrutura de trabalho; construir novas metodologias de tratamento da informação; ter condições de trabalhar com equipes multidisciplinares; programar novas formas de mediação da informação; reestruturar os canais de distribuição, disseminação e transferência de informação, visando aperfeiçoar o uso das telecomunicações e das tecnologias de informação; conhecer o papel estratégico da informação; ter visão da dimensão informacional existente, conhecer as necessidades informacionais dos usuários; e ser aberto e crítico. Segundo Railo (2011), a atuação do bibliotecário em projetos de educação a distância não só é possível como também desejável, pois, com as suas competências e em ambiente de trabalho propício, o bibliotecário poderá contribuir no sentido de atender às expectativas dos potenciais usuários do sistema.

Situam-se a seguir os fundamentos da EAD e apontam-se as inter-relações em termos da política institucional, infraestrutura tecnológica e de recursos humanos, dimensões importantes a serem compreendidas como subsídios para o trabalho dos profissionais responsáveis pelas dimensões de acesso à informação.

3 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, POLÍTICA INSTITUCIONAL , INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E RECURSOS HUMANOS

Historicamente, a modalidade EAD não representa uma experiência nova. Em todo o mundo, já era praticada, usando a correspondência, oferecendo vários cursos, com a comodidade de se estudar em casa, sem a presença física obrigatória em uma sala de aula. A análise histórica referente a EAD mostra que tal modalidade também não é recente no contexto nacional. Na Antiguidade já existia a comunicação educativa por meio de mensagens escritas. Primeiro na Grécia e depois em Roma, a educação por correspondência já ocorria. Conforme Saraiva (1996)⁸, o primeiro marco da EAD foi o anúncio na *Gazeta de Boston*, em 1728, nos Estados Unidos, de um anúncio de um curso de taquigrafia, promovido pelo professor Cauleb Phillips, cujo material era enviado à casa do interessado.

No Brasil, não existem dados precisos em relação à criação da EAD, conforme explica Alves (2009, p. 9).

A EAD no Brasil é marcada por uma trajetória de sucessos, não obstante a existência de alguns momentos de estagnação provocada por ausência de políticas públicas para o setor. [...] Há registros históricos que colocam o Brasil entre os principais no mundo no desenvolvimento da EAD, especialmente até os anos 70. A partir dessa época, outras nações avançaram e o Brasil estagnou, apresentando uma queda no ranking internacional. Somente no final do milênio é que as ações positivas voltaram a acontecer e pudemos observar novo crescimento, gerando nova fase de prosperidade e desenvolvimento.

Estudos já realizados⁹ revelam que pouco antes de 1900 existiam anúncios em jornais do Rio de Janeiro que ofereciam cursos profissionalizantes de datilografia, ofertados por professoras particulares (ALVES, 2009). Outros autores consideram como marco histórico da EAD a instalação das Escolas Internacionais em 1904, que ofertavam em jornais cursos pagos por correspondência (MATTAR, 2011). A partir da implantação das Escolas Internacionais, a EAD no Brasil seguiu o movimento internacional, com a oferta de cursos por correspondência. Devido às dificuldades operacionais decorrentes da utilização dos serviços dos correios, o ensino por correspondência recebeu pouco incentivo pelas autoridades e órgãos responsáveis.

⁸ Informações retiradas da pesquisa realizada pelo Prof. Francisco José Silveira Lobo Neto.

⁹ “Estudos realizados pelo IPEA com base em elementos disponíveis na época, dentre as quais edições de jornais editados, como, por exemplo, o *Jornal do Brasil*.” (ALVES, 2009, p. 9).

O início da EAD no Brasil não está diretamente ligado à utilização do material impresso, e sim do rádio. A primeira iniciativa brasileira na EAD coincidiu com a criação da primeira emissora, em 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por Roquete Pinto. Em 1937, instituiu-se uma emissora com caráter educativo e cultural a Rádio Ministério da Educação e Cultura. Já em 1939, o Instituto Universal Brasileiro passou a ofertar seus cursos por correspondência (CUNHA, 2011).

Com a intenção de ampliar o acesso à educação, em 1959, a diocese de Natal (RN) criou as escolas radiofônicas, que deram origem ao Movimento de Educação de Base (MEB). A iniciativa visava promover cursos de alfabetização de jovens e adultos por meio de um projeto radiofônico, marco da EAD não formal no Brasil. O projeto foi finalizado em 1964, motivado por repressão política (CUNHA, 2011).

Na região Sul, destacou-se a Fundação Padre Landell de Moura, sediada no estado do Rio Grande do Sul, com projetos vinculados ao Governo Federal, como o Mobral, com abrangência nacional e muito representativa, por meio do uso do rádio. Em 1969, ocorreu a estagnação da EAD via rádio. “A revolução deflagrada em 1969 abortou grandes iniciativas, e o sistema de censura praticamente liquidou a rádio educativa brasileira” (ALVES, 2009)¹⁰.

A década de 1960 foi marcada por um período de transição econômica, que refletiu diretamente na EAD. Devido ao declínio do modelo fordista, surgiram como consequência novos modelos de produção industrial, visando imprimir maior eficiência, com base nas novas formas de organização de trabalho geradas pelo avanço tecnológico (FARIA; SALVADORI, 2010).

Em relação à educação não foi diferente “[...] o avanço tecnológico proporcionou novas perspectivas educacionais.” Por isso, diante desse contexto, trata-se este período como a segunda geração da EAD (entre 1960 a 1990), fase esta que se caracterizou principalmente pela integração dos meios de comunicação audiovisuais (FARIA; SALVADORI, 2010, p. 18).

¹⁰ Disponível em: < http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme_82/index.htm > Acesso em: 01 de set. 2014.

Segundo CUNHA (2011), a partir da década de 1960 novas iniciativas referentes à EAD surgiram, em virtude da melhoria dos serviços de correios, da evolução da tecnologia nos campos da comunicação e da informação, da exigência de maior aperfeiçoamento em relação aos trabalhadores quanto ao modo artesanal de trabalhar com novos modelos de produção industrial, visando a sua eficiência e, também, da agilização dos meios de transportes.

Alguns registros de marcos significativos nesse período em nível internacional foram: em 1960, fundação do *Beijing Television College*, na China; em 1962, a experiência do Bacharelado Radiofônico, na Espanha, substituído posteriormente pelo Centro Nacional de Ensino Médio por Rádio Televisão; a criação da Open University, em 1969, na Inglaterra; e, ainda no início da década de 1970, a criação de diversas universidades em outros países.

Na década de 1970, teve início uma nova fase da EAD, caracterizada pela utilização do rádio e da televisão. Algumas iniciativas no Brasil devem ser destacadas, como o Projeto Minerva que objetivava promover o ensino primário até o ginásial, veiculado à Rádio MEC e complementado por material impresso. Com os recursos da televisão, a Fundação Roberto Marinho, na mesma década, promoveu a educação supletiva a distância para o primeiro e o segundo grau, utilizando recursos de TV, material impresso e rádio (NOGUEIRA, ([20--])).

A partir dos anos de 1980, surgiram no Brasil iniciativas frustrada, como a criação da Universidade Aberta a Distância. A motivação ocorreu pelas experiências da Universidade Aberta da Inglaterra, Universidade Aberta da Costa Rica e outras experiências de sucesso.

Em 1986, criou-se uma comissão constituída por especialistas do MEC e Conselho Federal de Educação, que pretendia viabilizar propostas relacionadas à Universidade Aberta. Coordenada pelo conselheiro Arnaldo Niskier, produziu o documento *Ensino a distância uma opção*: proposta do Conselho Federal de Educação, em que a modalidade era considerada uma alternativa viável para o processo de democratização em termos educacionais (PRETI, 2006, p. 1).

Na década de 1990 a EAD alcançou destaque em relação aos estudos superiores. Trata-se de um período marcado pela integração dos diversos meios utilizados até então, conhecido também pela integração de redes de conferência por computador e estações de trabalho multimídia. As Instituições de Ensino Superior, começam a ofertar seus cursos via Internet, atendendo um número significativo de estudantes (CUNHA, 2011).

Diante das informações apuradas percebe-se que desde o início da EAD as diferentes tecnologias consideradas adequadas ao ensino serviram para definir os suportes fundamentais das propostas. Citam-se como os materiais que foram redigidos: livros, apostilas e guias, que serviram como propostas iniciais. O rádio e a televisão atuaram como suporte para a década de 1970. Na década de 1980, destacaram-se os áudios e os vídeos. Nos anos de 1990, a incorporação de redes de satélites e da Internet, a utilização do correio eletrônico e os programas desenvolvidos para os suportes informáticos constituíram-se nos grandes desafios dos programas na modalidade (LITWIN, 2001).

A EAD vem se desenvolvendo por meio da articulação entre a iniciativa privada e as proposições governamentais, passando por diferentes etapas, que acompanham o desenvolvimento de cada tecnologia no País. Essa experiência permitiu acumular uma série de erros e acertos, contradições e incoerências, já que é característica do país a grande diversidade cultural e geográfica, apresentando problemas estruturais no campo da educação, que precisa ser revisto (GOMES, 2013).

Em face da proposta de democratização do ensino, a EAD tem representado um papel importante como forma de ajudar a minimizar os problemas do ensino. No entanto, no nível do ensino superior particular tem-se utilizado a modalidade EAD como recurso para aumentar o número de alunos, de forma a baratear os custos e aumentar os lucros (GOMES, 2013). Essa é uma questão delicada, já que as universidades públicas também não conseguem atender à demanda. Comumente, quem tem acesso às melhores Universidades teve a oportunidade de uma educação básica de qualidade.

Em 1996, foi aprovada a Lei 9394/96, referente às Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), instituída em consonância com a política dominante na época, que naquele período buscava reduzir custos e encargos, inclusive, com a perspectiva de

compartilhar a área educacional com a iniciativa privada e as organizações não governamentais. Aquele ano foi representativo para a EAD, tendo em vista que por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou lei n. 9.394 (1996), em especial no seu artigo 80, inclui-se a educação a distância como política pública. A partir daí, intensificaram-se os cursos nos vários níveis, dispondo, ainda, que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidade de ensino e de educação continuada.” A lei não foi suficiente para deixar claro qual seria o formato desejado para a EAD, pois poderia ser compreendida de diversas maneiras. Nesse sentido, sua regulamentação ocorreu em 20 de dezembro de 2005, por meio do decreto n. 5.622, de 15 de dezembro de 2005, que revogou o decreto n. 2.494 de 10 fevereiro de 1998 (BRASIL, 2005)¹¹.

Por meio do decreto n. 1.917, anexo I, art. 27, de 27 de maio de 1996, foi criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), vinculada ao Ministério da Educação, que, tinha por objetivo atuar como

[...] um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, promover a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras (BRASIL, 2004, p. 3).

Em termos de sua atuação, conforme descrito nos documentos oficiais, a SEED conseguiu desenvolver várias ações para introduzir as tecnologias nas escolas para a formação inicial e continuada dos professores, destacando-se: Programa Banda Larga nas Escolas, Proinfantil, Domínio Público – biblioteca virtual, DVD Escola, E-ProInfo, E-Tec Brasil, ProInfo Integrado, TV Escola, Sistema Universidade Aberta do Brasil, Banco Internacional de Objetos Educacionais, Portal do Professor, Programa Um Computador por Aluno – Prouca e Projeto Proinfo (GOMES, 2013).

No desenvolvimento das ações relativas a EAD, ocorre no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva a institucionalização, por intermédio do Ministério da Educação, do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado pelo decreto 5.800, de 8 de

¹¹ Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96#art-80> Acesso: 14 jul. de 2014

junho de 2006, cujo objetivo era ofertar cursos e programas de educação continuada superior na modalidade EAD.

A UAB, que se apresenta como um sistema de formação de nível superior do Governo Federal, não propõe à criação de uma nova instituição de ensino superior, mas sim de um programa de governo que visa ao estabelecimento de parceria com instituições já existentes, governos municipais e estaduais. O processo de gestão apoia-se em três pilares fundamentais na sua macroestrutura: o MEC, por intermédio da Diretoria da Educação a Distância da CAPES, gerenciando o processo; as instituições de ensino superior, na oferta dos cursos, com base na metodologia a distância; e os municípios e estados, mediando os polos de apoio presencial (QUIRINO; CORRADI; MACHADO, 2013).

O modelo ofertado pela UAB utiliza os recursos existentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que, com relação ao projeto, respondem pela oferta de cursos e pelo controle acadêmico. A oferta está direcionada de acordo com a capacidade de atendimento da demanda pelas IFES e com o interesse e a disposição do governo do município de aderir ao projeto, oferecendo as estruturas necessárias ao funcionamento dos Polos de Apoio Presencial (ROCHA, 2011, p. 47).

As Universidades Públicas Federais e Estaduais têm como atribuição oferecer:

[...] corpo docente qualificado, responsável pela formulação dos projetos pedagógicos e dos recursos didáticos associados aos cursos e programas propostos, bem como a responsabilidade pelos processos avaliativos, a expedição de diplomas e certificados e os atendimentos tutoriais a distância. Em particular, caberia às Instituições associadas à discussão e definição do planejamento curricular e pedagógico, preparação de roteiros de cursos, produção audiovisual, textos de acompanhamento e avaliação do aluno e do curso (FÓRUM..., [200?], p. 7).

Aos Estados compete:

[...] a realização das ações necessárias ao adequado estabelecimento do consórcio, especialmente, atuar de forma complementar à RNP, capilarizando a infraestrutura de serviço de rede para interiorização de seu acesso e, especialmente, contribuir para viabilizar financeiramente a logística do processo de EAD, os atendimentos de tutores presenciais nos polos regionais. A disponibilidade de uma rede nacional de alto desempenho que já interliga todas IFES, UPs e principais agências federais de educação, ciência e tecnologia, irá assegurar que as iniciativas estaduais ou regionais sejam articuladas com eficiência. Desta forma, é possível garantir disponibilidade, qualidade e ubiquidade de conteúdos e aplicações colaborativas educacionais (FÓRUM..., [200?], p. 7).

A responsabilidade do Município é:

[...] oferecer a infraestrutura local do Polo associado ao Consórcio Público, incluindo a oferta de espaço físico adequado, os atendimentos via tutores e laboratórios presenciais, em sintonia com as diretrizes das instituições proponentes dos cursos e programas (FÓRUM..., [200?], p. 7).

A União, por meio do MEC, assume a responsabilidade de estabelecer:

[...] as condições necessárias para divulgação de chamada pública para incentivo e formação de Consórcios Públicos, além de propiciar as condições para que as IFES possam participar dos mesmos (que deverão contar com mais docentes, especialmente trabalhando na modalidade EaD, mais recursos e adoção de modelos de gestão compatíveis com estabelecimento de Consórcios Públicos como os aqui propostos) (FÓRUM..., [200?], p. 7).

O sistema UAB priorizou a capacitação de professores da educação, de forma rápida, em busca da melhor qualidade da educação básica, e definiu como responsabilidade dos estados e municípios a implantação e sustentação de seus polos, onde ocorrem as atividades presenciais. Os polos podem associar-se a uma ou mais instituições públicas de ensino, que são responsáveis pelas atividades acadêmicas dos cursos superiores nos polos pela expedição de certificados de conclusão de curso (DIAS; LEITE, 2010). Embora a UAB esteja pulverizada pelo território nacional, ainda está distante de refletir os números desejados para a realidade nacional.

A criação da UAB fundamentou-se, de alguma forma, nas experiências do Fórum das Estatais e nos consórcios nacionais para a oferta de cursos a distância. Dentre eles, destacam-se a Unirede, com aproximadamente 70 instituições públicas de ensino, que fazia parte do Programa Sociedade da Informação do governo de Fernando Henrique Cardoso; a Edumed, um Consórcio da Rede Nacional de Educação a Distância em Medicina e Saúde e o Projeto Veredas, desenvolvido pela UFMG (GOMES, 2013).

A semente para a criação da UAB, podemos dizer, pode ser encontrada na implantação dos consórcios BRASILEAD (1996) e UNIREDE (2000), formados por Instituições Públicas de Ensino Superior. Buscavam um “lôcus” onde pudessem estabelecer parcerias interinstitucionais para oferta de cursos a distância, trocando saberes e experiências nessa modalidade em que todos nós estávamos “engatinhando”. Os desejos e os esforços para que os consórcios pudessem se materializar em ações concretas foram intensos, mas faltavam recursos financeiros para viabilizar projetos e o apoio institucional do MEC era tênue. Enquanto as instituições privadas se organizavam rapidamente para oferta de cursos a distância e caminhavam a passos largos ocupando cada vez mais “o mercado educacional” nessa modalidade, algumas instituições públicas lutavam para que suas experiências incipientes sobrevivessem e novos projetos levantassem voo. [...] Em 21 de setembro de 2004, foi instituído o Fórum das Estatais Educação, com o objetivo de desenvolver ações que busquem potencializar as políticas públicas na

educação promovidas pelo Governo Federal, especialmente pelo Ministério da Educação e pelas Empresas Estatais brasileiras, como o Banco do Brasil, os Correios, a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, etc (PRETI, 2007, p.2).

As experiências de algumas universidades públicas, privadas e comunitárias, pioneiras na oferta de cursos completos ou de disciplinas com recursos financeiros e métodos próprios, serviram de base teórica, prática e metodológica para a UAB. No entanto, essas iniciativas eram limitadas pela portaria do MEC n. 2.253/01, revogada pela portaria 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que apresentava a oferta de disciplinas integrantes de seus currículos na modalidade EAD, uma vez que não ultrapasse 20% da carga horária total dos cursos.

Porém, o número de universidades que já aderiram à modalidade EAD no País é significativo:

Na fase mais recente desta história que, para alguns remonta ao final do século retrasado, podemos dar um especial destaque para três pioneiros movimentos dos anos 80 e 90. De um lado a criação, em 1979, do Centro de Educação a Distância (CEAD) da Universidade de Brasília (UnB) com vários cursos traduzidos da *Open University*, da Inglaterra, e mais adiante, em 1995, com a criação do Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD) da Universidade Federal do Mato Grosso, com cursos voltados para a formação de professores da rede pública de ensino. No mesmo ano, o Laboratório de Ensino a Distância do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) começou a desenvolver cursos de requalificação profissional em diversas áreas. Sem aqui entrar no mérito do trabalho desenvolvido por cada uma dessas instituições, em seu tempo histórico, é preciso reconhecer o significado dessas experiências, como pioneiras na história mais recente da EAD no país. (PRETTO; PICANÇO, [20--], p. 39).

Anteriormente a esse período, os cursos eram mais esporádicos. O primeiro curso de graduação a distância a partir de 1995 foi o de Pedagogia de 1^a a 4^a série, promovido pela Universidade Federal do Mato Grosso, em caráter experimental, para professores em serviço da rede pública do estado do Mato Grosso. Trata-se de um marco na educação brasileira, pelo pioneirismo, tendo sido implantado antes da LDBEN. A partir deste momento, as universidades brasileiras se voltaram para a EAD, aproveitando a disseminação e os recursos oferecidos pelas Tecnologias de Informação e Comunicação para aplicação no processo educacional. O governo federal e estadual colocam a EAD nas agendas de política pública, incentivando a participação das Universidades (KIPNIS, 2009).

Em 2011, a SEED foi extinta e seus programas e ações passaram a vincular-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

A UAB está sob a supervisão da CAPES, conforme se apresenta a seguir:

A extrema lentidão na reestruturação da estrutura organizacional do MEC, estabelecida tardiamente pelo Decreto no. 7.480, de 16 de maio de 2011, trouxe muitas consequências para a UAB em termos das articulações de cursos e repasse do financiamento. O passo mais importante na reformulação da Diretoria de Educação a Distância (DED), dentro da CAPES, veio com a publicação da Portaria n. 162, de 31 de agosto de 2011, que estabeleceu a competência para ordenação de despesas relativas à gestão orçamentária pelo diretor da DED, conferindo a agilidade necessária para a atuação da UAB (QUIRINO; CORRADI; MACHADO, 2013, p. 4).

Em função dessa subordinação, existem questionamentos em relação ao fato de a UAB permanecer sob a responsabilidade da CAPES. Conforme destacou o ex-secretário nacional de EAD em 2007, a UAB apresenta-se como um programa com condições de se configurar como uma Universidade independente, contando um quadro próprio de docentes e ações compartilhadas com outras universidades, mas corre o risco de se tornar um corpo pesado. Acrescenta, ainda, que o governo Lula poderia ter evitado essa burocratização se tivesse institucionalizado a EAD, tornando-a aberta e independente (GOMES, 2013).

A CAPES que brilhantemente avalia, fomenta e pensa a pós-graduação brasileira, por certo poderia agir melhor sobre a educação básica se livre da burocracia de gestão da UAB. Por sua vez, a UAB que nasceu como Programa tinha por destino se configurar um dia enquanto Universidade independente, ágil e desburocratizada, contando com quadros próprios e docentes compartilhados em ações conjuntas com as demais universidades, nos moldes mais eficientes, ousados e contemporâneos de instituições similares (MOTA, 2012, p. 16).

E destaca:

O Governo Lula que se orgulha de ter criado tantas universidades, deixou de ter institucionalizado a maior que de fato fez, eternizando-a numa adolescência prolongada, imersa dentro de uma Diretoria da CAPES. A UAB [tem] tudo para se constituir enquanto Universidade próspera e independente corre o risco de se tornar um corpo pesado e não plenamente reconhecido pela cabeça, ainda que o corpo, mesmo assim, iniba a cabeça de pensar plenamente (MOTA, 2012, p. 17).

Na realidade, a crítica proferida pelo ex-secretário Nacional de Educação a Distância com relação à reestruturação da CAPES, em 2007, no sentido de evitar a burocratização e incluindo a EAD sob a supervisão daquele órgão revela a problematização desta escolha, na medida em que optou por não torná-la aberta e independente, conforme o modelo da Universidade Aberta de Londres, restringindo o escopo de sua atuação (GOMES, 2013).

Porém, apesar das contradições apontadas com relação à UAB é preciso reconhecer que sua institucionalização representa para o contexto educacional brasileiro uma efetiva possibilidade de acesso e de inclusão social.

- **A definição de EAD**

A Educação a Distância apresenta diferentes definições, que apresentam pontos comuns. No entanto, alguns autores destacam alguma característica em especial no seu conceito. O decreto n. 5.622, de 19 dez. 2005 (que revoga o decreto n. 2.494/98), regulamentado pelo art. 80 da lei 9.394/96 (LDBEN), estabelece:

Art.1. Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem **ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação**, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos
(BRASIL, 2005).

De acordo com a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) existe uma interpretação de que nesta modalidade de educação as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas, na maioria das vezes, “sem que alunos e professores estejam presentes no mesmo lugar à mesma hora” (ABED, 2013)¹². No entanto, existem outros conceitos que acrescentam, além da separação física, a utilização de recursos tecnológicos que possibilitam maior interatividade ao processo. Ressalta-se a necessidade de “esses recursos [serem] submetidos a tratamento de desenho instrucional, que são os procedimentos que os organizam em experiências de aprendizagem, incluindo itens que podem ser observados, sentidos, ouvidos ou completados.” (DIAS; LEITE, 2010, p. 9).

Do ponto de vista de Saraiva (1996), a EAD se efetiva quando ocorre um processo de utilização que garanta um canal de comunicação bilateral nitidamente educativa e seja uma proposta de ensino/educação que ultrapasse o simples ato de disponibilização de materiais aos alunos distantes. Torna-se fundamental um atendimento pedagógico que supere a distância e promova a relação professor-aluno, por meios institucionalmente garantidos.

¹² Disponível em: <<http://www.abed.org.br/site/pt/faq/>> Acesso: 05 out. 2013.

Peter (1973) destaca que a EAD pode ser passível de fortes discussões quando aponta que “a Educação a Distância é uma forma industrializada de ensinar e aprender”. A EAD é uma forma racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes que, por meio da divisão do trabalho e de métodos organizacionais, através dos meios de comunicação, e com o propósito de reproduzir materiais de qualidade com conteúdos dialógicos, possam instruir um grande número de pessoas (ALVES, 2011, p. 10).

O objetivo da EAD é oferecer educação para todos, possibilitando o atendimento aos alunos dispersos geograficamente e residentes em locais onde não existam instituições convencionais de ensino. Ela possibilita a permanência dos alunos em seu meio cultural e natural, evitando êxodos que incidam negativamente no desenvolvimento regional e propiciando uma aprendizagem autônoma e ligada à experiência fora do contexto da sala de aula. Há, ainda, a aquisição de atitudes, levando-os à conscientização da importância de obter uma aprendizagem permanente, relacionada às experiências profissionais e sociais e, principalmente, de aprender a construir ideias próprias em colaboração com as ideias de outros, sempre de forma criativa e construtiva.

Atualmente, o que se percebe é a capilarização da UAB, a partir de polos dentro do Brasil, independente da existência de especialistas para trabalhar naquela região nos polos, como se apresenta na formulação abaixo:

Infelizmente, o que temos visto, principalmente no Brasil, é que podemos chamar de ‘mais do mesmo’ uma capilarização da UAB por meio de polos avançados Brasil adentro, mesmo em lugares onde, não raro, há carências profundas de especialistas em EAD, inclusive para trabalhar nos polos. Vemos também a proliferação de instituições privadas, cursos e “metodologias” de ensino a distância que, ao fim e ao cabo são todas muito parecidas no barateamento dos cursos conseguido à custa de uma relação bastante desproporcional entre o número de professor e tutor por aluno e na simplificação do processo didático-pedagógico como um todo. De um lado, polos universitários em locais onde a infraestrutura é bastante precária [...] (GOMES, 2013, p. 19).

Gomes (2013, p. 20) argumenta sobre a importância da mudança:

[...] em termos macroestruturais, as mudanças nos paradigmas educacionais são necessárias e urgentes, mas não acontecerão da noite para o dia; pelo contrário, a instituição escolar tende a ser conservadora e as “inovações” em termos de práticas pedagógicas, muitas vezes, surgem atrasadas, desconexas, envoltas num certo fetiche tecnológico e ainda desacompanhadas da necessária formação dos professores e, por que não dizer, dos alunos e dos gestores também? De fato, subverter “verdades canônicas” e “certezas”

dogmáticas não é tarefa fácil, até porque há séculos de história por trás da universidade que não podem ser desconsiderados nessa questão
(GOMES, 2013, p. 20).

A importância da EAD nas Universidades deve-se à necessidade de ampliar o processo de inclusão social no ensino superior e, também, de interiorizar a Universidade. Essa mudança causa grandes impactos no âmbito administrativo, que necessita se articular para construir uma estrutura especial capaz de atender à demanda, buscando alternativas criativas para enfrentar situações que fogem da rotina.

A responsabilidade da Universidade com relação à EAD é a mesma do ensino presencial; ou seja, ofertar cursos de qualidade, para devolver para a sociedade profissionais com capacidade de inserção no mercado de trabalho, haja vista que se constitui como um dos caminhos para os indivíduos alcançar as condições necessárias para se manter e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

3.1 Política institucional para a EAD

A criação de políticas claras para a EAD é um elemento fundamental não somente no âmbito do governo, mas também em cada instituição que decidir por ofertar cursos na modalidade a distância.

De maneira geral, as Instituições de Ensino Superior têm iniciado com a implantação de cursos a distância pelos Núcleos, Laboratórios, Centros ou Departamentos de Educação a Distância. Porém, em alguns casos os Núcleos/Centros não conseguem fazer a devida articulação dentro da própria Instituição, de forma a viabilizar a integração com a estrutura organizacional acadêmica. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma política de ensino superior e a sua conseqüente oferta de cursos na modalidade a distância necessitam de articulação com as diversas áreas da Instituição e não se restringe à área da Tecnologia Educacional.

A oferta de cursos a distância deve constar no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Instituição, apresentando os investimentos e recursos necessários, conforme indicado a seguir:

O envolvimento do quadro acadêmico da(s) área(s) específica(s) altamente qualificado; contratação ou preparação de profissionais na área de educação a distância; desenvolvimento de materiais pedagógicos e pré-teste desses materiais; aquisição de equipamentos e infraestrutura tecnológica;

contratação e capacitação da equipe de tutores; preparação e teste de sistemas de gestão acadêmica integrada a distância e elaboração de planilhas e cálculos dos recursos financeiros e outros investimentos que garantam o desenvolvimento do curso, de forma a assegurar aos alunos e professores envolvidos a viabilidade e sustentabilidade do projeto, em toda a área para a qual sua oferta é prevista, garantindo a completa trajetória educacional com eficiência e qualidade (BRASIL, 2002, p. 11).

O projeto lei n. 5175/2009, apresenta no art. 38, inciso primeiro, orienta que nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Instituições de Ensino Superior constem investimentos nas Bibliotecas Universitárias no que se refere à “ampliação de acervo, da capacidade, do horário de atendimento e da viabilização de novas técnicas de acesso à informação.” (BRASIL, 2009). O *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância* apresenta a seguinte definição para o PDI baseado no decreto n. 5.773/2006:

É o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho; à missão que se propõe; às estratégias para atingir suas metas e objetivos; à sua estrutura organizacional e ao Projeto Pedagógico Institucional com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da IES, observando a qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; **a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios** e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras (BRASIL, 2012, p. 31).

A EAD está em processo de construção nas universidades. Percebe que as bases políticas e conceituais ainda estão em desenvolvimento, pois há carência de debate e certa resistência em torno da modalidade. Por mais que tenha aumentado a frequência de cursos a distância de nível superior, ainda são poucas as iniciativas de oferta diante das demandas.

As políticas do MEC abrem espaço para a oferta da EAD, de acordo com as demandas da sociedade. Para isso, credenciou as instituições federais. Portanto, as universidades precisam institucionalizar e consolidar os projetos político-pedagógico nos Planos de Desenvolvimento Institucional, para que a EAD se torne cada vez mais visível (AZEVEDO; AZEVEDO, 2009).

Torna-se fundamental, portanto, que as instituições concentrem esforços para trabalhar em torno de políticas de planejamento educacional para EAD, fazendo as devidas

previsões no orçamento, investimentos em tecnologia, suporte técnico especializado, diretrizes, estratégias, metas, ações e modelo pedagógico, tudo de forma clara (AZEVEDO, AZEVEDO, 2009).

De maneira geral, embora as Bibliotecas constem nos discursos governamentais como fundamentais nos programas científicos e educativos, ainda não se configuraram em ação nas políticas de informação no País e se apresentam de forma tímida no âmbito das IES. Como de costume, as mudanças ocorrem nas universidades e as bibliotecas/bibliotecários vão se ajustando à medida que as condições de infraestrutura e recursos humanos permitam uma melhor adequação na estrutura institucional.

Apresenta-se a seguir como se configura a estrutura tecnológica e de recursos humanos nas Universidades Federais em relação a modalidade EAD.

3.2 Estrutura tecnológica na Educação a Distância

A EAD envolve o uso de rede de computadores, incluindo redes públicas em grande escala, como a Internet, ou redes locais (local área networks – LANs) situadas em local específico. Em grande parte das instituições e organizações, as redes locais estão conectadas diretamente às redes públicas, o que não é perceptível para os usuários (KEARSLEY, 2011).

Para a viabilização de uma proposta de EAD, é importante considerar: a convergência e a integração de diversas mídias, a mediação dos professores, a mobilização de recursos humanos, educacionais, e a infraestrutura básica de hardware e software proporcional ao número de alunos, cursos e recursos tecnológicos envolvidos. Assim, a infraestrutura deve contemplar equipamentos de televisão e videocassete, linhas telefônicas, computadores para acesso à Internet, equipamentos para a produção audiovisual, serviço de videoconferência e software de gerenciamento de ensino a distância. (ROVER, 20--?).

Em relação ao software, o ambiente deve possuir recursos tecnológicos para comunicação que permitam a interação aluno-tutor, aluno-professor e aluno-aluno, tais como: correio eletrônico, fórum de discussão, FAQ e Chat, integrados ou não numa plataforma mais geral de gerenciamento do conteúdo a ser veiculado. Cada mídia e cada

tecnologia têm suas vantagens e desvantagens. As escolhas devem ser de acordo com cada curso e cada programa, já que cada um tem seus objetivos, com diferentes alunos e ambientes de aprendizagem.

Ao se planejar um curso a distância, é importante analisar o público ao qual o curso é direcionado para identificar as reais necessidades e compreender qual o tipo de tecnologia seria mais compatível com os interesses deste público, a fim garantir a qualidade e eficiência das atividades (MAIA, 2003).

Independente do modelo de curso a distância adotado, o estágio de planejamento deve compreender os seguintes aspectos na sua elaboração (QUADRO, 2).

QUADRO 2 – Questões comuns a todos os modelos de cursos

Suporte logístico	<ul style="list-style-type: none"> a) distribuição de materiais; b) estrutura de avaliação de aprendizagem que assegure a identificação e segurança dos testes; c) ressarcimento aos professores e equipe de suporte de custos com comunicação ou deslocamento para atendimento aos alunos.
Suporte aos alunos	<ul style="list-style-type: none"> a) orientação acadêmica; b) atendimento individualizado; c) acesso a bibliotecas, laboratórios e equipamentos.
Suporte aos professores	<ul style="list-style-type: none"> a) treinamento da tecnologia e metodologia do curso; b) reconhecimento financeiro e/ou acadêmico do trabalho em EAD; c) assessoria de especialistas na produção de materiais e acesso às ferramentas apropriadas; d) seleção e contratação de bons professores.
Avaliação de processo	<ul style="list-style-type: none"> a) avaliação adequada dos professores; b) a estrutura de suporte técnico e administrativa deve ser avaliada pelos alunos e professores. A avaliação deve fazer distinção entre o desempenho dos professores e os demais sistemas de suporte; d) avaliação do treinamento e suporte dos professores.
Laboratório	<ul style="list-style-type: none"> a) desenvolvimento de kits para uso individual; b) demonstração de experimentos por videoconferência; c) gravação e edição dos experimentos, usando gráficos e colocando questões; d) utilizar simulações por computador disponíveis no mercado ou especialmente elaboradas; e) encontros presenciais intensivos em locais com equipamento adequado.

Fonte: MAIA, 2003, p. 130. Baseado em UNIVERSITY OF MARYLAND UNIVERSITY COLLEGE (2001).

A estrutura apresentada no Quadro 2 permite analisar as etapas necessárias para todas as possibilidades de EAD que podem ser aplicadas nas Universidades, levando em consideração as especificidades do conteúdo e obtenção de certificação (MAIA, 2003).

Quanto maior a oferta de cursos a distância que a Universidade tenha condições de oferecer, maior deve ser a atenção com a estrutura tecnológica básica (oscilando de curso para curso), com o trabalho das equipes de produção de cursos e com o atendimento aos alunos (MAIA, 2003).

Segundo Moran (2001), além das questões comuns apresentadas no Quadro 2, os cursos na modalidade a distância podem ser estruturados da seguinte maneira: presencial, semipresencial e virtual.

- a) **Presencial** — encontros presenciais são programados, em que o professor procura conhecer os alunos e estabelecer relações, definindo as formas de comunicação (e-mail, chats). Posteriormente, os alunos recebem os materiais (livros, apostilas...). O aluno programa a sua rotina de estudo e a realização das atividades em casa. No primeiro contato, a data para o próximo encontro já fica estabelecida para a solução de dúvidas em relação ao material e outros esclarecimentos. A avaliação é realizada por meio de prova em casa, e o aluno envia para a instituição promotora;
- b) **Semi-presencial** — envolve as duas formas de educação: a presencial e a totalmente a distância. A dinâmica de sua realização compreende uma parte na sala de aula e outra por meio de tecnologias;
- c) **Virtual** — totalmente realizada a distância, com a utilização do recurso da Internet. Os contatos ocorrem por meio de videoconferência, fóruns, e-mails e chats. O professor avalia o aluno com base em mecanismos que “geram questões a serem respondidas”, possibilitando também que o aluno forneça o feedback e refaça os exercícios quantas vezes julgar necessário para sua assimilação. A EAD pode ter ou não momento presencial. Em sua maioria, acontece com alunos e professores separados fisicamente no espaço e no tempo, mas podendo estar reunidos por meio das tecnologias da informação.

Para que um curso tenha sucesso, é importante definir o tipo de mídia e de tecnologia, bem como a forma como elas serão utilizadas. No que se refere às tecnologias disponíveis para a EAD, destacam-se:

Mídia impressa — o texto impresso ainda é o mais utilizado em EAD. Os materiais são portáteis e não se deterioram com facilidade. Não implica treinamento para a sua utilização. É importante destacar que é necessário que seja desenvolvido por especialista das disciplinas, com o apoio da equipe técnica. O material impresso precisa ter como característica básica o dialogismo, uma vez que o estudante passa grande parte do tempo sozinho. Em relação à desvantagem do material impresso, pode-se citar a falta de interação. Quando há atualização do material, é necessário imprimir novamente.

Áudio e vídeo — nas décadas de 1970 e 1980, a disseminação dos aparelhos de áudio e vídeo fez com que essas tecnologias fossem interessantes para a EAD. No final da década de 1990, os aparelhos de CD e DVD começaram a substituir o cassete, com maior durabilidade e menor custo. No entanto, a produção de áudio e vídeo exige uma equipe técnica especializada para a sua produção, tornando-se mais onerosa do que a de produção de materiais impressos. Porém, com a disponibilização de softwares para a edição de áudio e vídeo digitais para computador pessoal, criou-se a possibilidade de produção de materiais audiovisuais de baixo custo.

Rádio e televisão — o rádio e a televisão, com transmissão de modo aberto ou limitado, têm a possibilidade de atingir seu público de forma imediata. O rádio é vantajoso devido a sua flexibilidade e o seu baixo custo. A televisão é mais onerosa.

Teleconferência — a utilização da teleconferência permite a interação entre professores e alunos. Destacam-se os seguintes tipos de uso desta tecnologia: audioconferência — os participantes estão conectados por meio da linha telefônica; tecnologia audiográfica — também é conectada por linha telefônica, mas agrega imagens ao áudio; videoconferência — permite a transferência em ambos os sentidos de imagens televisadas via cabo ou satélite.

O computador e a interface web — é o meio de informação e comunicação mais utilizado no mundo. A *web* foi concebida para permitir a interconexão, na medida em que, permite por meio dos vínculos hipertextuais, o acesso a todos os documentos digitalizados.

Tecnologias de informação

Destacam-se as tecnologias de informação mais conhecidas, capazes de promover a comunicação tanto síncrona como assíncrona. Apresenta-se o que compõe cada comunicação:

- a) **E-mails** – correio eletrônico utilizado para envio de conteúdos que necessitam ser lidos, interpretados e respondidos. É uma forma de comunicação assíncrona;
- b) **Chat** – bate papo, comunicação simultânea em tempo real (síncrona);
- c) **Newgroups** – grupos de discussão que estimulam a troca de informação de membros de uma comunidade virtual que tem interesses afins (assíncrona);
- d) **Fórum** – elege-se um tema e ocorre uma discussão em relação ao assunto (assíncrona).

Ferramentas de acompanhamento do processo educativo em ambientes virtuais de aprendizagem

Os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) permitem o acompanhamento de cada aluno, uma vez que consistem em sistemas computacionais que desenvolvem bases de dados com capacidade de armazenar as seguintes informações: frequência e assiduidade, resultados de testes on-line, trabalhos publicados e prazos de entrega e troca de mensagens entre os participantes. No AVA, vários recursos podem ser desenvolvidos e utilizados nos cursos: fóruns, chats, biblioteca virtual, material didático-pedagógico e tutoriais.

Entre os softwares gratuitos, o Moodle, criado em 2001, tornou-se uma escolha comum e muito interessante. No Brasil, sua utilização tem se efetivado pelo fato de a Universidade Aberta (UAB) ter definido por sua utilização (MATTAR, 2011).

Modular Object Oriented Distance Learning (Moodle) — é um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), desenvolvido em código aberto (open source) com apoio em princípios pedagógicos. Baseia-se totalmente em ferramentas Web, requerendo do usuário um computador conectado à Internet e um navegador, por exemplo, o Firefox e a Internet Explorer. O seu ambiente permite cobrir três eixos básicos no processo de ensino e aprendizagem: o gerenciamento de conteúdos; a interação entre os usuários; e o acompanhamento e avaliação dos alunos.

TeleEduc — software de código aberto, desenvolvido pelo Núcleo de Informática Aplicada à Educação (Nied), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi construído de forma participativa, conforme a demanda e as necessidades de seus usuários. Com isso, apresenta como diferencial em relação aos demais ambientes de EAD existentes no mercado, a facilidade de uso por pessoas que não entendem muito da área de computação. Também apresenta flexibilidade quanto a sua utilização e um conjunto condensado de funcionalidades. Trata-se de um software livre, o qual aceita modificações, sob os termos da GNU General Public License, versão 2, publicada pela Free Software Foundation.

WebCT — é um sistema de gestão de aprendizagem similar ao Moodle. Foi desenvolvida pelo grupo Murraw W. Goldberg, da University of British Columbia. A sigla WebCT significa Web Course Tools. A vantagem de sua utilização está na possibilidade de disponibilizar um ambiente de ensino e aprendizagem integrado, permitindo a utilização de uma série de ferramentas, como: chat, correio eletrônico, acompanhamento do aluno, suporte para projetos colaborativos, autoavaliação, controle de acesso, calendário de curso, dentre outros atributos. Também pode ser usado como ferramenta complementar de um curso já existente na disponibilização de materiais.

AulaNet — software desenvolvido pelo Laboratório de Engenharia de Software (LES), do Departamento de Informática da PUC-RJ, em 1997. Em 1998, iniciou a parceria entre a Puc-Rio e a EduWeb. O software é distribuído gratuitamente para as instituições interessadas em criar e manter seus cursos utilizando a Web como ferramenta. Apesar de distribuído gratuitamente, o código fonte não é disponibilizado para o usuário, ficando o direito sobre novas versões, adaptações e criação de funcionalidades exclusivo da empresa EduWeb.

Há detrás de toda essa infraestrutura tecnológica uma equipe multidisciplinar, que se articula para que os cursos inseridos na modalidade a distância tenham sucesso. A seguir, apresenta-se a equipe envolvida na modalidade EAD nas instituições públicas de ensino superior.

3.3 Recursos humanos e serviços prestados na modalidade EAD

A equipe envolvida na construção e execução do trabalho de EAD é multidisciplinar, cada um com a sua especialidade, devendo trabalhar de forma cooperativa e em rede, visando atingir um objetivo comum. Deve atender às particularidades de cada instituição, envolvendo o planejamento e o desenvolvimento da proposta EAD (CUNHA, 2011).

Destaca-se que a quantidade e a especialidade dos profissionais envolvidos dependem da forma como o projeto EAD é elaborado e da determinação de seus objetivos, a fim de atender às necessidades e demandas da sua área de atuação.

Ressalva-se, ainda, que o sucesso de uma equipe de EAD está relacionado ao grau de comprometimento dos participantes, que devem executar as atividades de forma responsável, pois estas são desempenhadas por cada participante e encontram-se atreladas à execução das outras atividades para a concretização do resultado final. Nesse sentido, a importância de uma interação e diálogo permanente é fundamental para que o objetivo final da proposta de EAD seja atingido. Inclui-se, ainda, como aspecto importante que a definição dos profissionais para a execução das atividades é de grande relevância.

No Quadro- 3 apresenta-se a estrutura adequada à estrutura organizacional.

QUADRO 3 - Equipe de profissionais na EAD e seus papéis

Profissionais em EAD	Papéis
Equipe Pedagógica / Acadêmica	Coordenador / Gerente / Diretor da EAD, Coordenador Pedagógico da EAD, Coordenador do curso, Professor-autor/Conteudista, Docente (Professor ministrante) e Equipe Didático-Pedagógica
Equipe de Produção de Material Didático	Coordenador de produção, Professor-autor/Conteudista, Instrucional <i>web</i> , Designer Instrucional, Instrucional pedagógico, Programador, Revisor de linguagem e Ilustrador.
Equipe de Acompanhamento e Atendimento ao Aluno	Coordenador de Tutoria, Tutor, Coordenador de Polo de Apoio Presencial, Monitor para laboratórios e polos de apoio presencial, [Bibliotecário]
Equipe de Suporte e Logística	Secretaria, Registro e Controle Acadêmico, Auxiliar Acadêmico (apoio aos professores), Polo de apoio presencial e Logística.
Equipe Financeira, Administrativa e de Pessoal	Administrativo financeiro e Departamento pessoal.
Equipe de Suporte Tecnológico, de Comunicação e Informação	Coordenador de TI, Especialistas em TI no uso das plataformas de gerenciamento, Profissionais da comunicação - rádio, cinema, TV, áudio e vídeo.
Equipe de Pesquisa e Avaliação	Coordenador de pesquisa e avaliação, Comissão de pesquisa e Comissão de avaliação.

FONTE: CUNHA, 2011, p. 210.

Em função de sua complexidade, a EAD, necessita de atores com competências e habilidades para estabelecer e gerir todo o processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, algumas características são fundamentais para quem quer fazer parte da equipe, a saber: gostar da modalidade EAD e reconhecer a sua importância, comprometimento, responsabilidade, criatividade, transparência e abertura para integrar e trocar experiências. Uma das principais formas de capacitação e desenvolvimento da equipe envolvida com a modalidade a distância apoia-se nos cursos ofertados pela própria instituição, envolvendo diversas áreas e profissionais.

A estruturação da equipe ocorre da seguinte forma: cada IES, por intermédio do reitor, indica dois coordenadores de UAB, que vão representar a instituição perante a Diretoria de Educação a Distância da CAPES. Além disso, é necessário uma equipe de coordenadores de cursos e uma equipe de tutores, cada um com suas respectivas atribuições e competências.

A IES tem responsabilidade em relação às seguintes atribuições: formulação dos cursos; acompanhamento do projeto pedagógico; gestão acadêmico-administrativa; certificação dos alunos; formação de uma equipe de professores para cuidar da organização do material didático e ministrar os conteúdos, com apoio em recursos tecnológicos, tais como a internet, videoconferência e outros recursos; capacitação dos tutores para a condução do projeto pedagógico dos cursos (QUIRINO; CORRADI; MACHADO, 2013).

A equipe de recursos humanos a ser constituída nos polos de apoio presencial, conforme disciplinado pelo MEC, é composta por: coordenador de polo, um técnico em informática, um bibliotecário, um auxiliar para a secretaria e tutores presenciais. “Os tutores presenciais recebem bolsa UAB e deverão ter formação superior adequada às áreas específicas das disciplinas dos cursos.” (QUIRINO; CORRADI; MACHADO, 2013, p. 170).

A seguir, apontam-se algumas das categorias propostas pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação em relação aos profissionais envolvidos com a modalidade EAD adotadas por grande parte das universidades públicas que

trabalham com a modalidade a distância. Ressalta-se que, após a extinção da SEED do MEC, em meados de 2011, a responsabilidade pelo pagamento de bolsa, antes atribuída ao Sistema de Gestão de Bolsas (SGB) do FNDE, passou a ser SGB da CAPES.

Para ter direito ao recebimento da bolsa, cada ator do sistema UAB deve preencher o formulário de Cadastramento e Termo de Compromisso do Bolsista, observando os requisitos expressos nas leis 11.273/2006 e 11.502/2007, excetuando-se os casos expressos pela portaria conjunta CAPES/CNPq n. 1, de dezembro de 2007. O não cumprimento dos requisitos implica o cancelamento da bolsa, bem como o ressarcimento dos recursos, conforme Resolução FNDE/CD n. 26, de 6 de junho de 2009, atualizada pela resolução FNDE/CD n. 8 de 30 de abril de 2010.

No que se refere aos profissionais da equipe das IFES, destacam-se:

- **Coordenador de curso nas instituições públicas de ensino superior (IPES)** — “pesquisador ou pesquisador/designado indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades de coordenação de curso implantada no âmbito do Sistema UAB [...]” (BRASIL, 2010). Tem como responsabilidade a organização e o planejamento pedagógico do curso. Exigência de, no mínimo, três anos de magistério superior. As informações sobre valores e formação mínima encontram-se descritas na Resolução FNDE/CD. O valor da bolsa pode variar de 1 ½ a 2 salários mínimos por mês, aproximadamente, conforme a titulação (BRASIL, 2010, p. 42).
- **Coordenador UAB e adjunto** — “professor ou pesquisador indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará na coordenação e apoio dos polos presenciais e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos e programas [...]” (BRASIL, 2010). Tem a função de realizar a articulação entre o Sistema UAB e a Universidade, apoiando as coordenações de curso. È responsável, também, por homologar os bolsistas vinculados à IES, gerar relatórios necessários, acompanhar os polos de apoio presencial e disseminar a cultura de EAD. O coordenador adjunto é como um suplente do coordenador UAB, apoiando todos os processos. Sua participação se efetiva desde que comprove a experiência

de, no mínimo, três anos de magistério superior. O valor da bolsa em 2014 variava de 1 ½ a 2 salários mínimos por mês, aproximadamente, conforme a titulação (BRASIL, 2010, p. 42).

- **Coordenador de tutoria nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES)** — “professor ou pesquisador indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará na coordenação e apoio dos polos presenciais e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados aos cursos e programas [...]” (BRASIL, 2009, p. 7). Sua função é coordenar os tutores dos cursos implantados no âmbito da UAB e nos projetos de pesquisa relacionados com os cursos. É necessário comprovar experiência mínima de três anos de magistério superior. O valor da bolsa em 2014 pode variava de 1 ½ a 2 salários mínimos por mês, aproximadamente, conforme a titulação (BRASIL, 2010, p. 42).
- **Professor pesquisador conteudista** — tem a função de produzir o material didático, por meio de mídias ou instrumentos físicos. Desempenha diversas funções, que variam de instituição para instituição, na construção do conteúdo programático e didático do curso/aula; desenvolve liderança; sabe lidar com grupos multidisciplinares; coordena trabalhos de webdesigner e ilustrador com relação ao programa e material didático do curso; tem habilidades com as TICs; e possui formação na área de atuação. Existem outras competências e habilidades que este profissional precisa desempenhar e desenvolver. É conhecido também como “professor autor”. O valor da bolsa em 2014 variava de variar de 1 ½ a 2 salários mínimos por mês, aproximadamente, conforme a titulação (BRASIL, 2010, p. 42).
- **Professor-pesquisador** — “professor ou pesquisador designado ou indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades típicas do ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas ao curso [...]” (BRASIL, 2010, p. 42). A exigência para o desempenho da função é de experiência de três anos no magistério superior. É de sua responsabilidade desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, tutores e professores utilizando recursos e metodologias previstos no plano de capacitação, assim como apresentar relatórios no final da disciplina do desempenho dos estudantes e

desenvolvimento da disciplina. O valor da bolsa em 2014 variava de 1 ½ a 2 salários mínimos por mês, aproximadamente, conforme a titulação (BRASIL, 2010, p. 42).

- **Tutor** — profissional selecionado pela IPES vinculadas ao Sistema UAB para desenvolver as atividades relacionadas à tutoria, com experiência mínima de 1 ano de magistério do ensino básico ou superior, ou formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação. O valor da bolsa em 2014 era de, aproximadamente, 1 salário mínimo por mês, enquanto estiver exercendo a função. Ficam sob a responsabilidade das IPES a seleção dos tutores, as atividades a serem desempenhadas conforme os projetos pedagógicos, respeitando as especificidades das áreas e dos cursos (BRASIL, 2010, p. 42).
- **Tutor presencial** — responsável pelo acompanhamento dos alunos no polo presencial, orientando e tirando dúvidas. Também é responsável por acompanhar os alunos no ambiente virtual, verificando os acessos e se articulando com os professores e tutores virtuais, sendo um parceiro integrado com a proposta de cada disciplina do curso;
- **Tutor a distância** — profissional graduado ou pós-graduado envolvido com as áreas específicas das disciplinas ofertadas e com experiência mínima de um ano de magistério. Deve acompanhar e orientar os estudantes nas atividades realizadas no sistema on-line, tirando dúvidas e corrigindo tarefas;
- **Coordenador de polo** — professor da rede pública, graduado e com, no mínimo três anos em magistério na educação básica ou superior. Suas responsabilidades são: administrar a parte de infraestrutura física e humana; auxiliar na seleção de tutores presenciais e de laboratórios; viabilizar a divulgação dos cursos; e cuidar para que o andamento do curso ocorra de forma positiva. A bolsa concedida é de, aproximadamente, 1 ½ salário mínimo por mês, enquanto estiver em exercício (BRASIL, 2010, p. 42).

As categorias apresentadas a seguir não constam da Resolução FNDE/CD n. 26, de 6 de junho de 2009, atualizada pela resolução FNDE/CD n. 8, de 30 de abril de 2010. Existem outras categorias de profissionais que podem fazer parte da equipe EAD. Destacam-se aqui apenas as mais encontradas em cursos na modalidade a distância.

- **Diretor da EAD** — realiza as seguintes funções: administrar, coordenar e assessorar o desenvolvimento de cursos de graduação, pós-graduação e de extensão na modalidade a distância; promover estudos e pesquisas sobre EAD; promover a articulação da instituição com os polos de apoio presencial; propor e manter a infraestrutura do Centro/Núcleo; designar os integrantes da estrutura; executar a gestão administrativa e financeira; planejar as necessidades de recursos humanos quando necessário; buscar cooperação técnica, por meio de convênios e parcerias; e apresentar à Reitoria as atividades desenvolvidas com vistas a subsidiar à elaboração de proposta orçamentária;
- **Coordenador de orientação acadêmica** — professor, preferencialmente, da IPES, responsável por acompanhar as orientações dos Trabalhos de Conclusão de Curso – (TCC);
- **Bibliotecário** — responsável por executar as atividades de aquisição, registro, catalogação, referência, disseminação da informação, implementação de base de dados, tutoriais etc. A responsabilidade de contratação de bibliotecários fica a cargo do mantenedor do polo.
- **Programador** — profissional responsável pelos conhecimentos associados a tecnologia, desenvolvimento de programas e implementação de bancos multimídias. Desenvolve a parte específica de programação de computadores;
- **Web-roteirista** — tem como função cuidar da formatação midiática do texto;
- **Web-designer** — responsável pela estética do ambiente do curso;
- **Designer instrucional** —tem a função de garantir que o material didático tenha uma interface de comunicação adequada com o projeto pedagógico do curso. Acompanha todas as etapas do processo, desde o planejamento até a avaliação do curso na modalidade EAD;
- **Ilustrador** — tem como função produzir o desenho gráfico, as ilustrações e as animações, enfim, todo o envolvimento com a parte de direção de arte.
- **Administrador** — tem como função apoiar o curso em relação às atividades administrativas de acordo com o calendário das disciplinas e

atividades presenciais, administrando o pagamento de bolsas e a produção dos materiais para as disciplinas, dentre outras.

- **Secretário** — tem como função auxiliar a Coordenação do curso, os professores e os alunos nas atividades, como envio e recebimento de provas, marcação de reuniões e envio de comunicados e avisos aos professores e alunos.

As IPES vinculadas ao sistema UAB ficam com a responsabilidade de selecionar os tutores, professores, pesquisadores e coordenadores. Os estados e municípios proponentes de polos de educação a distância ficam com a responsabilidade de indicar o coordenador de polo e contratar bibliotecários, secretários etc. Os profissionais atuantes nos Centros/Núcleos fazem parte do quadro de servidores das Universidades ofertantes da modalidade EAD.

Percebe-se que a forma de contratação e remuneração dos profissionais envolvidos é diferenciada. Um novo cenário de trabalho aparece no campo educacional. As propostas e as metodologias de ensino EAD evidenciam a reestruturação produtiva no campo educacional, levando ao aumento do trabalho informal e a novas formas de contrato de trabalho. Nas Universidades públicas, o número de professores que fizeram concurso para trabalhar na modalidade EAD não é suficiente para atender à demanda. Nesse caso, o trabalho torna-se voluntário e o professor recebe bolsa. Em outras situações, quando existe a necessidade de contratar um profissional específico para trabalhar com a EAD, mas que não tenha no quadro da Universidade, a forma utilizada é o recurso de contrato de pessoa física, que vem no fomento que a CAPES disponibiliza. Comumente, o contrato de trabalho é através da CLT.

Vale acrescentar que as atividades em EAD têm ocorrido sem a incorporação dos docentes no corpo funcional das instituições, com regime de trabalho flexível e a forma de remuneração sob o regime de bolsas, sem maiores responsabilidades por parte da instituição em relação ao trabalhador. Isso é característico do serviço terceirizado, acarretando a precarização das relações de trabalho.

É nesse quadro geral em relação à EAD que o trabalho foi realizado. Em decorrência de sua estruturação, apresenta-se, a seguir, a sua contextualização, indicando o percurso para a análise, iniciando-se pela fase da pesquisa exploratória, bem como pela definição e apresentação das dimensões temáticas utilizadas.

4 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA BIBLIOTECAS/ BIBLIOTECÁRIOS NO CONTEXTO DA EAD

Normalmente, a gente não produz conhecimento totalmente novo, no sentido de uma construção nova. Nós partimos do que já está construído, do que já está disponível, do conhecimento que está aí diante de nós e o refazemos, reelaboramos.

(DEMO, 2009)

4 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, BIBLIOTECA/BIBLIOTECÁRIOS NO CONTEXTO DA EAD

Este capítulo destina-se à apresentação dos níveis da pesquisa, que será descrita de acordo com sua realização, ou seja, os dados e a análise referentes à primeira e à segunda fases, conforme se apresenta a seguir.

A primeira fase da pesquisa apreendeu os elementos quantitativos e qualitativos que permitiram obter um panorama da situação, mediante a exploração de dados existentes no Portal da Capes que serviram de embasamento para seu levantamento quantitativo. Na dimensão qualitativa, os parâmetros norteadores da primeira fase, de caráter exploratório, estão descritos a seguir:

- a) Experiência da biblioteca na EAD; Norteamentos políticos para a EAD, participação do bibliotecário no estabelecimento das normas e orientações; Aspectos operacionais (processo de aquisição, controle patrimonial, processamento técnico, circulação de materiais); Interconexão entre bibliotecários e equipe de atendimento nas bibliotecas dos polos.

Após a análise dos resultados, foram consolidadas as informações que permitiram definir os procedimentos para a segunda fase da pesquisa, de caráter qualitativo. Esta baseou-se nas entrevistas dos diretores de EAD e dos bibliotecários na função de diretores das Bibliotecas Universitárias (UFMG, UFOP, UnB, UFMT e UFSC). Os parâmetros norteadores para cada segmento inseridos na EAD são descritos a seguir:

- b) Experiência e atuação da BUs: ótica dos bibliotecários e diretores de EAD; Estrutura e normas acadêmicas para a modalidade EAD; Bibliotecas Universitárias e bibliotecas polos: conexões; Organização das equipes e o bibliotecário; Recursos tecnológicos para a modalidade EAD e a Biblioteca; Atribuições, desafios e incentivo da Instituição com relação à EAD.

4.1 A CONSTRUÇÃO DOS DADOS — PRIMEIRA FASE

Na fase inicial desta pesquisa, levantou-se no Portal da Capes, as Universidades Federais que ofertavam cursos de graduação na modalidade EAD. O resultado da fase exploratória da pesquisa permitiu identificar 50 Universidades Federais envolvidas no processo de EAD, no site do portal da CAPES (QUADRO 4).

QUADRO 4 – Universidades Federais no Brasil que ofertam cursos de graduação a distância

Região do Brasil	Total por região de Universidades em EAD
Centro-Oeste	5 (UFG, UFGD, UFMS, UFMT, UnB)
Nordeste	15 (UFAL, UFBA, UFC, UFERSA, UFMA, UFPB, UFPE, UFPI, UFRB, UFRN, UFRPE, UFS, UNILAB, UNIVASF, UFPE)
Norte	5 (UFAM, UFPA, UFT, UNIFAP, UFRR)
Sudeste	18 (UFES, UFF, UFJF, UFLA, UFMG, UFOP, UFRJ, UFSCAR, UFSJ, UFU, UFV, UFVJM, UNIFAL, UNIFEI, UNIRIO, UFRJ, UFRRJ, UNIFESP)
Sul	7 (UFPR, UFRGS, UFSC, UFSC, UFSM, URG, UTFPR, UFPEL)
Total	50

Fonte: Dados levantados no site da CAPES, maio, 2013.

Em seguida, procedeu-se à confirmação das informações relacionadas à modalidade EAD no site das bibliotecas de cada universidade. Posteriormente, enviou-se um questionário, a fim de apreender os seguintes aspectos: dimensões referentes às políticas para a EAD e a participação do bibliotecário; interação entre equipes; diretrizes para acervo; e interconexão entre bibliotecários e equipe de atendimento nos polos.

De acordo com o retorno dos Sistemas de Bibliotecas das Universidades Federais que ofertam cursos de graduação na modalidade EAD e que atenderam às questões solicitadas via e-mail, foi possível obter os seguintes resultados: de um total de 50 universidades federais envolvidas no processo, 27 não deram retorno às questões enviadas e 23 se manifestaram em relação ao envolvimento do sistema de bibliotecas ou da biblioteca central nos cursos de graduação na modalidade a distância. Constatou-se, ainda, que a situação se apresentava da seguinte forma: 18 Bibliotecas Universitárias

das Universidades Federais não participam diretamente da modalidade EAD e 5 informaram que já estão atuando de alguma forma.

A seguir, buscou-se descrever as informações apresentadas pelas Bibliotecas em relação às ações para atender à demanda da modalidade EAD. Os dados indicados abaixo se referem às cinco Bibliotecas que apresentaram ações em relação à modalidade a distância, representadas pelas instituições: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade de Brasília (UnB).

Dimensões qualitativas de atuação dos Sistemas de Bibliotecas

Bibliotecas que participam da EAD¹³

- Na IES existe uma biblioteca específica para atender à EAD, com bibliotecário para organização/tratamento da informação e funcionário para serviços de empréstimo/devolução. O acervo é centralizado e concentra-se nas bibliografias básicas dos cursos de graduação em EAD. A Biblioteca é responsável pela confecção de fichas catalográficas e pelo armazenamento do trabalho final de graduação. O tutor é a ponte entre a biblioteca e o usuário devido à distância física.
(En. B4/SE).
- A Biblioteca participa da aquisição e distribuição de material bibliográfico para todos os polos. O software é o mesmo utilizado na sede e nos polos, o que possibilita treinar a equipe dos polos para realizar empréstimos aos alunos de cada polo/cidade. O aluno matriculado, seja EAD ou presencial, tem os mesmos direitos, inclusive com a confecção de carteira para uso no Sistema de Bibliotecas. O atendimento à demanda dos alunos EAD ocorre da mesma forma como em qualquer outra unidade de ensino. A interação entre os profissionais da EAD e os bibliotecários acontece via telefone, e-mail e no atendimento de solicitações/informações aos funcionários dos polos (En. B0/SE).

¹³ Informações levantadas via e-mail.

- O Sistema de Bibliotecas conta com um setor de apoio à EAD, já tendo ocorrido visitas técnicas aos polos, começando por aqueles que oferecem graduação, seguindo-se especialização e aperfeiçoamento. Atualmente, os esforços estão concentrados em fazer o empréstimo do acervo para as bibliotecas polos e a criação de vídeo-aulas. Ressalta-se que uma das bibliotecas setoriais do Sistema de Bibliotecas apresenta uma participação importante na EAD (En. B1/SE).

Biblioteca setorial participante da modalidade EAD - A Biblioteca atende aos alunos da modalidade a distância, oferecendo os seguintes serviços: tutorial impresso, blog, chat, e-mail específico para atendimento à EAD e empréstimo de livros, que são enviados via correios. Os alunos são responsáveis pela devolução, assumindo os custos. Além da relação de assistência aos alunos, a Biblioteca procura capacitar os tutores locais, que se tornam o elo entre o polo e a Biblioteca da Universidade. Quanto aos materiais bibliográficos; as revistas publicadas na Faculdade e os livros que já possuem número suficiente são enviados para as bibliotecas polo, no intuito de contribuir para o desenvolvimento do acervo. O controle do material bibliográfico não é realizado pela Biblioteca, porque o polo é da Prefeitura, onde funcionam cursos de várias Instituições. O nível de rotatividade de funcionários administrativos nos polos é grande e nem sempre conta-se com o profissional bibliotecário (En. B2/SE).

- A Biblioteca desenvolve um projeto de um repositório de objetos digitais de aprendizagem (RODA) para publicação/preservação de material didático. Primeiramente, está sendo povoado com o material didático produzido pelos professores dos cursos a distância. A aquisição de acervo começou a ser feita via Biblioteca Central, da mesma forma como é feita para os cursos presenciais. Existe a proposta para criar uma rede, ou sistema, de bibliotecas polo, que será coordenada pela Biblioteca Central (En. B5/CO).
- A participação da Biblioteca foi identificada no site. Existem os serviços específicos para a EAD de empréstimo/devolução de obras da biblioteca e tutoriais que são disponibilizados especificamente para o EAD e outros que são disponíveis para todos, independentes de serem alunos a distancia ou não (En. B3/S).

Os dados apresentados a seguir referem-se à sistematização das informações repassadas pelas 18 Bibliotecas que não participam de forma direta da modalidade EAD. Eles demonstram as visões/dificuldades para a inclusão das questões referentes à EAD no âmbito das Bibliotecas Universitárias (QUADRO 5).

QUADRO 5 – Bibliotecas que não participam diretamente da EAD (Continua)

Tópicos	Nºs Bib	Considerações apresentadas pelas Bibliotecas
Políticas e normas	18	Não existe uma política que direcione as ações em relação à EAD. Algumas bibliotecas destacaram a existência de uma Instrução Normativa, que estabelece regras para o empréstimo aos alunos EAD.
Atuação do bibliotecário	18	Não há participação do bibliotecário. Entretanto, quando há disponibilidade de recursos financeiros, existe a possibilidade de contratação de estagiários de Biblioteconomia por intermédio dos Centros/Núcleos de EAD.
Aquisição de acervo	07	Não participam do processo de aquisição do acervo.
	01	Para o processo de aquisição do acervo, a Coordenação dos Cursos e os professores das disciplinas que compõem os diferentes currículos informam os títulos necessários. Então, o Núcleo/Centro de EAD da Universidade os encaminha às Prefeituras mantenedoras dos Polos UAB para a aquisição. Essa atividade não é realizada pela Universidade.
	02	A Biblioteca Universitária está trabalhando para a aquisição de e-books. Por enquanto, é o único contato entre os Sistemas de Bibliotecas e a Coordenação da EAD.
	01	As Bibliotecas não interferem nas posições da EAD. No entanto, existe a proposta de parceria em relação ao processo de desenvolvimento do acervo, definindo políticas para aquisição baseada na logística do MEC. No momento, ainda é uma proposta que deve se consolidar em 2014.
	01	Em relação ao acervo, os livros devem ser tombados pela BC, para serem encaminhados aos polos, acompanhados do Termo de Guarda.
	06	Não apresentaram nenhuma resposta para este tópico.
Treinamento	07	Não participam desse processo.
	01	Os Centros/Núcleos de Educação a Distância se encarregam de treinar os funcionários dos polos. Existe a oferta de curso de capacitação de auxiliares de biblioteca, realizado a distância e direcionado à formação de recursos humanos das Bibliotecas dos polos de apoio.
Treinamento	01	Como as Bibliotecas contam com um número muito reduzido de bibliotecários, a responsabilidade de organização e gerenciamento fica a cargo dos polos, sem a participação dos bibliotecários das Universidades Federais.
	01	Encontra-se em processo de viabilização de parceria com a Coordenação da EAD, por meio da Comissão de Educação Continuada de Usuários do Sistema, com o objetivo de criar instrumentos de formação dos alunos de EAD e de trazer para esta formação bibliotecários contratados pelas prefeituras para atuar nos polos.
	08	Não apresentaram nenhuma resposta para esse tópico.
Interação	16	Não existe nenhuma ligação entre Bibliotecas sede e Bibliotecas dos polos.

	01	O elo existente ocorre através dos diretores e servidores do Centro de EAD da Universidade.
	01	A cada semestre ocorre uma reunião no campus. A biblioteca divulga os serviços e o acervo das Bibliotecas.
Empréstimo	07	Os alunos EAD têm os mesmos direitos que os alunos da modalidade presencial. Destaca-se que em algumas Universidades o prazo de empréstimo é diferenciado, em torno de 30 dias.
	01	O empréstimo ainda está sendo discutido na Comissão de Circulação, mas tudo indica que os alunos EAD terão os mesmo direitos que os alunos do ensino presencial.
	02	Os alunos da modalidade EAD apenas utilizam os materiais didáticos disponíveis nos polos.
	04	A demanda é atendida por meio do empréstimo entre bibliotecas ou do empréstimo especial, contudo, o número de solicitações é baixo, quase inexistente.
	01	Ainda não houve procura por alunos, professores e coordenadores de EAD.
	03	Não responderam como esse processo ocorre em suas Universidades.

Fonte: Compilado pela autora, 2013.

(Conclusão)

As informações levantadas permitem inferir que as dimensões de política, diretrizes e normas que direcionem a atuação da Biblioteca e do profissional bibliotecário nas questões relacionadas à modalidade a distância nos cursos de graduação ofertados pelas Instituições, não se encontram claramente definidas. Existem lacunas, que precisam ser descritas e discutidas, para que possam ser concretizadas parcerias entre as bibliotecas sede, as bibliotecas polos e os Centros/ Núcleos EAD.

Em razão das informações obtidas, evidenciou-se que a participação do bibliotecário nos programas de EAD é pouco significativa. Tal fato se deve a uma série de motivos, destacando-se dentre eles: a distância física aos locais onde ocorrem os cursos. Isso faz com que o bibliotecário atuante nas bibliotecas sede tenha dificuldades para participar e tomar conhecimento, até mesmo, da existência. A equipe formada para desempenhar determinadas atividades, na maioria das vezes, não conta com a participação do profissional bibliotecário. Por isso, há necessidade de sintonia entre a Coordenação da EAD, e a Biblioteca torna-se fundamental.

Outro aspecto que chama a atenção é a responsabilidade assumida pelas prefeituras na contratação da equipe que atuam nos polos, mencionando-se o profissional

bibliotecário. Informações recebidas permitem perceber a existência de rotatividade de pessoas que atuam com a modalidade EAD, podendo se destacar que tal situação repercute de forma negativa na criação de vínculo e na construção da experiência, interferindo na continuidade das ações.

A infraestrutura das Bibliotecas esta fica a cargo das prefeituras e dos municípios, que ficam responsáveis pela manutenção dos polos. No entanto, em algumas cidades onde funcionam os polos não existem profissionais capacitados para atuar nas Bibliotecas, repercutindo no baixo desempenho das atividades desenvolvidas por aquelas já instaladas. De outro lado, os bibliotecários das Universidades envolvidas teriam muito a contribuir se fossem convidados a participar e pensar em qual seria a melhor forma de planejar para atender a essa demanda.

Percebe-se, também, certa expectativa em relação ao curso de Bacharelado em Biblioteconomia a Distância como alternativa para minimizar o problema da falta de pessoal capacitado para atuar em diversos lugares onde há carência de profissional habilitado.

Em relação à aquisição do acervo e à orientação do bibliotecário dos polos, bem como do pessoal técnico administrativo, várias Bibliotecas Universitárias não participam desse processo. Um número reduzido de BUs informou que registra o material bibliográfico para enviar aos polos, acompanhado do Termo de Guarda, configurando, assim, uma responsabilidade de controle pela Biblioteca sede em relação ao controle do material bibliográfico enviado aos polos.

A interação entre as Bibliotecas sede e as Bibliotecas polo é relativamente frágil. Quando ocorre, é por intermédio dos profissionais envolvidos na modalidade EAD e dos bibliotecários, via telefone e e-mail. Os bibliotecários da Universidade, no início de cada semestre, participam da recepção dos calouros e fazem a apresentação dos produtos e serviços oferecidos pelas Bibliotecas.

O empréstimo de materiais, em grande parte das Universidades, é acessível aos alunos distantes. No entanto, as Bibliotecas polos nem sempre são automatizadas nem possuem

software compatível para o empréstimo automatizado, prevalecendo o empréstimo entre bibliotecas e o especial. Os alunos inseridos na modalidade a distância podem se cadastrar na Biblioteca sede e solicitar a carteirinha. Quando estiverem de passagem no campus, podem fazer o empréstimo de forma regular. Ressalta-se que ainda não existe um padrão estabelecido. Em algumas Universidades, os alunos apenas utilizam os materiais didáticos disponíveis nos polos. Em outras, essa questão ainda está em discussão na Comissão de Circulação das Bibliotecas Universitárias.

A seguir, apresenta-se a construção dos dados referente à segunda fase da pesquisa, de caráter qualitativo, que buscou conhecer a situação da Biblioteca Universitária e a modalidade a distância nas Universidades selecionadas para a pesquisa.

4.2 A construção dos dados segunda fase: a EAD e as bibliotecas

As Universidades brasileiras apresentam experiências diferenciadas em relação à modalidade EAD. As Bibliotecas inseridas neste contexto precisam adaptar-se a essa realidade e acompanhar as mudanças, para apoiar e contribuir com a qualidade da educação, garantindo que os alunos desta modalidade tenham os mesmos direitos de acesso aos recursos informacionais disponíveis na Universidade que os alunos na modalidade presencial.

O quadro atual, como pode ser visto a partir dos resultados da fase exploratória, não se apresenta propício para esse desempenho, pois existem barreiras que dificultam/restringem o bibliotecário de atuar de maneira adequada. Essas barreiras levam a uma reflexão sobre os aspectos relacionados às políticas que direcionam as ações das bibliotecas e as dificuldades com a infraestrutura tecnológica e de recursos humanos.

A pesquisa revelou que existem experiências pioneiras em EAD e outras em processo de construção, como pode ser visto no próximo tópico.

4.2.1 *Experiência e atuação das BUs na EAD*

As Bibliotecas Universitárias, de forma geral, atendem à demanda da comunidade acadêmica. Com a implantação da EAD nas Universidades, os alunos inseridos nesta modalidade encontram-se distantes e têm como ponto de referência e proximidade os polos de apoio presenciais. A Biblioteca sempre exerceu seu papel na Universidade e, a cada programa implantado, faz o possível para sua integração. A responsabilidade da Biblioteca Universitária relaciona-se com o provimento de informações para o ensino, a pesquisa e a extensão. Portanto, deve participar ativamente dos processos acadêmicos, a fim de oferecer o suporte necessário aos alunos, professores e tutores, procurando atualizar as normas, os regulamentos e os serviços.

Em face da decisão de apreender a visão dos bibliotecários, procedeu-se à realização de entrevistas com estes profissionais. De acordo com o bibliotecário B1, da região Sudeste, no que se refere à instituição sob sua direção, a Biblioteca Universitária implantou um setor específico para apoiar as Bibliotecas dos polos. Atualmente, a

Diretoria da BU, junto com este setor, está realizando visitas aos polos para elaborar um diagnóstico capaz de identificar a forma como o Sistema de Bibliotecas pode colaborar efetivamente com a modalidade EAD. No momento, o setor passa por reestruturação. Suas colocações esclarecem:

A biblioteca recentemente, quer dizer, há menos de dois anos, passou por uma reestruturação interna, a BU. Foram criadas algumas divisões e alguns setores. Um dos setores que foi criado dentro de uma divisão específica no organograma, que está disponível na página da BU, pretendia ser um Setor de Apoio às Bibliotecas dos Polos de Educação a Distância em que a Universidade oferece algum tipo de curso. Esse setor/divisão foi submetido ao crivo do Conselho Diretor da BU. Foi aprovado, mas, muito provavelmente, não existe registro dessa medida e dessa decisão em ata específica dessa reunião. [Dessa forma] o setor foi criado. O que posso dizer agora é que [trata-se de] um setor que [...] está em fase de análise, para decidir sobre o futuro da sua manutenção ou não [...] (En. B1/SE).

Observa-se a preocupação dos bibliotecários em colaborar com a modalidade a distância. Mas, para que essa ação aconteça, é necessário um diagnóstico da situação, para planejar com os Centros/Núcleos a melhor maneira de atuar. Para isso, o bibliotecário precisa entender o modelo adotado, os procedimentos para o funcionamento dos cursos de EAD e o modo de colaboração entre os participantes, de forma a fazer uma avaliação de todo esse processo, com vistas a identificar a melhor forma de atuação.

Em outra experiência relatada pelo bibliotecário B2, da região Sudeste, pertencente à Biblioteca de uma unidade acadêmica da Universidade, destaca-se a criação do primeiro curso de graduação em EAD ofertado pela Instituição, que, por questões da coordenação interna do curso, a Biblioteca foi convidada a participar. Então, criou-se toda a infraestrutura, com o apoio da unidade, como se apresenta:

Nós cadastramos quinhentos e poucos alunos no sistema, porque eles não foram cadastrados via DRCA ou BU. Isso ocorreu no período entre 2000 e 2002. A partir daí, nós começamos uma relação com a EAD, a entender a modalidade a distância e as necessidades dos alunos de EAD. Começamos a desenvolver diversos projetos para esse aluno, como a oficina de bibliotecas, específica para esse aluno, produtos como a Biblioteca Digital [...], e desenvolvemos hoje uma base de dados que está no ar, também para esse aluno de EAD. Nós desenvolvemos uma biblioteca digital para o Centro de Educação a Distância há aproximadamente seis ou sete anos, quando começou o nosso curso a distância (En. B2/SE).

Esse depoimento demonstra que a Coordenação dos cursos na modalidade EAD precisa ter uma boa conexão com a Biblioteca e que esse relacionamento se concretiza nas unidades acadêmicas. Percebe-se que foi o primeiro curso na Universidade e que não houve uma integração com a direção da Biblioteca Universitária e o Departamento de

Registro e Controle Acadêmico. A unidade precisou solucionar as questões que foram surgindo, porque era uma situação nova e não havia experiência anterior. Ressalta-se nessa experiência o dinamismo do bibliotecário, que, mesmo enfrentando dificuldades, conseguiu participar de forma atuante da modalidade EAD.

Em outra experiência, descrita pelo bibliotecário B3, da região Sul, destaca-se que o envolvimento da Biblioteca com a EAD se efetiva na solicitação de empréstimo de livros e de senha, como pode ser visto:

O aluno de EAD [não contamos com a presença física], na maioria das vezes, ele manda um e-mail dizendo que é aluno de EAD e apresenta a matrícula. Então, fazemos o registro dele, mandamos a senha, que ele pode trocar e ficar acessando nossa base virtual (En. B3/S).

A Biblioteca não emite carteiras para os alunos inseridos na modalidade a distância, mas eles utilizam todos os recursos por meio de senha. Além disso, disponibiliza tutoriais para o aluno EAD e apresenta, no site um e-mail para que ele entre em contato, para esclarecer qualquer dúvida. Neste caso, observa-se que mesmo distante o aluno, via e-mail, solicita a senha e tem condições de utilizar todos os recursos disponíveis on-line para o aluno da Universidade. O meio de comunicação mais utilizado é o e-mail, pois é através deste que o aluno solicita o empréstimo e tem o retorno de sua solicitação.

O aluno a distância entra em contato direto com a Biblioteca do campus e não precisa passar pelo polo para efetivar solicitações de materiais existentes na sede. A Biblioteca da instituição atende os alunos inseridos na modalidade EAD e assume os custos do envio de materiais pelos correios, razão pela qual os recursos orçamentários são fundamentais para o investimento em recursos informacionais e a agilização das decisões operacionais.

Com relação ao empréstimo de livros, para os alunos inseridos na modalidade a distância, atividade que já é uma prática da Biblioteca, identificou-se que a demanda é baixa. Em 2013, foram emprestadas 670 obras para os alunos da modalidade EAD. O investimento em e-books é alto e atualmente conta um total de 24.279 livros disponíveis on-line. Para o acondicionamento desses e-books, a base tecnológica precisa funcionar de forma adequada.

Em experiência apontada pelo bibliotecário B4, da região Sudeste, destaca-se que na estrutura organizacional da Unidade acadêmica existe uma Biblioteca específica para a modalidade EAD, a qual funciona como uma Biblioteca polo. A Coordenação do Sistema de Bibliotecas indicou um bibliotecário do quadro para atuar na Biblioteca do polo por um período de quatro horas por dia, dividindo-se no atendimento entre duas unidades dentro da Universidade (En. B4/SE).

Na perspectiva apresentada pelo bibliotecário B5, da região Centro-Oeste, a participação da Biblioteca na modalidade EAD se efetiva no atendimento ao aluno EAD. De maneira geral, apesar de os instrumentos regulatórios estarem em processo de atualização, o discente inserido na modalidade a distância pode retirar livro na Biblioteca Central, haja vista a existência de uma política de livre acesso à Universidade. Acrescenta-se que existe no Sistema de Bibliotecas o Repositório de Objetos Digitais de Aprendizagem (RODA), que trata de um conjunto de serviços para a administração e disseminação de recursos digitais de aprendizagem produzidos no âmbito da Universidade, com vistas a apoiar as atividades de ensino/ aprendizagem.

A parte dos repositórios – inclusive, saiu agora uma avaliação dos repositórios digitais – esses estão funcionando bem. Inclusive, além desse, nos implantamos já há dois anos, o de monografias, que não tinha ainda, teses, dissertações. Estamos trabalhando muito com o IBICT na Biblioteca de teses e dissertações. Quer dizer, tudo isso é disponibilizado para o aluno EAD ou não, ele chega e tem acesso a isso (En. B5/CO).

Integra-se às indicações antecedentes o relato de um bibliotecário B6, da região Centro-Oeste, no que se refere à experiência da Biblioteca Central de uma Universidade referência no Brasil em EAD. A participação da Biblioteca efetiva-se no atendimento ao aluno EAD por proximidade de polos. Além disso, os alunos EAD têm as mesmas prerrogativas para usufruir da Biblioteca que o aluno do presencial, desde que esteja cadastrado.

Nós fizemos um curso na modalidade a distância utilizando a plataforma Moodle. Os recursos humanos eram orientados a fazerem os treinamentos, conhecer o funcionamento da Biblioteca do polo, o que eles poderiam estar colaborando com os alunos para dar suporte às necessidades de informação. O treinamento funcionou durante um bom tempo. Os bibliotecários, no final, para fazerem o fechamento, [efetuaram] as visitas *in loco* nos polos, visitaram e conheceram as unidades. [...] Com relação ao envio de livros para os polos, não mandamos, porque na nossa última reunião o que foi colocado foi a dificuldade dos polos de manter o funcionamento das Bibliotecas que foram constituídas. E, como a Biblioteca se comprometeu em dar um suporte pela proximidade dos polos, então foi solicitado [...] a aquisição de materiais bibliográficos para disponibilizar nessa unidade. [...] Então, adquirimos o material bibliográfico para ser disponibilizado aqui. Uma vez que lá não tinha um bibliotecário, nem sempre estava funcionando adequadamente. Os alunos

não conseguiam ter acesso. Então, estes alunos se cadastram aqui, pela proximidade, e utilizam a Biblioteca, que acabam suprindo a necessidade da biblioteca do polo. Estou falando no caso de material impresso. Eu sei que educação a distância pode e deve ser complementada por outros tipos de materiais, mas o nosso suporte tem sido de material impresso (En. B6/CO).

As entrevistas permitiram identificar que as experiências nas Bibliotecas Universitárias pesquisadas referem-se ao atendimento do aluno EAD nas questões relacionadas ao empréstimo de livros e ao envio de senha. Além disso, identificaram-se ações desenvolvidas pelos bibliotecários para a EAD, que se concretizam na construção de biblioteca digital, na elaboração e disseminação de tutoriais, no atendimento e treinamento aos alunos por proximidade entre a Biblioteca sede e os polos, na criação de setor para apoiar as Bibliotecas polo e na construção de repositório de objetos digitais de aprendizagem.

Pode-se inferir que a atuação do bibliotecário se efetiva de forma mais integrada quando está inserido na Unidade Acadêmica, haja vista que dessa forma tem condições de participar da fase inicial de planejamento dos programas de EAD, porque conhece a realidade da área. As bibliotecas organizadas fora desse contexto podem apresentar certa dificuldade de integração. Dessa forma, não participam com o mesmo nível de especificidade. Nesse sentido, apresentam uma atuação mais voltada para a disponibilização da informação e empréstimo de materiais e o suporte pedagógico termina, talvez, por não se configurar como uma prática.

As bibliotecas atendem às demandas de maneira pontual, mas não existe um planejamento na estrutura das Bibliotecas ou da Universidade que analisa essa questão, no sentido de acolher o aluno a distância, para que integre e faça parte da Universidade, incorporando-o por meio de uma ação concreta.

Ampliando à visão referente à questão da Biblioteca na EAD, ressalta-se que não há legislação específica que normatize a participação dos bibliotecários da sede no apoio à modalidade EAD. Nesse sentido, diante do contexto que busca consolidar o Sistema UAB como uma política pública para o ensino superior no Brasil, entende-se que é importante a participação destes profissionais, que possuem conhecimento gerencial e técnico, habilidades e atitudes específicas para auxiliar no processo de estruturação ou implantação das bibliotecas dos polos UAB.

Destaca-se, ainda, que é necessário que as Bibliotecas das Universidades reconheçam a modalidade EAD e apoiem as Bibliotecas dos polos no sentido de compartilharem saberes, porque os bibliotecários das Universidades têm *know how* na organização e disponibilização da informação no formato tanto impresso como on-line.

A fim de compreender o ambiente da Biblioteca Universitária e a modalidade a distância, identificou-se que seria importante perceber qual é a ótica dos diretores da EAD em relação à atuação das BUs nesta modalidade de ensino, de acordo com as visões apresentadas a seguir.

4.2.2 A BUs na ótica dos diretores de EAD

Na perspectiva dos diretores de EAD buscou-se evidenciar como as Bibliotecas podem atuar de forma mais efetiva na modalidade a distância. Cita-se o depoimento do diretor D1 da região Centro-Oeste:

Primeiro, reconhecendo que é um curso da instituição e dando o mesmo tratamento ou buscando alternativas para o mesmo tratamento, porque o que eu percebo também das Bibliotecas, apesar de tudo, eles têm as melhores das intenções. Mas, eu percebo que as mesmas dificuldades que têm para fazer a gestão de recursos: fazer com que um professor do presencial indique um livro; às vezes, sobra dinheiro ou falta dinheiro [...]; o pouco investimento em acervos bibliográficos virtuais e essas possibilidades que as bibliotecas hoje têm. Eu penso que essas mesmas dificuldades eles vão enfrentar na EAD. Mas o que mais me incomoda é que eles são ignorados do ponto de vista da estrutura. É preciso que a Universidade institucionalize a EAD e, aí, chegue à Biblioteca e diga: – *Esse aluno é um aluno da Universidade. Ele tem direito a tudo que um aluno presencial tem!*

– *Ah! Mas é difícil, porque ele está lá no polo!*

– Então, vamos ver como é que a gente faz para chegar o acervo, seja virtualmente, seja em papel. Eu penso que o aluno tem direito (En. D1/CO).

O que se evidencia a partir das considerações do entrevistado é o fato de haver a necessidade de reconhecimento da modalidade EAD, bem como a necessidade de buscar alternativas para que este aluno tenha os mesmos direitos que o aluno presencial. No entanto, faltam planejamento e recursos para o desenvolvimento de ações. Além disso, a modalidade EAD precisa ficar visível no âmbito da Universidade e não restrita em determinadas áreas. Estas questões permitem inferir também sobre a necessidade de capacitar os bibliotecários para que possam entender todo o processo acerca da EAD, para pensar em alternativas de atuação, configurando-se no desenvolvimento de um trabalho cooperativo.

Concomitantemente a essas questões, outros aspectos foram destacados pelo diretor D1, da região Centro-Oeste, referentes à ausência de uma política integrada em nível nacional: investimento do MEC em ações pontuais e oferta de cursos de Biblioteconomia.

Eu vejo que é assim: hoje, na realidade, acho que falta uma política nacional que, de certa forma, dê um caminho para isso. Por um lado, o que tu tens hoje? Tu tens um acervo. Quem tem o acesso à internet e pode pagar está praticamente acessando tudo. Vamos combinar que é uma coisa absurda no mundo de hoje. No entanto, falta recurso. A Universidade não tem recurso. Ela não recebe recurso de uma política de fora. O que [a Universidade] tem? Ah! Os periódicos da CAPES, [mas] é pouco, entendeu?

O MEC investe. À vezes, investe dinheiro nesses *programas pontuais* de desenvolvimento de *objetos de aprendizagem*, mas isso é pontual. Não faz parte de uma política integrada e nacional. Acho que essa parceria tem que ser uma parceria vinda do Governo Federal, principalmente em relação ao ensino superior, porque, na educação básica você até vê algumas iniciativas, mas na educação superior, não. *Ainda estamos naquele tempo da biblioteca física com todas as dificuldades [...] trabalhando, praticamente, com as avaliações do INEP.*

Eu acho que isso tem que ser extrapolado, que a grande parceria é o estabelecimento de uma política nacional e fazendo um trabalho com o Ministério da Cultura. Acho que o Ministério da Educação e Cultura tem que ser um parceiro mais frequente da educação, no sentido de que lá nos municípios: [eu vou muito aos municípios e visito muito os polos], quando se oferta educação a distância, o caráter social da EAD é de dar acesso a quem não tem. Não só virtualmente, mas fisicamente também! Acho que o aluno tem direito a tudo. Então, o MEC não estimula, não incentiva a criação de bibliotecas municipais um pouco mais ricas. Acho que isso parou no tempo, sinceramente.

Outra parceria importante há de se garantir a oferta de cursos de Biblioteconomia e a formação de bibliotecários com capacidade e condições de fazer esse gerenciamento. Eu sinto muita falta disso. Eu acho que há muitos anos esses cursos estão em algumas Universidades, mas ele ainda não atingiu a sua plenitude nacional.

Eu acho que é um aspecto que precisa ser revisto pelo próprio Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB). Tipo assim: Onde estamos? O que estamos fazendo? (En. D1/CO).

Destaca-se a ausência de uma política nacional que apresente um direcionamento para essa situação. Torna-se fundamental a existência de parcerias entre o Governo Federal e o Ministério da Cultura com os Municípios, no sentido de ampliar o acesso às Bibliotecas, tanto no formato eletrônico ou físico, mas recursos informacionais de uma forma geral, bem como a ampliação da oferta de cursos de Biblioteconomia.

A seguir, indica-se a forma de atuação da Biblioteca Universitária, na ótica do diretor D5, da região Sudeste, para buscar condições para que o aluno a distância possa utilizar os recursos informacionais existentes:

A melhor maneira para o SBU atuar é a forma como está sendo construída no momento. O setor de EAD da Biblioteca e que entende as especificidades e, junto com a Direção da Biblioteca, está trabalhando no sentido de estabelecer [de que forma] o aluno EAD tem condições de efetivamente utilizar os recursos da Biblioteca que estão dentro [da sua área de abrangência], de forma, que o aluno possa ter acesso efetivamente ao material com uma agilidade maior. Por exemplo, que não precise vir aqui para ter acesso ou devolver o material nos polos. Parte desse processo que está sendo feito, como a instalação do Programa de controle Pergamum, que é utilizado na Biblioteca, para que dentro do polo tenha um espelho do que acontece em qualquer biblioteca da Universidade. Nós temos pequenas bibliotecas nos departamento em geral ligadas à pós-graduação, como se fosse uma biblioteca dessas, só que está no polo. É a organização administrativa de maneira mais efetiva.

O problema é que o polo não é apenas de uma Universidade?

Esse é um problema, mas é algo que está sendo construído, inclusive, de maneira inédita e que está sendo liderado pela própria Universidade, junto com as Bibliotecas do estado. [Verifica-se] exatamente a maneira de estabelecer dentro do polo que material permanente é de cada instituição, que fazem o aporte de livros. Quando é da Prefeitura, como se gerencia essa estrutura? Isso é algo que está sendo discutido e trabalhado pelos bibliotecários. Como será gerenciado quando junta-se várias delas? Não é um impeditivo, mas isso é uma dificuldade. Vamos dizer, se bem azeitado e acordado entre as instituições que atuam naquele polo. Como já existem determinados termos de cooperação como o polo atua, [...] outras atividades são compartilhadas no polo por diversas instituições. Às vezes, o laboratório de química é utilizado por duas instituições diferentes [...]. Eu acredito que as Bibliotecas conseguirão achar um termo adequado de como fazer essa utilização. Não acho que será um bicho de sete cabeças para resolver (En. D5/SD).

Foi possível identificar o apoio e o incentivo às iniciativas da Biblioteca Universitária, na tentativa de viabilizar o acesso aos recursos informacionais para o aluno EAD. No entanto, as ações precisam ser pensadas no coletivo, porque os polos trabalham com várias universidades. Por isso, a dinâmica de definir ações para melhorar e adequar-se a situação, necessita de formas mais abrangentes, e medidas isoladas podem não trazer o retorno esperado.

Ressalta-se na perspectiva do diretor D2, da região Sul, que, com o desenvolvimento da modalidade EAD na Universidade, houve um incentivo do Núcleo/Centro EAD para que a biblioteca disponibilizasse o máximo de informação on-line, conforme se verifica:

Começamos a [incentivar] que a Biblioteca começasse a trabalhar com material online, vários materiais que poderiam fazer as cópias. Então, tem muita coisa que funciona on-line, que eles podem acessar, porque, como são alunos da Universidade, eles têm um número articulado no sistema

acadêmico, com o número de matrícula, a senha de acesso. Todos eles acessam a biblioteca virtual, porque está lá para poder fazer isso! (En. D2/S).

Além do incentivo do Núcleo para que a Biblioteca disponibilizasse os recursos informacionais via meios digitais, encontra-se em fase inicial a discussão sobre o tratamento e acondicionamento dos materiais desenvolvidos para a EAD, por meio de um repositório. Conforme relata o diretor D2, da região Sul, essa questão apresenta-se da seguinte forma:

A gente tem essa discussão, estabelece essa discussão até agora para ter um sistema [...]: como é que disponibilizamos toda essa produção, que é uma coisa grandiosa dentro da Biblioteca. Isso é uma questão que nós estamos, agora, discutindo. Essa primeira discussão foi interessante. [A] integração para poder ter noção do que é toda essa produção é o primeiro passo que estamos discutindo com a Biblioteca para criar esse repositório. E estamos num impasse. Que é [...], tudo bem, criar um repositório até é possível, mas a catalogação, [colocar] índice. - Como é que gente faz isso?

Depende de demanda. Aí, sim, uma equipe que tem que entender muito bem de computação para poder criar esse sistema de indexação, para você encontrar [a informação]. [Para] a pessoa de fora ter uma boa recuperação da informação. Então, isso é muito importante para não se perder toda essa questão, que é a produção. Essa é a discussão que a gente está fazendo agora com essa questão da biblioteca. Então elas sempre chamam:

- Professora, que curso [vamos] atender para poder entrar na demanda? Isso sempre gera uma discussão com a Biblioteca (En. D2/S).

A parte de organização e recuperação de toda a produção da EAD, em função do desenvolvimento dos programas de graduação, irá requerer as contribuições das áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Ciência da Computação. Tal realidade é uma questão ampla, que precisa entrar em pauta e ser articulada com os Centros/Núcleo EAD, as Escolas de Biblioteconomia e as Bibliotecas Universitárias.

O depoimento do diretor D4, da região Centro-Oeste, enfatiza a importância da disponibilização da informação no formato on-line. Essa medida contribuirá para que aluno EAD possa acessar a informação a qualquer momento, em lugares distintos. O acesso à Biblioteca física nem sempre é possível, conforme se observa:

Seria um sonho para nós que os alunos pudessem vir buscar os livros na Biblioteca Central. Sabemos que isso não é possível, porque nós temos polos aqui há 1.300 km da nossa cidade [...]. *Na Universidade, estão liberados os livros para o aluno da EAD, que são alunos da Universidade.*

Assim que [os alunos EAD] solicitarem [o cadastramento], têm todas as prerrogativas do ensino presencial [...]. O coordenador do curso encaminha para a Biblioteca a relação de alunos, com o número de matrícula. A Biblioteca Central emite as carteirinhas que forem necessárias para que eles acessem a biblioteca. *Agora, não temos o envio de livros para os municípios, porque não tem recursos financeiros e mesmo porque nós estamos tentando com alguma persistência em montar as bibliotecas básicas nos polos.* Então, não teria a necessidade de acessar a Biblioteca Central da Universidade, porque teria uma biblioteca básica no polo.

Se o aluno quiser ir além do básico, a Universidade oferece total liberdade de acesso à pesquisa?

- Sim, tem condições, mas nós não temos essa logística de envio de livros para essa quantidade de polos, estamos atuando em 19 polos hoje (En. D4/CO).

Em algumas regiões do País a realidade é outra. O acesso pelas estradas é difícil e a distância para que o aluno se desloque até os polos é grande, o que dificulta, em alguns casos, o acesso à biblioteca física, Mas é importante destacar que os cursos são semipresenciais e há momentos que o aluno precisa frequentar os polos para esses encontros.

Conforme o diretor D4, da região Centro-Oeste, uma parceria viável entre a Biblioteca Universitária e o Núcleo/Centro EAD seria no seguinte aspecto:

Nós gostaríamos muito de uma parceria para uma biblioteca virtual. Isso nós ainda não temos. *Nós estamos numa época digital. Seria até uma brincadeira falar que o aluno de EAD tem que ir para uma biblioteca onde tem estante física.* Eu acho que ele também tem, mas não podemos esquecer que nessa corrida que nós estamos pela informação você também não considere uma biblioteca virtual. Não podemos exigir que o aluno que está a 1.300 Km do curso, da Coordenação do curso, que ele tenha que, obrigatoriamente, ir para a biblioteca física; se ele tivesse a oportunidade de entrar em bibliotecas virtuais, atenderia do mesmo jeito. Acho que nós temos que valorizar mais as bibliotecas virtuais (En. D4/CO).

E acrescenta:

A CAPES está nos prometendo isso há dois anos e parece que agora, em 2014, vai sair um portal, que não tem nome ainda, que vai aportar uma biblioteca virtual nos moldes do Portal de Periódicos da CAPES. Então, teria um portal de livros didáticos. Esse é um estudo que está bem avançado. E a outra frente que estamos atacando é transformar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) num comprador de livros para as bibliotecas dos polos. [...] Nós temos essas duas linhas de conduta, como o Portal, que não vai ser só de livros, mas de várias coisas como as ferramentas, objetos de aprendizagem *etc.*, e a questão do FNDE comprar livros em papel para as bibliotecas dos polos (En. D4/CO).

No decorrer da pesquisa, ficou evidente a ênfase na disponibilização da informação no formato digital para a modalidade EAD. Destacam-se duas informações relevantes: a disponibilização do portal de livros didáticos no mesmo molde do portal de periódicos da CAPES, que, provavelmente, será apresentado no decorrer de 2014; e a compra de livros para os polos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE).

É inegável que as bibliotecas digitais/virtuais são muito importantes e fazem a diferença para o aluno inserido na modalidade EAD. No entanto, o aluno precisa ter acesso a todo tipo de recurso informacional. Para isso, necessita de bibliotecas e bibliotecários que possam atender às suas necessidades de pesquisas. Vale destacar que em bibliotecas

digitais/virtuais não existe interação, e essa questão é importante no ensino e aprendizagem, considerando que é fundamental o suporte ao aluno nesse sentido. Além disso, nem sempre os alunos EAD contam com os recursos tecnológicos necessários.

Esses alunos têm computadores em casa com internet?

Se não têm, eles procuram o polo. O polo tem e [os alunos] podem acessar de Lan House, Ipod, Ipad. Esse é outro aspecto que temos que levar em conta: se você disponibiliza no meio digital, tem outros meios [para acesso], que seja ele tomar um ônibus e ir lá para a biblioteca a quilômetros da Universidade. Quando chega lá, os livros não estão atualizados e você sabe muito bem como é o problema. Para atualizar livro na Biblioteca [o processo é], demorado. Nós mandamos a lista de livros e ela não vem amanhã. Talvez, chegue aquela edição do livro e já tenha [sido lançada] a edição nova. Para comprar coisas na Universidade, nós temos editais. Então, tem que seguir o fluxo. Para se comprar coisas no serviço público, é demorado. Aqui, a Biblioteca há uns dois anos estão carentes de livros, desatualizada. Não sei se já chegou alguma leva de livros (En. D4/CO).

A parceria mencionada pelos entrevistados se apresenta como um ponto de reflexão para a construção de bibliotecas digitais/virtuais para atender à demanda de usuários não convencionais. Dessa forma, os recursos digitais de informação são tão importantes quanto os materiais impressos. Há, ainda, o processo burocrático para a aquisição de livros, que exige licitação. E, em algumas situações, depois do processo efetivado, os materiais demoram a serem entregues.

A seguir, destaca-se uma visão tradicional em relação às Bibliotecas e aos profissionais bibliotecários no sentido de ficar aguardando uma solicitação para agir e atender a essa demanda, como explicitado pelo diretor D3, da região Sudeste:

Eu acho que, quando solicitado pelos professores, os bibliotecários costumam oferecer apoio. Quando o professor busca texto, livros e informação, a Biblioteca aqui, pelo menos, funciona. [...]

Caso o aluno a distância precise pegar um material em qualquer Biblioteca do Sistema, ele tem condições de fazer isso?

Tem que solicitar no polo. Nós temos 37 ou 40 cidades polos. Ele solicita lá. Aí, é mandado um e-mail para a Biblioteca daqui. Então, a gente tenta, na **medida do possível**, disponibilizar o conteúdo solicitado (En. D3/SD).

Dessa forma, pode-se inferir que o entrevistado reconhece a participação da Biblioteca em sua Instituição no sentido de atender de forma adequada às expectativas. Ressalta, ainda, que, do seu ponto de vista, a função da Biblioteca na Instituição se configura da seguinte forma:

A parceria nossa é que o Sistema de Bibliotecas existe para dar apoio à Universidade. Como nós fazemos parte dela, não precisa formalizar nada.

Inclusive, a Central do Sistema de Bibliotecas fica aqui conosco, neste prédio (En. D3/SD).

Na realidade, a Biblioteca e os bibliotecários precisam antecipar-se às demandas para atender aos usuários adequadamente, perceber o que está acontecendo à sua volta para agir e não se portar como um mero expectador, tendo em vista que a Biblioteca existe para atender bem o usuário e para apoiar à Instituição em todos os aspectos relacionados aos recursos informacionais.

Levando-se em consideração o funcionamento integrado dentro da Universidade, verificou-se que os Centros/Núcleos EAD apoiam as iniciativas capazes de contribuir para o desenvolvimento da modalidade a distância. Os bibliotecários que desejam desenvolver algum tipo de curso ou serviços específicos têm a alternativa de recorrer aos Centros/Núcleos EAD, de acordo com o diretor D4, da região Centro-Oeste, porque, mesmo que a Biblioteca não tenha o recurso tecnológico adequado, este órgão, em específico, pode ajudar a concretizar as ações.

Sim. Podem utilizar toda a infraestrutura tecnológica e de recursos humanos da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) (En. D4/CO).

Acrescenta-se o diretor D5, da região Sudeste, o apoio financeiro para a ida do profissional ao polo para treinamentos e orientações ao aluno EAD:

Sim. Nós damos apoio. Inclusive, temos como financiar a ida do profissional da Biblioteca para o polo, se houver necessidade da parte presencial. Pode fazer a gravação de vídeo-aulas, gravação de um material auto-instrucional para o aluno seguir. Tem acesso no computador do polo. [...] Nós trazemos o coordenador de polo. Todos os coordenadores de polo que atuam na EAD da Universidade já fizeram o Curso de Capacitação da Biblioteca presencialmente. Eles vêm para a Universidade e fazem como qualquer outro. Mas se tiver essa formação disponível para fazer no polo e para os alunos, têm todo o apoio nosso (En. D5/SD).

Com base nas informações apreendidas, verificou-se a necessidade de dinamizar e reconhecer a modalidade a distância no âmbito da Universidade. Para que isso ocorra, é fundamental ampliar a sua dimensão de institucionalização. Observou-se que o aluno a distância não tem, em todas as instituições, os mesmos direitos que o aluno presencial, pois o acesso aos recursos informacionais fica restrito à bibliografia existente nos polos e ao material disponibilizado no AVA. Nesse sentido, é importante pensar em formas para melhor atender o aluno EAD, incorporando-o de forma efetiva no contexto da Universidade, situação que requer planejamento e investimento efetivo.

Ressalta-se, ainda, a necessidade de se pensar em uma forma de atuação que envolva o trabalho cooperativo com as Bibliotecas polo e as Bibliotecas Universitárias, que talvez possa ser construída em nível regional, mas para isso é necessário promover uma discussão em nível mais amplo.

Apresentam-se a seguir, os modelos encontrados nas Universidades pesquisadas, na tentativa de conhecer como se estruturam os cursos EAD e entender, no decorrer desse período de oferta de cursos de graduação na modalidade EAD pelo Sistema UAB, quais são as normas que disciplinam a modalidade a distância no âmbito das Universidades pesquisadas.

4.3 Modelos e normas acadêmicas para a modalidade EAD

Os modelos encontrados nas Universidades pesquisadas apresentam características diferenciadas. Em quatro Universidades, identificaram-se em sua estrutura Centros/Núcleos EAD que cuidam da parte de gestão da EAD: o curso pertence à Unidade Acadêmica. Esse modelo, segundo alguns entrevistados, é interessante porque estimula e incentiva o estabelecimento de uma relação forte com a modalidade EAD, contribuindo para uma maior integração, conforme relatado pelo diretor D1, da região Centro-Oeste, da seguinte forma:

Nós não temos uma estrutura aqui que produza material que faça a parte pedagógica dos cursos. Aqui na universidade se optou por um modelo que eu considero ideal, que o curso é da Unidade Acadêmica. [...] Nessa lógica, eu fortaleço o curso e a oferta da EAD no curso, de forma que o dinheiro, o fomento que a CAPES dá para a produção de material, formação de pessoas, material de consumo, eu descentralizo e fortaleço a Unidade para que ela fortaleça o presencial. Eu não criei um curso à parte. Tudo é integrado (En. D1/CO).

Identificou-se outro modelo, em que os cursos concentram-se em uma Unidade Acadêmica, exclusiva para atuar com a modalidade EAD, com equipe de professores concursados para trabalhar na EAD, biblioteca própria, infraestrutura tecnológica avançada. Esse modelo apresenta aspectos positivos e negativos, porém foi a opção que a Instituição decidiu adotar, de acordo com o depoimento do diretor D3, da região Sudeste:

Porque aqui tem uma Unidade própria. Então, [somos] diferentes das outras Universidades. Por isso, nós temos um corpo técnico administrativo, biblioteca, professores lotados exclusivos para a EAD. Essa opção foi nossa. Tem aspectos positivos e negativos. Uma é que fica um gueto, separado da

Universidade. O ideal seria que a EAD ficasse pulverizada ou capilarizada no conjunto da Universidade. Então, ao criar uma unidade, fica uma coisa meio separada, que não contribui para a integração (En. D3/SD).

Conforme explicitado, o modelo que apresenta uma Unidade Acadêmica exclusiva para atuar na modalidade EAD não propicia a integração, mas, de outro lado, conta com profissionais exclusivos para trabalhar com a modalidade EAD, o que contribui para uma dedicação efetiva para a modalidade a distância.

Com relação ao processo de elaboração do projeto político-pedagógico do curso, o diretor D2, da região Sul, explica que até a sua aprovação o processo não apresenta um caráter diferenciado da modalidade presencial. O curso, quando proposto, sai de uma discussão do departamento específico:

[...]. Se eu quero um curso de física, quem vai discutir e elaborar o projeto político-pedagógico é o Departamento de Física, ouvindo aqueles departamentos que fazem parte, que dão conta de algumas disciplinas, que nem Matemática, que têm participação na formação. Mas começa nos departamentos nas unidades específicas. [...]. Essa proposta é discutida nesse âmbito. Ela é aprovada, vai para o Conselho da Unidade, [...] depois ele vai para Câmara de Ensino de Graduação. E aprovado lá, ele está sendo um curso que foi aprovado para ser então articulado com a UAB para oferta do curso. Assim que ele nasce [...]. E, aí, aprovado lá, ele está pronto para ser articulado nos edital com a UAB (En. D2/S).

Os cursos nascem nas Unidades Acadêmicas, às vezes, por demanda induzida da CAPES ou são cursos que vêm do MEC, como propostas da Secretaria do MEC, e passam por todos os processos legais dentro da Universidade como qualquer outro curso. Se é no nível de graduação, passa pela Câmara de Graduação e é aprovado pelo Conselho Universitário e segue todos os trâmites normais. Assim, eles nascem desse embrião. Quando são cursos que vêm por demanda externa, eles também têm uma aprovação interna no âmbito das equipes que atuam em determinado curso, havendo o procedimento para a certificação e para sua autorização.

Identificados os modelos, fica mais fácil de entender os processos e a forma de administração da EAD no ambiente da Universidade. Na continuidade, pretende-se identificar as normas acadêmicas que disciplinam o aluno na modalidade a distância.

4.3.1 Normas acadêmicas para a modalidade EAD

A pesquisa mostrou que as normas acadêmicas que disciplinam a modalidade EAD encontram-se em construção. Algumas decisões em relação à modalidade EAD baseiam-se em resoluções do ensino presencial; ou seja, estas servem como guia.

No decorrer da pesquisa, apareceram alguns aspectos relacionados ao processo histórico de como o aluno EAD se articulava com a utilização da Biblioteca dentro da Universidade anteriormente à implantação da UAB.

Conforme relatado pelo diretor D1, da região Centro-Oeste, o processo acontecia da seguinte forma:

Vamos falar da nossa Universidade. O que acontece com a Universidade? Eu digo que é pioneira na área de EAD, e é verdade. Nos anos setenta, já disciplinava muito a questão da EAD, e ela sempre ofertou cursos a distância. De que forma ela ofertou os cursos? Por um Centro de EAD [...], que foi onde nasceu a educação a distância na Faculdade de Educação. E esse Centro aqui, na Universidade, implementando... [a EAD]. E aí, como era isso? O aluno não ficava a distância. Na verdade, era um semipresencial. O aluno era regular e fazia algumas coisas a distância. Portanto, ele utilizava a Biblioteca da Universidade como qualquer outro estudante. Ele não era um estudante de fora. E se ele fosse um estudante de fora, como alguns casos que aconteceram geralmente, o professor disponibilizava a bibliografia **online** [Sic] para esse aluno e ele não frequentava a Biblioteca. Não havia isso. Então, não havia nenhuma orientação interna por parte da Biblioteca em relação ao estudante a distância. Isso lá nos anos setenta (En. D1/CO).

Prosseguindo a entrevista, obtiveram-se algumas informações relativas à instrução normativa da Universidade em questão que possibilitava ofertar disciplinas a distância e ao modo como ocorria o processo entre o aluno e a Biblioteca, conforme explicitado abaixo:

Nos anos de 2001 [...] eu localizei uma instrução normativa da Universidade anterior à Instrução do Ministério de Educação de 2004 que diz que 20% de um curso podem ser [ofertado] a distância. [...] *Na verdade, isso nunca se institucionalizou. Não a biblioteca em si. Ela sempre existiu, mas a EAD.* [...]. O que aconteceu? Em 2001, a Universidade criou uma Instrução que passou pela Câmara de Ensino de Graduação, que normatizava a oferta de disciplina a distância e que, por consequência, dizia o seguinte: um aluno que se matricula no curso a distância é um aluno da Universidade. Então, ele tem que ser tratado como um aluno do presencial, *tendo acesso igualmente a tudo que existe no presencial, inclusive à biblioteca. Está escrito.* Eu achei isso muito interessante!

É uma instrução normativa?

É uma *instrução*. Não está classificada como normativa. Conclusão: eu fiz um estudo, ela não mudou *em nada* os encaminhamentos internos. O estudante é classificado como um estudante regular. Ele não é classificado como um estudante a distância. Ele faz disciplinas a distância, mas ele é um

estudante do presencial. Então, essa instrução não causou nenhum efeito mais duradouro, digamos assim, mas nessa época passada, já iniciando os anos 2000, a Universidade criou uma plataforma virtual, que se chama APRENDER, e esta plataforma foi colocada à disposição dos professores. Para dizer assim: Professor, se você quiser ofertar parte da disciplina a distância, use o APRENDER. Que, é inclusive, uma plataforma que eu faço a gestão do EAD. E essa plataforma começou a colocar o aluno a distância tendo de se matricular. E aí, portanto, sendo reconhecido estudante de igual direito. Só que isso, também não provocou a institucionalização. Isso também não provocou uma mudança de comportamento em relação ao estudante a distância, que continua sendo uma figura que, se quisesse ter acesso à Biblioteca, tinha que ir até a Biblioteca, entendeu? Nenhum acesso! Isso aconteceu nos anos 2000, 2001, 2002, 2003... e em 2005 a Universidade entra na UAB, e aí faz diferença.

- Por quê? - Porque a UAB obrigou as universidades a institucionalizarem a modalidade EAD, porque elas entraram no regular e nos cursos de graduação. Até então as ofertas a distância eram em nível de especialização e extensão. Portanto, um aluno considerado diferenciado, um aluno que fazia um curso de extensão por alguma unidade acadêmica ou fazia uma especialização, e se ele quisesse usar a Biblioteca, ele vinha aqui, usava a Biblioteca normal e aquilo que o professor disponibilizava via plataforma APRENDER ou outra plataforma. O professor disponibilizava o acervo, e era assim que o aluno, digamos assim, se entendia com essa coisa de usar a Biblioteca (En. D1/CO).

O histórico relatado acima, que apresenta a experiência de uma Universidade pioneira em EAD, permite perceber a relação do aluno EAD com a Biblioteca no período anterior à implantação do programa UAB. Conforme mencionado, os cursos a distância não influenciaram muito a participação da Biblioteca. Esse aspecto tornou-se mais evidente porque os cursos se formalizaram. Como os alunos inseridos nesta modalidade encontram-se distante, essa questão sobre a possibilidade de utilização dos recursos informacionais das Bibliotecas Universitárias coloca-se como uma questão a ser pensada e regulamentada.

Em relação à Biblioteca nas Universidades estudadas, todavia, verificou-se que o aluno do ensino a distância recebe tratamento diferenciado no contexto das instituições. Há discursos que afirmam que estes alunos dispõem dos mesmos direitos, como há falas que colocam que este atendimento se realiza na “medida do possível”. Essas colocações sugerem que há uma situação ambígua no trato desses discentes.

Nesse sentido, torna-se importante entender no decorrer desse período de oferta de cursos de graduação na modalidade EAD pelo Sistema UAB quais são as normas que disciplinam o aluno inserido na modalidade a distância existentes no âmbito das Universidades pesquisadas.

4.3.2 Construção de normas acadêmicas para a EAD e a biblioteca

Neste tópico, pretende-se identificar especificamente a existência ou evidências de elaboração das normas acadêmicas para o aluno inserido na modalidade a distância no que se refere ao acesso à Biblioteca. De acordo com os dados do diretor D1, da região Centro-Oeste, apreende-se os seguintes esclarecimentos:

Não. As normas não foram editadas, tanto é que agora nós vamos colocar no papel. Nós vamos fazer um encontro dia 2 e 3/04/2014, que é de coordenador de polo, que um dos temas é justamente esse (En. D1/CO).

Há intenção de se criar um caráter distinto para a modalidade EAD?

Sim. O acesso é o mesmo do aluno presencial, no entanto tem que ter esse procedimento, por conta dessa especificidade de estar no polo. Isso é só para os cursos UAB. Para ofertas de educação a distância, o aluno acessa normalmente o acervo da Universidade [...](En. D1/CO).

Conforme mencionado acima, as normas que disciplinam o aluno na modalidade EAD estão em processo de construção e há a pretensão de se criar um caráter distinto para os cursos UAB, de forma que os alunos possam utilizar normalmente o acervo de qualquer Biblioteca da Universidade.

A seguir, destaca-se que parte das normas acadêmicas para o aluno EAD encontra-se em processo de discussão, havendo a ressalva de que não querem fazer distinção entre o presencial e a distância conforme revela o posicionamento do diretor D2, da região Sul, conforme transcrito abaixo:

Bom, essa é uma questão que [...] carece de algumas resoluções. Nós temos uma Resolução do Conselho Universitário sobre o processo de ensino a distância, porém quando se trata academicamente, que é o aluno, nós não temos uma Resolução específica. Todas as nossas questões baseiam-se na resolução 017, que ainda é uma resolução exclusiva presencial, mas a gente se guia por ela ainda. Nós estamos finalizando uma discussão de uma resolução acadêmica que, aí sim, trata dos problemas de alunos e da EAD na instituição.

Tem algumas resoluções para o EAD normatizando os cursos? Como que você vai propor curso normatizando o funcionamento? As coordenações, as formas de eleger coordenadores, isso a gente tem uma resolução específica, mas da parte acadêmica, que trata referente ao aluno, as disciplinas, essa que a gente tem ainda [...] Nós temos a resolução 017, que tem alguma coisa que fala do EAD, porém ainda está focada no presencial (En. D2/S).

Os diretores D3 e D5, da região Sudeste, informaram em seus depoimentos que utilizam as normas existentes para a modalidade presencial.

De acordo com as colocações, percebe-se que existe uma preocupação para não criar um caráter diferenciado em relação aos alunos da modalidade presencial, mas há aspectos específicos que não asseguram tratamento idêntico para duas tipologias de aluno.

A legislação específica para o aluno EAD está em desenvolvimento, mas algumas questões em relação à entrada do aluno EAD na Universidade, à participação destes alunos em eventos e outras especificidades foram explicitadas pelo diretor D4, da região Centro-Oeste:

Na Universidade, nós já temos algumas coisas que já são equiparadas tanto ao aluno na modalidade a distância quanto ao aluno na modalidade presencial. Inclusive, os professores são tratados da mesma forma. Já tem legislação nesse sentido. Os alunos têm participado dos Conselhos de Colegiados de Curso, então já há um avanço bastante significativo no sentido do aluno ser tratado, tanto do aluno a distância como o aluno presencial igualmente. Claro, há pontos que não dá para você tratar o aluno a distância como o aluno presencial. Não tem jeito. Tem coisas que tem que ter legislação específica (En. D4/CO).

Há intenção de se criar um caráter distinto para a modalidade EAD?

Não, ainda [estamos formalizando essas questões]. Agora que nós estamos criando a legislação específica. Por exemplo: Como que o aluno EAD entra na Universidade? Isso já é uma regra na Universidade, que já está escrito. Nós usamos o ENEM e o ensino a distância não usa o ENEM, porque senão nós estaríamos prejudicando professores que já têm certa idade e não têm acompanhado o ENEM. Então, essa é uma regra que está posta na Universidade. A participação de alunos em eventos e etc, também é um aluno que participa igualmente como qualquer outro aluno. Mas existe ainda alguma legislação específica que tem que ser ainda feita. Por exemplo: o aluno que vai mudar de curso, que vai mudar de polo. Isso estamos em construção nesse exato momento, inclusive [trabalhando para] essa legislação, por exemplo (En. D4/CO).

Na realidade, o que se percebe a partir dos resultados das entrevistas é que essa questão sofre oscilações de instituição para instituição e que não se encontra instituída como uma pauta específica da política universitária. As Universidades envolvidas discutem as normas e políticas conforme as necessidades e os aspectos que consideram mais importantes, ou de acordo com as dificuldades que surgem e na medida em que conseguem realizar esses ajustes.

4.3.3 A Biblioteca e o aluno EAD: diretrizes e normas

A questão do acesso aos recursos informacionais pelos alunos inseridos na modalidade EAD dentro do campus das Universidades precisa ser definida no âmbito geral das Bibliotecas Universitárias. Como ainda não existem normas acadêmicas que disciplinam o aluno na modalidade EAD nesse período de construção de normas e padrões, acredita-

se que a melhor forma para atender os alunos EAD seja guiar-se pelas normas e resoluções do presencial como parâmetro, para que os alunos inseridos na modalidade a distância tenham os mesmos direitos e deveres do aluno presencial. No entanto, por estarem geograficamente distantes, algumas medidas precisam ser observadas, por exemplo, o prazo diferenciado e as formas de envio do material.

Os direcionamentos de normas e políticas institucionais que orientam às questões referentes à modalidade a distância em relação às Bibliotecas Universitárias participantes da pesquisa permitiram detectar que, de forma geral, as normas institucionais inexistem.

Com relação ao reconhecimento desses alunos como usuários das Bibliotecas Universitárias dentro das instituições, percebe-se a existência de processos diferenciados. Esse entendimento não segue um padrão nas Universidades pesquisadas, o que mostra como esta situação encontra-se presente nas Bibliotecas Universitárias:

- ✚ O aluno inserido na modalidade EAD é reconhecido como aluno regular na Universidade. Isso significa que a utilização dos recursos informacionais existentes na Biblioteca sede da Universidade está disponível e que, não existe restrição de acesso. A título de exemplo: caso o material desejado não se encontre no polo, o aluno pode fazer o pedido via e-mail ou dirigir-se à Biblioteca sede para retirar o material. Os instrumentos que direcionam as ações encontram-se atualizados. Ou seja, são os regulamentos, regimentos. E também existe a informação disponível no site;

Tem no regulamento da Biblioteca que a categoria de usuário aluno EAD tem um tempo maior de empréstimo em função disso (En. B3/S).

Ressalta-se que a alteração do regulamento da Biblioteca e a definição da categoria de aluno EAD com prazo maior foi uma decisão da Biblioteca.

- ✚ O aluno inserido na modalidade EAD é reconhecido como aluno, mas a Biblioteca atende à demanda por proximidades de polo, e não tem logística de envio de materiais bibliográficos pelos correios, por motivo de custos. Com relação aos instrumentos, estes ainda se encontram em processo de atualização;

[...] o regulamento nosso está em processo de atualização. Ele não contemplava até então a educação a distância (En. B6/CO).

- ✚ O aluno inserido na modalidade EAD, mesmo que não conste nos documentos regulatórios da Biblioteca, pode usufruir dos mesmos recursos, porque a Biblioteca tem a política de livre acesso. Em relação ao regimento explica que:

[...] agora nós estamos trabalhando no regimento. Já encaminhei até para a Reitoria um novo, que prevê essas coisas, que nada estava previsto. Realmente não havia uma política. Agora que a biblioteca está tendo os contatos, [...], mas na política da biblioteca você não encontra nada que se refere à EAD (En. B5/CO).

- ✚ O aluno inserido na modalidade EAD acessa o material do polo. Quando precisa de algum material localizado na Biblioteca sede, necessita solicitar no polo, por intermédio do tutor. Os regulamentos não estão atualizados em relação à modalidade EAD. As questões pontuais são resolvidas na medida do possível;

Ele, diretamente não! É através do tutor ou do professor coordenador, apesar dele ter o documento que dá acesso, mas ele não está cadastrado ainda, na biblioteca. [...] Não [existe] essa restrição, mas é uma coisa informal, assim não tem nada formalizado dele não poder pegar este livro, mas também não tem nada formalizado que ele possa ter acesso a este acervo (En. B4/SE).

A entrevista revelou que os alunos a distância não usufruem dos mesmos direitos dos alunos da modalidade presencial. Observa-se a presença de um mediador entre o aluno e a Biblioteca na modalidade EAD. E ao que tudo indica, a liberdade de acesso aos recursos informacionais é diferenciada.

- ✚ O aluno inserido na modalidade EAD ainda não é reconhecido, porque os cursos acontecem nos polos e a demanda é baixa. Os instrumentos, neste caso, não foram atualizados e o processo em relação à participação da biblioteca sede na EAD encontra-se em estudo:

Porque os cursos não são aqui. Os cursos são nos polos.
Quando os alunos estão em trânsito não podem retirar livros aqui? Não.
Não emite carteira? Não.
 Lembrando que nós não estamos dizendo se é positivo ou negativo. Nós estamos apenas informando. Estamos apenas informando o que existe.
Estatísticas de retiradas de livros pelos alunos EAD não existe?
 Os alunos dos polos não vêm aqui. Eles vêm aqui apenas para a formatura. Eles não comparecem a este campus, a esta Biblioteca do Sistema, à Biblioteca Central, para demandar um acervo, que em tese está na Biblioteca do polo, lá no município de origem que eles são vinculados (En. B1/SE).

Nesse sentido, a Biblioteca de Unidade que participa do atendimento à demanda de EAD destaca:

Essas normas inexistem enquanto orientação do Sistema de Bibliotecas com relação à participação das Bibliotecas na EAD. Nunca houve. Em minha opinião, pelo menos que eu tenha conhecimento ou contato, nenhuma orientação do Sistema de Bibliotecas com relação à EAD e seus usuários.

[...] A orientação do coordenador de curso foi que deveríamos atender o aluno EAD da mesma forma que o aluno presencial. Ele é aluno de graduação. Não existe distinção em função da modalidade de ensino

(En. B2/SE).

Em face dos dados apreendidos, evidencia-se que não existe de forma global uma política nas Universidades que direcione as ações com relação às Bibliotecas Universitárias e aos alunos da EAD. Os instrumentos que orientam as ações, como regulamentos/regimento, encontram-se em estudo ou em processo de atualização com relação ao aluno a distância. Dentre as bibliotecas pesquisadas, apenas um regulamento contempla o aluno a distância, com o prazo de empréstimo estendido.

Considerando que o caráter social da Biblioteca é de disponibilizar a informação aos seus usuários, dessa forma, os alunos EAD devem desfrutar do mesmo tratamento dos alunos inseridos na modalidade presencial. O que realmente falta para que isso ocorra é a Universidade estabelecer essas ações da Biblioteca, formalizando-as. Independente da modalidade na qual o aluno esteja inserido, presencial ou EAD, caso frequente ou não uma biblioteca, o que se deve fazer é garantir seu direito ao acesso à informação, podendo retirar o material se assim o desejar.

Percebe-se, então, que, apesar de os cursos já funcionarem de forma regular, ainda se estudam e se discutem os direitos dos alunos de acessarem os recursos das Bibliotecas Universitárias. Porém, acredita-se que a discussão poderia centrar-se nas formas de viabilizar os recursos informacionais, para que o aluno EAD tenha condições de usufruir de uma educação de qualidade e a Biblioteca exerça seu papel social de fornecer acesso à informação para quem precisa.

As orientações direcionadas pelos participantes da EAD, como diretores de EAD, coordenadores de cursos e professores ligados à Biblioteca, informando sobre a criação de cursos ocorrem de maneira informal e não de forma regular. Portanto, a Biblioteca nem sempre é comunicada sobre a abertura de um novo curso a distância, o que determina distorções no atendimento aos discentes.

Apresentam-se a seguir os aspectos históricos da definição das Bibliotecas polo e os elementos que limitam e restringem a articulação e dinamização das atividades entre Bibliotecas Universitárias e Bibliotecas Polo.

4.4 Bibliotecas Universitárias e Bibliotecas Polo: conexões

Neste tópico, abordam-se e discutem-se as relações que envolvem as Bibliotecas Universitárias e as Bibliotecas polo, bem como os aspectos históricos e os elementos que interferem no desenvolvimento de ações para a modalidade EAD.

As Bibliotecas Universitárias têm um papel importante na educação superior, ao oferecerem recursos e informações que são essenciais para a realização de estudos e pesquisas, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico. Com o processo de democratização do ensino e a participação das Universidades na modalidade a distância, evidencia-se um novo cenário para as bibliotecas, que precisa atender um usuário que apresenta características diferenciadas.

É necessário criar meios para propiciar maior interação entre a Biblioteca polo com a Biblioteca sede, para atender o aluno EAD, tendo em vista que ele é considerado um aluno regular da Universidade e, portanto, um membro da comunidade universitária, que deve usufruir de todos os direitos e deveres dentro da estrutura da Universidade. Porém, essa questão ainda não é muito clara nas Bibliotecas e nem sempre os participantes têm consciência desse processo.

Com relação à criação e estruturação das Bibliotecas inseridas nos polos de apoio presencial, configura-se, a seguir, o relato do diretor D1, da região Centro-Oeste, que apresenta a história do processo para a definição das bibliotecas polo, o qual acompanhou toda a trajetória de implantação. O relato objetivou apresentar a articulação e implantação dos polos de apoio presenciais e a Biblioteca nesse contexto.

Um pouco de história das bibliotecas nos polos

Eu fiz parte do processo de implementação da UAB desde o seu nascedouro. Já no primeiro edital, eu fiz parte da comissão que fez a análise tanto da oferta de curso quanto das demandas de polo no primeiro edital, como consultora. Depois, acabei assumindo a coordenação geral de articulação acadêmica na CAPES e fiquei até 2010, até passar no concurso e voltar para a Universidade. Essa história das bibliotecas foi uma coisa muito interessante, porque começamos a pensar na estrutura de polo.

Infelizmente, o Sistema UAB... e felizmente também, porque, na verdade, ele tinha que começar de alguma forma. Ele acabou tendo uma intervenção de um modelo, que não era o nosso modelo, que foi o modelo espanhol. E lá na Espanha essa coisa do polo e da estrutura do polo é uma unidade acadêmica. No Brasil, se quis pegar esse modelo de uma Unidade Acadêmica onde a biblioteca tem um papel fundamental, e trazer isso para uma realidade completamente diferente, que é a realidade brasileira, inclusive da estrutura dos polos, porque os polos nasceram em escolas, muitas vezes, abandonadas, desocupadas, e em alguns outros casos fizeram construções novas, e também sob a responsabilidade de estados e municípios.

A legislação não permite isso, porque estados e municípios não podem usar dinheiro para comprar livros para a educação superior. Porque, conforme a Constituição Federativa e os entes federados, eles têm que investir na educação básica. Como eles vão justificar comprar livro para a Educação Superior?

- Essa história da Biblioteca não se resolveu até hoje, entendeu! - Até hoje! Na realidade, há um questionamento: - O que é o Polo? E que espaço é esse? E a Biblioteca dentro dele? Eu tenho feito algumas coisas aqui na Universidade. Depois que eu saí da CAPES, tipo assim, eu tenho refletido um pouco sobre isso! *Nós estamos em tempo de abertura. Já não justifica mais essa necessidade tão premente da [biblioteca] física, isso é uma coisa que eu acho que vai mudar*, porque hoje você já tem acesso a uma bibliografia muito vasta e extensa, confiável. É lógico que uma coisa não substitui a outra. *Por outro lado*, há de se pensar o que vale a pena se ter fisicamente, que é uma coisa que não se pensa muito (En. D1/CO).

O discurso apresentado enfatiza a disponibilização dos recursos informacionais no formato digital, mas há de pensar que grande parte da informação encontra-se em formato impresso e que a disponibilização do material retrospectivo para o formato online é uma realidade ainda distante. Por isso, é necessário que seja garantido aos alunos inseridos na modalidade EAD todos os tipos de acesso.

Com a entrada da UAB, define-se pela criação de um polo de apoio presencial e exige-se a implantação de uma biblioteca no polo, uma biblioteca que, na verdade, não é escolar e nem municipal; ela é uma biblioteca do polo. O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), inclusive, não permite que a biblioteca funcione sem um bibliotecário, como o diretor D1, da região Centro-Oeste, apresenta a seguir:

Esse também foi um enfrentamento que tivemos, porque tem que ser bibliotecário, mas para isso o Município tem que abrir concurso para

bibliotecário e tem que haver oferta do curso de Biblioteconomia. Nessa época, isso foi uma iniciativa minha como coordenadora de articulação acadêmica na CAPES (En. D1/CO).

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) participou da discussão sobre as bibliotecas polo, conforme visão abaixo:

- Olha, nós temos um problema instalado.
- Nós temos a obrigatoriedade do polo ter uma biblioteca, um Acordo de Cooperação com os Municípios dizendo que o município tem que prover o *acervo bibliográfico* para essas bibliotecas *e uma Constituição*, que impede que isso seja feito *e uma situação de fato que não há bibliotecários*.
- Com quem vai ficar essas bibliotecas?
- O CFB disse: Temos um problema?
- Eu disse: Temos um problemaço! Porque, primeiro, temos a dificuldade de comprar livros e ter um acervo. Porque tem o outro lado também, o INEP, ao avaliar e reconhecer os cursos a distância, visitam as bibliotecas, e o mesmo parâmetro que é válido para o curso presencial, do tipo cinco livros por estudante, tem que ter no acervo da Biblioteca. Então, estávamos diante de um impasse, e isso aconteceu por volta de 2008 e 2009, quando eu estava na CAPES.
- Aí, o CFB organizou um curso nacional, junto conosco. Eu dei início naquele momento e ele vai ser ofertado agora. No entanto, isso não resolve o problema. Na verdade, eu não sei se não cria um problema ainda maior, porque existem as bibliotecas municipais e as bibliotecas escolares.
- Porque mais uma biblioteca no polo? O que justificaria?
- É uma pergunta que eu me faço até hoje! (En. D1/CO).

A criação de Bibliotecas polo, provavelmente, foi pensada no mesmo sistema de uma Biblioteca universitária, com material específico para determinadas áreas do conhecimento no qual se concentram os cursos. As bibliotecas municipais e escolares têm outra abrangência e recorte de público para atendimento. Portanto, esta solução é inadequada, tendo em vista o escopo de cada uma das instituições, além do fato marcante de que as bibliotecas escolares e municipais também sofrem com a falta de recursos para sua manutenção.

Dentre as soluções indicadas, destaca-se a possibilidade de que as bibliotecas virtuais possam ser disponibilizadas. Porém, não existe nenhum acordo entre a CAPES e a Universidade neste sentido, porque, para viabilizar essas ações, elas têm um custo, e em termos de bibliotecas os recursos sempre foram escassos. As bibliotecas digitais podem ser disponibilizadas. No entanto, para o seu desenvolvimento, manutenção e atualização, exige-se toda uma infraestrutura, de suporte tanto de recursos humanos como de infraestrutura tecnológica.

Há, ainda, como aspecto agravante a situação instável das Bibliotecas dos polos. Além disso, os bibliotecários não participaram em nenhum momento do processo de planejamento para a constituição dos polos no sentido de contribuir com a experiência, de forma a buscar alternativas de qual seria a melhor forma para atender os alunos inseridos na modalidade a distância.

Reiterando os diferentes aspectos desta questão, apresenta-se a experiência do diretor D2, da região Sul, o qual revela em algumas regiões, antes da implantação da UAB bibliotecas polo, os cursos eram os Pró-Licenciaturas e os polos pertenciam à Universidade. Então, a Coordenação da Biblioteca do polo funcionava de forma integrada. Havia o cuidado para que a Biblioteca do polo fosse uma ramificação da Biblioteca Central/Universitária. As verbas direcionadas para o material informacional eram investidas em livros. Assim, os materiais eram catalogados e disponibilizados para o aluno. Este, quando necessitava de algum material, tinha de recorrer às Bibliotecas do campus. O procedimento acontecia da seguinte forma:

- Qual era o sistema? E continua sendo assim, mesmo agora não tendo mais polo “da Universidade”?

O aluno fazia a solicitação por e-mail, por número. Quando não tem lá, a biblioteca [do campus] pegava e colocava no correio, mandava para o aluno. A única opção dele de gasto seria mandar de volta [o livro] para a biblioteca. Aí, ele pagava o retorno para biblioteca. Ele poderia, também, ter a opção de entregar no polo e fazíamos a volta do livro do polo, porque a coordenadora, que tem o suporte [...] para poder fazer isso, mandava para a biblioteca de volta. Então, contamos com todo esse pessoal (En. D2/S).

Quando os polos deixaram de ser de responsabilidade da Universidade e passaram a ser articulado por intermédio da Prefeitura, Municípios, com a interveniência da CAPES/UAB, isso fez com que todos os polos da Universidade fossem transferidos para a UAB. Então, a Universidade deixou de ter essa responsabilidade. A definição do que é o polo, do que necessita ter na sua estrutura, passa a ser responsabilidade da Prefeitura, estados, municípios e CAPES/UAB. Isso fez com que essa mudança se consolidasse da seguinte forma:

[...] eles definiram lá se existe ou não a necessidade de uma biblioteca [...]. Então, não temos mais esse controle. Não é mais uma extensão nossa agora; eles têm que montar uma biblioteca própria. Nós não temos mais essa questão de comprar livros e [colocar] lá e articular. À vezes, nós fazemos isso. Agora, mesmo não tendo essa questão de articulação, o que a gente faz continua o mesmo procedimento de empréstimo: como é aluno da universidade, se ele [solicita] no polo, por correio, por qualquer meio, esse sistema continua (En. D2/S).

Dessa forma, é possível entender o processo de transição em relação à administração dos polos de apoio presencial com a entrada da UAB. Com isso, o envolvimento das Bibliotecas Universitárias nos polos de apoio presencial ficou sem direção, porque o modelo apresentado não contribui para uma interação entre Bibliotecas sede, Bibliotecas polo e porque não há diretrizes definidas que norteiem as ações a serem seguidas.

A intenção principal era estruturar as bibliotecas dos polos, para que atendessem às necessidades informacionais do aluno EAD em sua dimensão ideal, porque não existe nenhuma logística articulada com as Bibliotecas Universitárias para o envio de livros e o controle do acervo.

Esta realidade demonstra os aspectos contraditórios da relação às Bibliotecas Universitárias e às Bibliotecas Polo. No documento *Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância*, que é utilizado para a avaliação dos cursos na modalidade a distância, consta a seguinte recomendação: “sistema de empréstimo de livros e periódicos ligado à sede da IES para possibilitar acesso à bibliografia mais completa, além do disponibilizado no polo.” (BRASIL, 2007, p. 19).

Portanto, verifica-se que as Bibliotecas Universitárias fazem parte do processo de avaliação, de acordo com o depoimento do diretor D2, da região Sul, conforme explicitado a seguir:

[...] os problemas de atender essa demanda sem servidor, a bibliotecária deve ter mostrado todos os equipamentos para fazer a digitalização do livro. Quando vêm os avaliadores, esse processo nós avisamos ao bibliotecário.
– Olha, vem a avaliação do INEP. Então, a biblioteca faz toda a apresentação de como a biblioteca atende a EAD. Então, já virou uma rotina para eles como o presencial (En. D2/S).

O bibliotecário B3, da região Sul, confirma que a Biblioteca Universitária é avaliada com relação aos cursos a distância, como pode ser visto:

Sim. Tanto é que os cursos são avaliados através desses referenciais. Inclusive, também o MEC utiliza. No momento, estamos sendo avaliados nos cursos de Administração EAD e Biologia EAD [...]. A cerca de uns três anos, o MEC passou a considerar, tanto para o EAD quanto para o presencial, a bibliografia on-line. Até três anos atrás não era considerada. O MEC ainda avalia a estrutura física das bibliotecas, mas já considera que se tiver obra on-line, você não precisa ter mais na biblioteca física (En. B3/S).

No entanto, o bibliotecário B6, da região Centro-Oeste, explica que não tem conhecimento sobre o processo de avaliação das bibliotecas do polo, conforme se apresenta:

Com relação às bibliotecas dos polos, eu não posso falar, porque eu não sei se em determinado polo não está tendo mais biblioteca. Essa informação nós não temos. Mas a Biblioteca Central, esta sim, [vem] sendo avaliada. Se não me engano, tivemos duas avaliações uma delas no curso de Administração a Distância, recentemente, porque teve mais. Quando teve estas avaliações do MEC, fomos avaliados quanto aos materiais disponíveis [...] (En. B6/CO).

O depoimentos revelam que o processo de avaliação para a modalidade a distância envolve as Bibliotecas Universitárias. Nesse sentido, constata-se a importância de as BUs participarem do processo e conhecerem os instrumentos relacionados com a modalidade EAD. No entanto, grande parte dos bibliotecários entrevistados desconhece o conteúdo desse documento. As colocações do bibliotecário B6, da região Centro-Oeste, aponta esta realidade:

[...] nós não recebemos esse referencial. Não veio institucionalmente para nós, uma vez que costumamos receber outras comunicações institucionais. Assim não recebemos nada. Então, também não nos articulamos em torno de um documento como este (En. B6/CO).

Assim, como os bibliotecários desconhecem as recomendações existentes no documento, apresentam dificuldades para identificar a participação da Biblioteca sede:

É um documento que quem está habilitado a responder é o Centro de EAD da Universidade (En. B1/SE).

É importante destacar que o documento apresenta recomendações sobre o empréstimo para garantir uma bibliografia mais completa para o aluno EAD. Orienta que o empréstimo deve ser feito entre a biblioteca sede e a biblioteca polo. Dessa forma, é um instrumento fundamental para entender que existe uma ligação de cooperação.

Entretanto, o envio do material via correio para o aluno EAD não é uma prática. Apenas duas bibliotecas, localizadas nas regiões Sul e Sudeste, executam esse serviço, que, comumente, fica sob a responsabilidade do Setor de Referência. A Biblioteca assume os custos, conforme o depoimento do bibliotecário B3, da região Sul, a seguir:

Eles escrevem [informando] que gostariam de se cadastrar na biblioteca. Eles estão lá no Amazonas, no Acre, em qualquer lugar do Brasil. [Dessa forma], o Setor de Referência verifica os dados dele, como aluno de EAD que está matriculado, mandam para ele uma senha, que pode ser alterada. Aí, ele está cadastrado. Então, através dessa senha, ele tem acesso a toda nossa base de dados, periódicos, e-books, ao Portal CAPES, às outras revistas que assinamos. E, quando necessário, ele pede um empréstimo físico de alguma

obra que não tenha no Moodle ou que nós não tenhamos on-line. Ele pede emprestado, vem o pedido para esse Setor de Referência (Comut), [enviamos] o material para ele com prazo bastante estendido. Enviamos pelos correios e assumimos os custos (En. B3/S).

Em outra experiência, relatada pelo bibliotecário B2, da região Sudeste, há a seguinte indicação:

O prazo de empréstimo para o usuário EAD não pode ser o mesmo. Só o que eu gasto de remessa e transporte. A biblioteca assume os custos do envio do material e o aluno é responsável pela devolução do material (En. B2/SE).

Em algumas situações, observou-se que o envio do material não se efetiva, porque a Biblioteca Universitária está atendendo à demanda por proximidade do polo, conforme explica o bibliotecário B6, da região Centro-Oeste:

Não. Não mandamos [o material] porque na nossa última reunião o que foi colocado foi a dificuldade dos polos de manter o funcionamento das bibliotecas que foram constituídas e como a biblioteca se comprometeu a dar um suporte pela proximidade dos polos (En. B6/CO).

Dessa forma, o envio de materiais por malote ou pelos correios para o aluno EAD não é uma prática, conforme apresentado pelo bibliotecário B4, da região Sudeste:

Eu acho que tem essa dificuldade da distância, [...] não tem essa logística de malote e a experiência (En. B4/SE).

Como a situação das bibliotecas do polo sofre com a ausência de recursos adequado, em algumas situações observou-se que a Biblioteca Universitária precisa colaborar para que o aluno não seja prejudicado. O bibliotecário B6, da região Centro-Oeste, oferece apoio da seguinte forma:

[...] então, foi solicitado para gente a aquisição de materiais bibliográficos para disponibilizar nessa unidade. Até no ano passado, foram adquiridos materiais de avaliação para atender a Administração a distância. Adquirimos material físico (En. B6/CO).

No entanto, já ocorreu a compra de material bibliográfico por intermédio da Universidade, o qual foi distribuído aos polos, conforme explica o bibliotecário B3, da região Sul:

Aqui na Universidade, compraram um monte de material EAD para distribuir aos polos. E esse material foi todo preparado aqui, na Biblioteca Central, patrimoniado e distribuído aos polos. Quem tá cuidando da biblioteca dos polos? Esse material ainda existe? O material vai vir pra cá? Voltou? Ficando em nossa responsabilidade. Assim, o bibliotecário não foi chamado para ajudar a estruturar e discutir o curso. Não existe planejamento de biblioteca em polo (En. B3/S).

A seguir, o diretor D1, da região Centro-Oeste, explica o processo de seleção de livros e controle do acervo do polo:

Com relação ao acervo físico, o que acontece? A Universidade tem um procedimento interessante. Cada Unidade Acadêmica tem um representante da Biblioteca, que, no início de cada semestre, recolhe indicações de títulos básicos dos professores. Eu incluí a EAD aí também. Então, o curso a distância indica os livros que querem, e a Biblioteca compra. Eu, enquanto coordenação/diretoria, encaminho para os polos os livros, e fica em sistema de empréstimo no polo.

Os livros são catalogados aqui e ficam no sistema de empréstimo nos polos. O aluno vai, empresta o livro e devolve como aluno presencial no polo, e fica na carga patrimonial minha e do meu adjunto.

Então, fica na sua conta?

Sim, fica na minha conta, porque ainda não se resolveu isso. Porque vai ficar na conta de quem? O polo não é o polo da nossa universidade, é o polo de 6, 5, 4, universidades. Então, fica difícil de controlar isso. Você tem que, de certa forma, gerenciar isso no polo, e é complicado. Se fosse o polo só de uma Universidade, talvez [fosse mais tranquilo]. Esse é um pouco o contexto (EN. D1/CO).

O bibliotecário B5, da região Centro-Oeste, destaca a situação da compra para a modalidade EAD, porque tem sido um problema o controle desse material, conforme observa:

Nós tivemos discutindo isso, que [precisa ter uma] coordenação aqui dos polos. Esse tem sido um grande problema. Tem que contratar bibliotecário, e eles têm que dar parte dos recursos para aquisição do material bibliográfico, porque a quantidade de exemplares é imensa. Não é comprar cinco, dez livros. Às vezes, são centenas de exemplares, e isso encarece. Então, nós estamos ainda debatendo (En. B5/CO).

Em algumas situações, conforme explica o bibliotecário B4, da região Sudeste, os mantenedores adquirem o acervo do polo, como pode ser visto:

[...] o acervo, por exemplo, ele foi desenvolvido a partir das Prefeituras. A Universidade, por enquanto, não adquire livros para aquele acervo, eles são adquiridos através destes convênios que tem com as prefeituras, mas a verba não sai diretamente da Universidade para aquisição do acervo para o curso da modalidade EAD (En. B4/SE).

Para atender à solicitação de compra de materiais para a EAD, conforme explica bibliotecário B3, da região Sul, é importante conhecer as características e identificar quais são as demandas do aluno a distância, o que é difícil para a Biblioteca Universitária, porque desconhece o usuário:

Olha, na biblioteca vamos ter curso EAD? Aí, começa toda aquela loucura, que tem bibliografia básica. Mudou bastante desde o meu primeiro contato em 2005. Aí, chegava à Biblioteca e tinha aquela lista de livros, sem tu conheceres o perfil do aluno EAD, sem saber quantos estavam inscritos, de quais localidades eram [os alunos]. Então, chega numa biblioteca uma demanda sem informação. A demanda pode existir, mas o que manda é o público, e, como o bibliotecário não é inserido neste processo, ele pouco pode trazer de contribuição para ajudar na biblioteca de EAD. Desconheço bibliotecário que foi chamado para trabalhar em EAD, exceto quando eles estão trabalhando com o curso da área da informação (En. B3/S).

Dessa forma, verifica-se a dificuldade de controlar os materiais bibliográficos nos polos, porque não tem o bibliotecário e existem cursos de várias universidades. Mas, com base no Termo de Compromisso assinado entre às partes envolvidas, a aquisição do material bibliográfico fica na responsabilidade do mantenedor. No entanto existem diferenças regionais e nem todos conseguem manter o acordo assinado, talvez por falta de recursos financeiros.

A situação apresenta-se de forma irregular, e as ações sofrem variações entre as Instituições pesquisadas. Nesse sentido, identificou-se que as bibliotecas dos polos precisam ser alvo de reflexão, porque fazem parte de um sistema cooperativo que envolve várias Universidades. A Biblioteca Universitária sofre os reflexos porque em algumas situações é chamada a participar do processo de compra e registro de material bibliográfico para a modalidade EAD, assim, respondendo por um patrimônio que está fora do seu controle. Com relação à aquisição do acervo, torna-se importante definir critérios, pois a compra deve conhecer e acompanhar essa dinâmica, pois essa ação não se efetiva de forma tão automática. Além disso, nem sempre se conta com profissionais que tenham a formação adequada para desenvolver as atividades, pois nos polos, comumente, não tem o bibliotecário, conforme explica o diretor D4, da região Centro-Oeste:

[...] Eu acho que nenhum polo tem bibliotecário formado. Ou são técnicos da própria Prefeitura que são deslocados para lá ou em desvio de função. Talvez seja até professores. Em vários tem professores em desvio de função trabalhando na biblioteca do polo (En. D4/CO).

Um dos motivos destacados pelo bibliotecário B2, da região Sudeste, de não contratar os bibliotecários para os polos pode ser assim explicado:

Dizem que não conseguem contratar o profissional bibliotecário. Alegam que abrem o edital e disponibilizam a vaga, e não é preenchida. [Pode ser porque] competem com várias faculdades que abrem no interior, que têm a obrigatoriedade de ter bibliotecário e devem oferecer melhores condições de trabalho (En. B2/SE).

Ao se conscientizar dos aspectos que se encontram presentes na questão das bibliotecas e da EAD, verifica-se a dificuldade para planejar ações para atuar nesta modalidade, na medida em que se requer um modelo participativo, com várias instituições. O que vem acontecendo é a adoção de medidas paliativas, mas que também não colaboram com o desenvolvimento do serviço de forma adequada. Nesse sentido, antes do planejamento de qualquer ação para a EAD, a Biblioteca deve ter uma visão de sua realidade, pois o

bibliotecário precisa conhecer e compreender a modalidade a distância, para que se consiga realizar o planejamento com qualidade, desde que compreenda os diferentes aspectos imbricados na questão.

Nesse sentido, algumas iniciativas de tentar contribuir com a modalidade a distância foram destacadas pelo bibliotecário B1, da região Sudeste, como pode ser visto:

Nós, a partir do momento que assumimos para tentar entender a proposta do Setor de Apoio às Bibliotecas Polo, começamos a fazer visitas aos polos que oferecem graduação, para montar um diagnóstico e não emitir nenhum parecer antes de conhecer qual a proposta da UAB para as bibliotecas e o que tem acontecido nos polos que a Universidade oferece curso de graduação (En. B1/SE).

Evidencia-se a importância de conhecer o processo que envolve a modalidade EAD para a construção de um plano de ação capaz de direcionar e alcançar metas. Não adianta implantar algo novo sem ter clareza dos objetivos a serem alcançados.

Em outra instituição, o bibliotecário B4, da região Sudeste, relata a proposta apresentada para a Diretoria da EAD:

Não sei se esta proposta que fizemos [de capacitar os funcionários dos polos] pode ser uma contribuição para a EAD. [...] a proposta seria: esses funcionários que atuam nessas bibliotecas [polos], eles iriam à Universidade para a gente fazer um treinamento, uma capacitação. E o software, nós estamos olhando qual que poderia atender. Nós estamos fazendo um estudo (En. B4/SE).

A receptividade da proposta apresenta-se da seguinte forma:

[O diretor] concordou, mas [...] achou certa dificuldade em reunir o pessoal dos polos para irem à Universidade (En. B4/SE).

Verifica-se a dificuldade do bibliotecário em definir se a direção para as suas ações está correta. Os bibliotecários têm dúvidas e não sabem como agir, como pode ser visto pelo depoimento do bibliotecário B4, da região Sudeste:

Eu tive um encontro em Florianópolis, em novembro, sobre condições da biblioteca. Em conversas informais, falou de ensino a distância [as pessoas] tem dúvida, têm dificuldades. [Percebe-se] que nós, bibliotecários, [não estamos] muito preparados, não! (En. B4/SE).

Destaca-se a dificuldade do bibliotecário devido à falta de participação no processo de planejamento de ações para a modalidade EAD. Dessa forma, as questões relacionadas nesse âmbito tornam-se imperceptíveis. Para minimizar esse quadro, identificou-se a necessidade de esses profissionais conhecerem de maneira geral a modalidade a distância, ou seja, sua conceituação, filosofia, o que a EAD representa para a

universidade e a sociedade –, bem como apreender quais são os aspectos da estrutura da modalidade dentro da Universidade. Com informações fragmentadas, as associações em relação à modalidade EAD não são identificadas, porque falta embasamento sobre a questão, razão pela qual há dificuldade em refletir sobre o assunto e agregar contribuições para o desenvolvimento da biblioteca na modalidade EAD.

O bibliotecário B5, da região Centro-Oeste, destaca aspectos relacionados à formação do bibliotecário:

Primeiro, acho que isso é mais antigo ainda, [...] no Peru [e] no México, foi dito isso. É a formação do bibliotecário. Ele precisa de um currículo totalmente diferente. Nós estamos sentindo isso aqui e em diversos locais, porque o bibliotecário, [...] não conseguiu incorporar na consciência dele, a revolução tecnológica, a globalização e o advento da sociedade da informação. Isso mudou por completo. Não é mais preservar. Você tem que ter técnicas de mediação, de competência informacional para mudar esse panorama. Então, eu sinto, às vezes, que tento conversar com bibliotecários sobre ensino a distância, e eles não se interessam muito. [...]. Eu acho que isso seria uma demanda do novo currículo, porque eles até hoje [os alunos] daqui, por exemplo, saem sem noção nenhuma. Se não tiverem um interesse próprio, ninguém ensina nada. Então realmente tem que construir, tentar construir, tem que pavimentar (En. B5/CO).

O discurso de B5 chama atenção para o fato de que o bibliotecário não se interessa muito pelo ensino a distância. Uma explicação possível deve-se ao fato de que ele não recebe nenhuma orientação nos cursos de formação sobre a modalidade EAD, e esta dimensão deve ser considerada, por tratar-se de um novo mercado de trabalho. Além disso, a modalidade está presente dentro da Universidade, e para uma educação de qualidade torna-se necessário estudar formas para melhor atender o aluno EAD. Nesse sentido, o bibliotecário que atualmente se interessar pela área de EAD tem que procurar outros caminhos para sua capacitação. O bibliotecário B3, da região Sul, que já faz parte desse contexto, destaca:

Bem, nós, bibliotecários, já estamos trabalhando com EAD sem esses cursos. A partir do momento que tu tens base de dados on-line, já está fazendo EAD. Então, é interessante saber qual é o perfil de usuário que usa. [Nós] adotamos aqui a estatística de uso das bases [...]. Conhecer o perfil do público passa tanto para os cursos quanto para o oferecimento da informação. Entendo dessa forma. E eu desconheço que as Escolas de Biblioteconomia tenham disciplina sobre EAD. Se colocássemos uma disciplina EAD, não seria Educação a Distância, e sim Informação a Distância (En. B3/S).

O bibliotecário B5, da região Centro-Oeste destaca a importância de a Biblioteca trabalhar com recursos humanos com um perfil mais adequado para atuar na EAD:

A Biblioteca, primeiro, teria que ter recursos humanos com perfil adequado. Quer dizer, a gente está formando esse recurso de uma forma assim muito embrionária. O pessoal teria que ter uma noção melhor de metodologias, de protocolos, para poder crescer e orientar. Então, aí já é certo problema, até você formar uma equipe adequada. Segundo, e ao mesmo tempo você tem que ter uma tecnologia adequada para tocar todos esses cursos. Eu tenho impressão que a tendência é aumentar cada vez mais. Você tem que ter recursos humanos favoráveis a isso. Quer dizer, quando eu digo favorável não é de gostar ou não gostar, mas ele ter uma formação adequada e, basicamente, ele tem que dar orientação se ele não sabe [...] (En. B5/CO).

Como a modalidade apresenta características específicas, é importante desenvolver recursos humanos que assimilem as diferenças. E esse perfil ainda precisa ser construído, porque, na realidade, essa orientação profissional ainda não acontece.

Em síntese, ao longo do tópico, descreveram-se os fatores que limitam e restringem a ação das Bibliotecas Universitárias com relação às Bibliotecas dos polos na educação a distância. Por meio das entrevistas, foi possível perceber as seguintes questões: responsabilidade compartilhada entre os mantenedores, na qual a Biblioteca polo fica sob a responsabilidade de estados e municípios e a Biblioteca Universitária não tem articulação para definir e organizar as atividades dentro desses polos; ausência do bibliotecário nas bibliotecas do polo, fato que dificulta o desenvolvimento das atividades básicas na Biblioteca; quadro insuficiente de pessoal nas Bibliotecas Universitárias para trabalhar com a EAD; ausência de parâmetros para a aquisição e controle dos recursos informacionais adquiridos no formato impresso; falta de logística para empréstimo de livros entre Biblioteca Universitária e Biblioteca polo; dificuldades em relação à formação do bibliotecário, que não contempla a modalidade a distância; falta de conhecimento do documento *Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância*, que recomenda o empréstimo de recursos informacionais entre a Biblioteca sede e a Biblioteca polo; e dificuldades com a avaliação institucional, que envolve a Biblioteca Universitária e a assistência ao aluno EAD.

Avaliativamente, é possível pensar que a disponibilização da informação no formato online talvez seja uma alternativa para resolver as dificuldades de acesso à informação para a EAD e, também, para as soluções de aspectos operacionais que se relacionam com a compra de livros, controle e envio de materiais impressos para as Bibliotecas polo. Acrescenta-se, como uma possibilidade de driblar a falta de recursos financeiros, o uso dos recursos tecnológicos. Dessa forma, a ação se efetuará como um processo

cooperativo entre bibliotecas, por meio de acordos sobre a divisão orçamentária, disponibilizando serviços em rede e favorecendo não apenas os alunos de uma única instituição, e sim um número representativo, correspondente às instituições envolvidas.

Em prosseguimento ao processo de apreensão da articulação das Bibliotecas Universitárias na EAD, buscou-se conhecer a organização das equipes EAD e identificar se os bibliotecários pertencentes ao quadro das Bibliotecas Universitárias participam das equipes.

4.5 Organização das equipes EAD e o bibliotecário

A equipe EAD envolve vários tipos de profissionais, podendo variar de acordo com as especificidades que são necessárias a cada curso.

A organização das equipes constitui-se de professores definidos nas Unidades Acadêmicas ou de professores concursados para atuarem na modalidade EAD, conforme apresentado pelo diretor D1, da região Centro-Oeste:

Cada curso tem no seu departamento oito pessoas, que são apoios acadêmicos ao curso, três dessas pessoas são financiadas pela CAPES como pessoa física, vêm no fomento do curso. As outras pessoas recebem bolsas fomentadas pela CAPES também, mas aí são bolsas, e não pessoas físicas, que é o coordenador de tutoria, o coordenador de estágio do curso, o coordenador pedagógico, e aí são quatro bolsas de professor supervisor. Então, cada curso tem o apoio de até oito pessoas para poder ajudar, além de um coordenador de curso, isso nos cursos (En. D1/CO).

Os professores que fazem parte da modalidade EAD pertencem ao quadro da Universidade. Alguns são concursados exclusivamente para a modalidade EAD, como pode ser observado pelo depoimento do diretor D4, da região Centro-Oeste:

Os participantes desses cursos, professores, por exemplo, são professores da Universidade, que se dispõem a trabalhar no EAD. Há uns três ou quatro anos atrás tivemos concurso para EAD. Então, nós temos 20 professores na Universidade que vieram com vagas EAD, nos diversos Departamentos e Faculdades. Depois disso, no início do governo Lula, [a oferta de vagas] eram 2.000 vagas para o Brasil. Aí, reduziram para 1.400. Desse número, só foram 800 vagas. Dessas 800, nós conseguimos 20 vagas (En. D4/CO).

A contratação de recursos humanos para atuar na modalidade EAD, segundo D4, da região Centro-Oeste, é essencial. Para que isso ocorra, o processo de institucionalização da EAD torna-se fundamental:

É preciso contratar professores, porque cada docente desse está com 150 alunos. Se ocorre a institucionalização, isso cai. Então, precisamos de gente.

Por exemplo, a orientação para TCC, nós temos hoje 1 professor para 10 alunos. Se ocorre a institucionalização, cai para 5. Você tem que dobrar o número de professores (En. D4/CO).

A definição de professores para atuar na coordenação dos cursos, tutores, professores conteudistas e professores formadores é escolhida dentre os pares, nos cursos presenciais da Universidade. No caso de tutores e professores que preparam o conteúdo do curso, eles são escolhidos na forma de edital público. Os professores formadores são sempre professores do quadro da Universidade, dos cursos que atuam ou das unidades que cedem aos cursos em questão. Eventualmente, quando falta uma expertise em determinada área é preciso fazer a seleção que ofereça uma bolsa para os professores externos. Mas o número é muito pequeno. A maioria é de professores do quadro da Universidade.

Há o modelo que funciona de forma independente como uma Unidade Acadêmica específica para atuar na modalidade a distância, conforme explicitado pelo diretor D3, da região Sudeste:

Os professores são concursados para trabalhar com a EAD, diferentemente das outras universidades. Eles são lotados aqui e exclusivamente aproveitados em EAD (En. D3/SE).

A seguir, apresentam-se os aspectos relacionados à parte de direção da modalidade EAD nas Universidades pesquisadas, com as suas respectivas atividades.

4.5.1 Direção do ensino de graduação a distância nas Universidades

A dinâmica do trabalho que envolve a direção do ensino de graduação em EAD na Universidade tem como responsabilidade administrar a parte da gestão financeira de todos os cursos sob a coordenação da UAB e da prestação de contas a CAPES, bem como apoiar as Unidades Acadêmicas nas questões relacionadas à política de fomento e a organização da parte didática, com uma equipe de desenvolvimento pedagógico. Explica o diretor D5, da região Sudeste:

A equipe de EAD [...] é responsável pela parte de gestão, fomento, gestão de web conferência, fomentar o uso do AVA, auxilia na gerência de todos os cursos de EAD que estão dentro da Universidade (En. D5/SE).

O diretor D1, da região Centro-Oeste, explica assim o processo de descentralização, o que contribui para a disseminação do conhecimento em relação às questões da modalidade EAD:

Aqui na Direção, isso é uma Diretoria de Ensino de Graduação a Distância. E eu faço a coordenação da UAB, que é o quê? Digamos, assim, sustenta a Secretaria. O que eu tenho aqui? Eu cuido da gestão financeira de todos os cursos e presto conta à CAPES. A gestão de bolsas, sou eu quem atesto toda a gestão de bolsas. Eu tenho um Núcleo de Apoio Pedagógico, sim, que, à medida que o curso precisa de apoio, de ajuda, produção de material, orientações didáticas, eu tenho toda a política de fomento e organização da parte didática, com uma equipe de desenvolvimento pedagógico. Eu tenho um estúdio de web conferência, com um quadro digital, onde dou suporte aos professores. Mas também hoje dissemino essa tecnologia, e mudei um pouco, descentralizei. Acho que o grande canal é esse. Mas não sem apoio, dando apoio aos cursos e mantenho um mínimo de organização (En. D1/CO).

A Direção da modalidade EAD nas universidades mantém dentro do seu espaço de atendimento infraestrutura tecnológica e equipes devidamente capacitadas para oferecer apoio às Unidades Acadêmicas.

4.5.2 Equipe de Coordenação Pedagógica e de Produção de Material

A equipe de coordenação pedagógica e de produção de material, segundo o diretor D2, da região Sul, administra o trabalho envolvido na concepção, transformação e produção do conteúdo do material produzido para a modalidade EAD, que se organiza da seguinte forma:

[...] Porque [temos] vários cursos, de bacharelados, licenciaturas, [...]. Então, quando iniciamos, o forte eram as licenciaturas, que foram a Física, Química e o primeiro curso de Libras. A gente tinha um vínculo grande com o Centro de Educação, e lá tinha uma coordenação pedagógica e de produção de material, que estava concentrado nesse Centro, e começou a produzir. Então lá, tem esse Centro Pedagógico ligado aos coordenadores de cursos, que dava todo suporte de discussão, de videoconferência, de construção de ambiente virtual e produção de material impresso. [...] antes de começar o curso, onde a gente fez uma formação, discussão, como seria esse material, para poder atender o EAD. Isso foi feito para produção desse material, coordenado com esse Núcleo com os coordenadores (En. D2/S).

Com o passar do tempo, o processo de produção de material evoluiu, e começaram a disseminar esse conhecimento, para que não ficasse limitado a determinado Centro. O know-how acumulado com o processo foi pulverizado, relata o diretor D2, da região Sul:

[...] Nós temos aqui os bacharelados a distância, Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis e Economia. Então, o que acontece? Os Centros têm tudo. Então, eles viram essa formação, e já dividimos essas equipes. Já tem uma equipe que é um subgrupo que está dentro aqui do Centro Socioeconômico, que são esses bacharelados. Já tem uma equipe para produção, para atender essas coisas. Depois, a gente teve os cursos de Libras, Letras Libras, Letras Portuguesa, Letras inglesa, Letras espanhola, que é do Centro Comunicação e Expressão. Esse pessoal com essa formação, que participou do primeiro momento do curso lá, já criou todo um Núcleo de Produção para poder fazer esses cursos específicos. Então, eles já aprenderam e estão sendo replicadores. E aí criou dentro dos Centros uma

autonomia, porque os centros ficam com alguma coisa, e isso vai adiante. Ele não morre de repente se um ... então, já tem isso dentro do próprio Centro. A mesma coisa com o Centro de Ciências, Física e Matemática, que tem uma equipe, mas ainda guarda um vínculo com Centro de Educação, porque ele é a licenciatura, e a gente montou todo um laboratório pra atender as licenciaturas específicas. Então, ainda tem um vínculo [...]. Essa equipe de produção [funciona dessa forma], mas nós damos as diretrizes (En. D2/S).

O Núcleo UAB direciona os trabalhos, como explica o diretor D2, da região Sul:

O Núcleo aqui dá as diretrizes do que realmente faz e participa desses Núcleos de formação em discussão mais ampla. E eles vão para o Centro e isso dentro [dele] cria-se uma autonomia de não ficar em uma dependência. Isso é muito bom! Então, olha que equipe que a gente tem! Você vê que é uma equipe grande, que está distribuída dentro disso. Por exemplo, os cursos precisam fazer videoconferências, tem uma sala de videoconferência que você pode fazer para qualquer lugar dentro do Centro de Comunicação de Expressão, tem uma sala de videoconferência dentro do Centro de Educação. Então, a gente cria uma estrutura que você vai dar suporte e que já está sendo usada no presencial, para fazer defesa de dissertações de pós-graduação a distância (En. D2/S).

O diretor D4, da região Centro-Oeste, explica a experiência da Universidade com relação ao material produzido:

[...] O material que nós produzimos aqui tem disputa. O próprio fascículo, porque o professor se sente dono daquilo que ele faz. Então, ele valoriza. Quando vai para o polo, ele diz para o aluno:

- Esse aqui é o material que nós fizemos! E o aluno gosta disso.

- *Nossa! Eu estou estudando com o autor do material!*

Nós estamos atribuindo isso e fazendo uma pesquisa nesse sentido, que, exatamente, quando o material vem de fora é descontextualizado, e aí não é o professor que produziu o material que vai ministrar a disciplina. Então, é importante a valorização do material que é produzido na região. Isso faz toda a diferença (En. D4/CO).

Cada Unidade produz o seu material com base em sua realidade. Não optou por uma equipe central; a autonomia fica a cargo de cada Unidade, porque o material produzido em nível nacional, muitas vezes, não corresponde a realidade.

4.5.3 Equipe de Formação

A Equipe de Formação consiste em oferecer apoio aos professores para que possam atuar na modalidade a distância e criar uma formação específica para atender à demanda do curso. Assim que os professores são definidos para atuar na modalidade EAD, o Núcleo/Centro EAD capacita os professores para atuarem na modalidade a distância, como exposto pelo diretor D2, da região Sul:

Assim como os tutores, a gente sempre tem um Núcleo que faz a formação, e dentro [deste] tem [...] de três ou quatro pessoas, que são pessoas, que tem [capacitação] para fazer formação em tecnologia [...]. A gente, em cima disso, constrói uma formação específica para necessidades daquele curso, daqueles professores. Aí, a gente faz essa formação. Então, temos alguns

parâmetros para essa formação, e nós temos uma equipe dentro do Núcleo UAB que faz a formação para todos esses cursos com esses professores. Eles vêm e [passam] por uma série de [orientações e treinamentos], uma parte presencial [e outra] parte a distância. [...]. Aí a gente começa a fazer formação dentro do Núcleo. Oferecemos suporte também aqueles professores que usam plataforma também no presencial. Então, todo nosso sistema, agora, você entrando, já está articulado academicamente. Tanto professor de EAD quanto professor de ensino presencial entra na plataforma, usa chats... Está tudo igual. Lá está disponível. Já está vinculado com o Departamento Acadêmico: você digita a nota, já está o histórico escolar. Qualquer aluno pode navegar nessa plataforma. Então, está todo feito, a matrícula está toda articulada, seja ele presencial, seja a distância (En. D2/S).

O Núcleo/Centro EAD tem uma infraestrutura para dar suporte aos professores, incluindo também os professores do presencial que desejem desenvolver habilidades para ofertar disciplinas a distância.

4.5.4 Equipe do Ambiente virtual de Aprendizagem

A equipe envolvida com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que trabalha no desenvolvimento e nas adaptações da plataforma Moodle, busca desenvolver a plataforma de forma a refletir a identidade e o vínculo de quem a idealizou, possibilitando maior liberdade de criação, porque se todas as plataformas forem iguais, conseqüentemente, haveria um engessamento, não favorecendo a criação pedagógica.

A equipe responsável pelo AVA trabalha, basicamente, para operacionalizar as atividades relativas aos ambientes virtuais de aprendizagem. O trabalho, comumente, é desenvolvido em parceria com as coordenações de curso, porque precisa ser dialógico com os professores. O desenvolvimento desse trabalho refere-se aos aspectos técnicos desses ambientes, mas é necessário entender um pouco mais do contexto pedagógico e sobre o que os professores desejam para conseguir desenvolver o desenho instrucional dos ambientes virtuais de aprendizagem. O diretor D4, da região Centro-Oeste, apresentou o técnico em audiovisual, que explicou o processo:

A partir dessa conversa que sempre temos com as coordenações de curso e de maneira mais específica, com os professores de disciplinas, é construído um documento, que chamamos de “Guia de Estudo”. A partir da criação desse guia de estudo, a equipe técnica começa a trabalhar. E envolve os técnicos na área de Diagramação do Material. A depender do caso, envolve o pessoal da Arte, que, de repente, tem que trabalhar alguma identidade visual diferenciada dos materiais que chegam. A equipe que trabalha com os ambientes virtuais em si, que costumamos chamar de “Modeladores”, pegam esse “Guia de Estudo” e vão estruturar as disciplinas no ambiente virtual. A partir dessa estruturação de disciplinas, a equipe AVA volta a dialogar com os professores, porque é o momento de sentar junto e olhar o que a equipe técnica fez (En. D4/CO).

Em casos específicos, é necessário envolver os Analistas de Sistemas, Desenvolvedores, o que vai depender muito de cada especificidade do curso, de cada momento, de cada disciplina, do desejo de cada professor. A equipe do AVA é constituída pelos seguintes profissionais:

Design instrucional, Web designers, três da área da comunicação, que trabalham muito com a identidade visual. Eu costumo dizer que eles são artistas, porque desenham à mão e fazem um protótipo, muitas vezes, até chegar [...] ao computador. Contamos com a equipe que trabalha com a administração e modelagem do ambiente virtual, 1 profissional responsável pela diagramação, a equipe de infraestrutura de todos esses sistemas, que são aqueles que dão suporte na parte de infraestrutura e de redes. [...]. Na verdade, a maioria deles já tem pós-graduação ou pós-graduandos. Então, nós temos um contexto interessante nesse sentido (En. D4/CO).

Essa equipe é comumente das áreas de Comunicação e Tecnologia da Informação, com formação em computação e redes.

O diretor D1, da região Centro-Oeste, explica a importância de que cada curso construa a sua plataforma Moodle, para evitar o distanciamento e a caracterização de ser uma modalidade à parte:

[...]. Eu acho que tem que gerar pesquisa. Para gerar pesquisa tem que estar na Unidade Acadêmica. O que eu percebi era que a EAD era tratada como uma modalidade à parte, que era o curso da UAB. Aquela coisa, o curso da UAB fica lá na UAB! Então, [...] estando na Unidade Acadêmica você acaba gerando pesquisa, porque a graduação pode fazer pesquisa, a pós pode fazer pesquisa. Eu estou caminhando um pouco nessa direção. Então, nós temos aqui uma *estrutura acadêmica, acadêmica* e não uma unidade à parte e não um núcleo de produção de material didático. Aliás, eu sou contra, porque acho que isso engessa, acho que cria certa homogeneização, que não me agrada na EAD. Todos os cursos tem a mesma plataforma. É fórum [...], tudo igual! (En. D1/CO).

De acordo com o depoimento anterior, a descentralização dos processos e a participação efetiva da Unidade Acadêmica para favorecer a pesquisa são elementos fundamentais para o desenvolvimento da modalidade. Dessa forma, entende-se que os cursos EAD são da Universidade, com o fomento da UAB.

Destaca-se que a parte de recursos humanos, do ponto de vista do modelo proposto para a EAD, a equipe envolvida atende de alguma forma à demanda, mas o quadro funcional, muitas vezes, não tem profissionais para suprir as necessidades. Se houvesse recursos humanos para atender a modalidade EAD, as bolsas não teriam sentido de existir. Além disso, à modalidade EAD demanda certo nível de especialização de alguns profissionais que não fazem parte do quadro da Universidade.

Atualmente, exigem-se especificidades que vieram agregadas à evolução tecnológica, tipo um design instrucional; um profissional de programação mais voltado para o pedagógico, que são profissionais que não existem no quadro da Universidade. Esses profissionais fazem falta no cenário da educação a distância, porque ela exige outras competências das pessoas, e os quadros das universidades não dão conta disso. Nessa situação, o fomento da UAB é fundamental, porque é a única forma de suprir essa carência, mas não é o melhor caminho.

Em continuidade ao levantamento sobre os participantes das equipes envolvidas em EAD, buscou-se apreender como ocorre a participação de bibliotecários na modalidade a distância.

4.5.5 A participação e a possibilidade de atuação dos bibliotecários na EAD

A participação dos bibliotecários na modalidade EAD, apresentada a seguir, retrata a experiência prática dos atores envolvidos. Primeiro, destaca-se o ponto de vista dos Diretores de EAD e, posteriormente, o dos bibliotecários.

Segundo o diretor D1, da região Centro-Oeste, a participação do bibliotecário na EAD se efetiva da seguinte forma:

De bibliotecário? Na verdade, onde é que eles entram? Somente na organização do acervo. Tanto nas Unidades Acadêmicas como na minha eu trago alguém. Eu faço um trabalho muito próximo à Biblioteca, porque eu não tenho só interesse na biblioteca física; eu tenho interesse na biblioteca virtual. Muito. Demais!

E na parte do planejamento, no nascimento dos cursos, os bibliotecários não participam?

Não. Na verdade, não participaram, porque a Biblioteca era aquela coisa. Funcionava lá no polo, sob-responsabilidade do mantenedor, e ele quem dá o livro. Quando nós começamos a ter as primeiras avaliações do INEP é que isso começou a se constituir numa preocupação. Esse é um dos aspectos da avaliação. Isso fez com que a gente se aproximasse mais. Hoje, eles já participam mais do planejamento, já vêm para as minhas reuniões de coordenadores. Eles disponibilizam normas sobre o uso da biblioteca no ambiente, junto com o nosso pessoal. Quer dizer, eles me ajudam a organizar (En. D1/CO, grifo nosso).

Conforme indicado, a participação do bibliotecário ocorre em nível superficial. Sua atuação é tímida e, também, como não existe uma articulação de bibliotecários nas Universidades para atuarem nos cursos a distância, essas atividades, quando ocorrem,

são agregadas às atividades diárias na rotina do bibliotecário. Não existe um planejamento.

O diretor D2, da região Sul, apresenta a atuação da Biblioteca Universitária no início dos cursos a distância na Universidade:

Quando começamos a discutir isso, [contamos com a participação] da equipe da biblioteca para saber como é que trabalharíamos com esses cursos. Então, no início, sim! De vez em quando, temos essa integração. Agora, estamos em outra integração, porque [tem] muito material, e como essa produção tem que ir catalogada para um ambiente [...]. [Nós estamos] discutindo a construção desse setor agora, mas não têm especificamente [nada concreto]. Eles participam de alguma formação inicial, mas isso não é agora. Isso já entrou em um regime, e já sabemos como funciona a biblioteca para dar suporte aos cursos a distância (En. D2/S).

Conforme exposto acima, houve uma interação logo no início, mas como a biblioteca existente no polo é de responsabilidade do mantenedor, a Biblioteca sede não participa diretamente. De vez em quando ocorre uma integração.

O diretor D2, da região Sul, apresenta a sua visão sobre a participação do bibliotecário no surgimento dos cursos EAD:

No momento da definição do curso, ali, acho que não tem um espaço ainda, porque você vai discutir assuntos muito específicos da área de formação de um currículo, perfil. Não é ainda, o atendimento às demandas de curso. Eu acho que isso vem antes. Então, você coloca as condições necessárias para isso.

- Olha, eu preciso que coloque o atendimento da Biblioteca! Aí, é hora de se fazer!

- Dá para fazer esse atendimento?

- Quais são às necessidades? Isso é uma coisa que se discute, às vezes, nesse âmbito, mas não tem essa participação [do bibliotecário] nesse momento. Pelo menos no nosso caso, ainda não tem. Eu não sei se no momento da definição e estruturação do projeto político-pedagógico é o momento, mas logo que o projeto político-pedagógico [apresenta] as suas necessidades, aí, sim, a Biblioteca é uma [necessidade]. **Aí, essa discussão é central na Universidade. Não fica a cargo específico de atender um curso a distância. Isso tem que ser discutido globalmente, em âmbito da Universidade, não mais com a Coordenação UAB, e sim com a Administração Central; [...] às necessidades de atendimento desse setor para [suprir] todas as demandas da Universidade. Eu acho que não precisa ser diretamente, no momento em que institucionalmente pensa isso. Agora, o parecer final de alguma coisa é a Câmara de Ensino de Graduação, que trabalha uma Pró-Reitoria de Graduação. No momento que é aprovada, é o momento desse setor chamar o departamento, a Biblioteca que está vinculada a esse setor, para fazer a discussão no atendimento das necessidades** (En. D2/S).

Essa discussão sobre a participação da Biblioteca Universitária deve ser discutida com a Administração Central. O diálogo com os Centros/Núcleos EAD contribui de alguma

forma para o desenvolvimento de colaboração ou prestação de serviço, mas essa é uma discussão maior, no âmbito da Universidade.

O diretor D4, da região Centro-Oeste, apresenta as seguintes observações com relação à participação dos bibliotecários nas equipes EAD de uma Universidade referência na modalidade a distância:

Não. O que existe são os bibliotecários do campus da Universidade, porque eles tomam conta de tudo, tanto presencial quanto o EAD. O que existe é que cada polo tem pelo menos um técnico de biblioteca no polo (En. D4/CO).

Os bibliotecários do campus da Universidade atendem à modalidade tanto presencial quanto à distância, destacando-se o compromisso da Universidade em relação à Biblioteca. Portanto, mesmo não existindo normas estabelecidas, subte-se que os alunos EAD são regulares e que as Bibliotecas Universitárias fazem parte desse processo.

Foi possível perceber pelos depoimentos dos diretores de EAD que os bibliotecários da sede não participam da modalidade EAD e que não houve uma preocupação em envolvê-los nesse processo, em razão do acordo assinado entre as partes, no qual a responsabilidade referente à estrutura da biblioteca e a sua manutenção é dos municípios com a Prefeitura.

Acrescenta-se que a Biblioteca Universitária deve se articular para desenvolver formas de atendimento diferenciadas dentro de sua estrutura para o aluno EAD, porque ele faz parte da Universidade e não pode ser tratado como um aluno “com os direitos restritos à estrutura dos polos”.

Nesse contexto, há de se pensar no papel do bibliotecário e na maneira que ele poderia atuar de forma a contribuir com a modalidade EAD.

A seguir, revela-se a percepção dos bibliotecários em relação às possibilidades de atuação.

O bibliotecário B6, da região Centro-Oeste, apresentou assim o seu ponto de vista:

[...] nós temos vários recursos que o bibliotecário pode trabalhar diretamente com o aluno numa equipe multidisciplinar, seja na organização da

informação, no apoio de desenvolvimento de conteúdos, de documentos digitais na catalogação. É claro que a catalogação é diferenciada na criação de estratégias de uso dessas informações. São várias as atividades. Vai depender muito da integração com as necessidades da equipe, **porque, às vezes, nós temos essa questão de trabalhar os materiais e o mais importante na EAD não são os materiais em si; é a aprendizagem.** A aprendizagem pode utilizar vários materiais e diferentes recursos. [...] isto não aconteceria com o objeto educacional que fosse devidamente catalogado nos padrões internacionais que tivesse aquelas características que permitisse uma interoperabilidade, um incentivo à aprendizagem do aluno, à progressão, à interação, à participação do aluno na construção do conhecimento. Ele demanda um enfoque diferente das nossas atividades tradicionais. Ele demanda um enfoque mais centrado na aprendizagem, não no próprio material. **Então, o bibliotecário atua com seus conhecimentos técnicos, mas também como um educador. Nós costumamos dizer que aqui na biblioteca nós somos educadores. Como técnicos também, somos funcionários técnico-administrativos. Não somos docentes, mas somos profissionais da educação.** O bibliotecário numa equipe multidisciplinar atua como educador, estaria aplicando seus conhecimentos técnicos na promoção de estratégias de recursos de pesquisa e acesso à informação como parte da comunidade acadêmica da EAD, articulado com a equipe (En. B6/CO).

Destaca-se que a participação do bibliotecário na EAD precisa de um olhar diferenciado. A atuação seria direcionada para o aspecto do bibliotecário educador, no sentido de o bibliotecário oferecer um suporte pedagógico¹⁴ para o aluno EAD. Ou seja, participando do processo de ensino e desenvolvendo atividades, como treinamentos, para capacitar os alunos a aprenderem a pesquisar, para que desenvolvam habilidades e consigam selecionar, filtrar e acessar informações relevantes, tornando-se cada vez mais autônomos.

Explica Schweitzer (2007, p. 83): “O bibliotecário deve ser o educador, capacitando os usuários a se tornarem permanentemente autônomos para fazer suas pesquisas com eficiência e eficácia nos sistemas de informação automatizados.” Esse aspecto em relação ao aluno EAD e à biblioteca precisa ser trabalhado, porque na prática o que vem acontecendo é a disponibilização de informação por meio dos catálogos on-line, base de dados. A atuação do bibliotecário como educador na modalidade EAD precisa ser pensada, de forma a contribuir para o desenvolvimento da utilização dos recursos informacionais por esses alunos.

¹⁴ **Suporte pedagógico** é o conjunto das estratégias e atividades concebidas e realizadas pela Biblioteca/bibliotecário que contribuam para que os alunos adquiram os conhecimentos e as competências desenvolvendo capacidades, atitudes e valores em relação a sua formação para a busca, apreensão, seleção e avaliação da informação. Para isso, a biblioteca necessita capacitar os usuários para que desenvolvam essas competências.

Em outra perspectiva, apresentada pelo bibliotecário B1, da região Sudeste, ressalta-se a participação dos bibliotecários no desenvolvimento de políticas:

[...] Um bibliotecário vinculado à Universidade do Sistema de Bibliotecas, numa parceria com o Centro de Educação a Distância, poderia atuar na proposição das políticas em relação ao Sistema de Bibliotecas [...], que estabeleçam normativas básicas para cada uma das funções de qualquer BU; porque a biblioteca do polo, o serviço que ela oferece para o aluno da EAD da graduação, por exemplo, é o mesmo que a Biblioteca do campus oferece, mas tem que haver uma parceria do Centro de Educação a Distância, Sistema de Bibliotecas e Diretoria do Sistema de Bibliotecas da Universidade. Isso não concretizado, o bibliotecário não tem como atuar, porque ele está amarrado à estrutura da Universidade [...] (En. B1/SE).

A proposição de políticas precisa ser discutida em nível mais amplo e as outras esferas envolvidas precisam participar, porque quem detém a responsabilidade da biblioteca polo é a Prefeitura.

Outra possibilidade de participação do bibliotecário, segundo o ponto de vista do bibliotecário B2, da região Sudeste, apresenta os seguintes aspectos:

Eu acho que ele tem que atuar junto à coordenação. Deve ser um dos membros junto à coordenação, colaborar na elaboração desse material. Ele tem que fazer com que a biblioteca faça parte do curso, que o aluno a distância tenha a necessidade de usar a biblioteca ou tenha a consciência de que aquela biblioteca está disponível para sua utilização, [no sentido de mostrar para o aluno EAD], que a biblioteca existe para atendê-lo e os [recursos] que a biblioteca pode oferecer. O bibliotecário tem que atuar na capacitação dos tutores presenciais, principalmente porque são pessoas que formaram em faculdades pequenas no interior e já formaram há mais tempo e que não têm a prática de uso da biblioteca. É isso o que a gente vê, e que são [pessoas] extremamente importantes nessa relação com o usuário final, que é o aluno (En. B2/SE).

O bibliotecário precisa, portanto, interagir com a Coordenação de Cursos e encontrar formas para que a Biblioteca participe de alguma forma da modalidade EAD, no sentido de despertar a consciência dos alunos de que a Biblioteca existe para ser utilizada, oferecendo recursos, seja no formato impresso ou on-line. Com relação à capacitação do tutor presencial, este profissional torna-se o elo entre o aluno, o polo e a biblioteca da sede, porque os bibliotecários ainda não foram contratados nos polos e a necessidade de informação dos alunos a distância precisa ser atendida. Essa situação não é a ideal, porém foi a forma encontrada para resolver questões pontuais, enquanto os bibliotecários dos polos não são contratados.

A atuação do bibliotecário na EAD pode ocorrer de diversas maneiras, conforme explica o bibliotecário B3, da região Sul:

Vejo de diversas maneiras [a atuação do bibliotecário]. Desde a informação, transferência como no preparo do material. Temos que tomar muito cuidado, por exemplo, na questão de plágio. O bibliotecário já poderia fazer toda essa pesquisa se o material contém plágio ou não. O software autoplágio consegue captar o texto. Você tem que analisar aqui a normalização do material: se as tabelas estão corretas, as figuras são plágios, se está sendo citada a fonte; enfim, toda essa parte de normalização e recuperação da informação. Para os que escrevem [o material didático] o bibliotecário poderia participar em várias etapas: preparar, ajudar nas oficinas presenciais, metodologia científica porque ela vem totalmente em EAD, mas têm detalhes que você não consegue passar por escrito; o aluno tem dúvida ali, então nas oficinas de metodologia científica [a oportunidade de esclarecer as dúvidas] (En. B3/S).

Destaca-se que a tecnologia permite identificar os aspectos mais amplos relacionados ao plágio, mas determinadas especificidades precisam do apoio do profissional para a sua identificação. Ressalta-se que nem todas as questões relacionadas ao processo de ensino/aprendizagem são apreendidas a distância: para o esclarecimento de dúvidas, os momentos presenciais são fundamentais para solucionar questões específicas, as quais o bibliotecário tem capacidade de atuar.

O bibliotecário B6, da região Centro-Oeste, explica:

Nós restringimos, por exemplo, ao suporte que nós damos aos cursos pela proximidade física, para oferecer materiais impressos, embora nós ofereçamos outros recursos. Mas poderíamos oferecer mais que isto. Poderíamos articular com as outras bibliotecas e oferecer treinamentos, fazer mais visitas *in loco*, desenvolver outros recursos para acesso, dar suporte maior para estes alunos e para as próprias equipes de tutores. Este é meu entendimento (En. B6/CO).

A participação da Biblioteca na EAD poderia ocorrer de forma mais ativa, mediante a articulação com outras bibliotecas, para oferecer treinamentos e suporte aos alunos e tutores. No entanto, a falta de recursos humanos é um dos impeditivos para essa ação, como pode ser visto:

[...] a dificuldade com recursos humanos é um fator prejudicial nesse sentido. Nós temos aqui hoje uma demanda de bibliotecários que está suprida temporariamente por dois bibliotecários [...]. E recebemos recentemente mais duas bibliotecárias. Nós trabalhamos com um déficit de pelo menos cinco bibliotecários para as atividades básicas, o que prejudica as atividades que poderíamos programar além do básico, planejar e desenvolver. A educação a distância é uma delas. A Universidade, com o currículo que tem com a educação a distância, nós entendemos que já poderia ter pelo menos uma seção que contemplasse o trabalho com a educação a distância, que desse uma assistência maior. Mas a falta de recursos humanos, infelizmente, pesa (En. B6/CO).

Observa-se que o bibliotecário pode atuar de diversas formas, na perspectiva dos bibliotecários, mas a falta de recursos humanos é um aspecto que interfere no desenvolvimento das ações, porque para planejar novos serviços precisa de recursos humanos capacitados.

Nesse sentido, percebe-se que com o desenvolvimento das tecnologias exige-se do bibliotecário a disponibilização rápida da informação no formato digital, o que demanda certas competências e habilidades, por exemplo, bibliotecas digitais e atualizar sites com informação nova e atualizada. O bibliotecário B2, da região Sudeste, explica como essa questão se apresenta no contexto das bibliotecas:

[...] O ideal é a Biblioteca ter um bibliotecário especializado em Tecnologia da Informação e Comunicação. Não dá para ser todo mundo! Eu preciso continuar a catalogar a obra, atender um usuário tradicionalmente, mas eu preciso de um bibliotecário que saiba fazer um site, mesmo que não seja [em HTML] [...] Então, um dos bibliotecários de referência cuida disso. [...] Nós temos blog, facebook, e o bibliotecário faz a manutenção da nossa página.

E o bibliotecário se capacitou onde?

Ele fez cursos à parte para isso. Então, hoje nós temos: um estagiário, que trabalha diretamente comigo, que faz digitalização de obras; só faz digitalização de obras. Então, digitalizamos obras que precisamos para a EAD e colocamos disponíveis no GRUDE e [também] outras obras que podem ser disponibilizadas no formato digital. [...] Nós precisamos de [capacitação em tecnologia] e também precisamos do tradicional. Nós precisamos ter uma bibliotecária de referência, aquela que pega, que ensina e que vai à estante. Eu acho que hoje nós temos espaços na biblioteca para bibliotecários com diferentes perfis (En. B2/SE).

O bibliotecário B3, da região Sul, acrescenta sobre os aspectos tecnológicos:

Com tanta atualização tecnológica específica, não fomos formados para tal, mas podemos agregar muitas coisas. Por exemplo, hoje em dia as pessoas são autodidatas nessa questão, saber ou conhecer tecnologia é muito de curiosidade. Vai do perfil de cada um [...] (En. B3/S).

É possível, a partir dos pontos de vista apresentados, considerar que os cursos de formação acadêmica na área de Biblioteconomia não preparam o bibliotecário com relação às novas tecnologias, fazendo com que o profissional não tenha o perfil para atuar da forma adequada no mercado de trabalho. Um dos motivos pode ser pelo processo de rápida atualização e alterações tecnológicas, que podem se constituir em um empecilho para que esse processo se efetive. Nesse sentido, o bibliotecário não pode ficar preso às restrições dos currículos; tem que ser autônomo e buscar sua capacitação de outras formas, para atender às exigências do mercado de trabalho.

Assim, o bibliotecário precisa estar aberto e atento às questões colocadas à profissão, de forma a enfrentar os desafios impostos, ter iniciativa e interagir com o coordenador de curso e os professores EAD, porque é por meio desse envolvimento que se articulam as ações que, de alguma forma, contribuem para o desenvolvimento de novas possibilidades de atuação.

No próximo tópico, explica-se como ocorre a interação entre a Biblioteca/bibliotecários e os participantes da EAD.

4.5.6 Interação entre a Biblioteca/bibliotecários e os participantes da EAD

A Biblioteca precisa relacionar-se com os segmentos envolvidos com a modalidade EAD, para ficar ciente das exigências e necessidades do curso e dos alunos, bem como acompanhar o seu desenvolvimento. Dessa forma, espera-se que consiga oferecer recursos informacionais no formato tanto impresso como digital. Além disso, pode oferecer suporte pedagógico no sentido de orientar e capacitar os alunos quanto à localização, filtragem e análise da informação, confiabilidade etc. Para que essa ação se concretize, a interação entre o pedagógico e o informacional é fundamental, de forma a viabilizar formas de atuação que contribuam com a qualidade da educação. Dessa forma, por intermédio dos participantes da pesquisa, buscou-se compreender como essa questão se efetiva.

De acordo, com o bibliotecário B2, da região Sudeste, o processo de interação entre a biblioteca e os participantes da EAD se efetiva da seguinte maneira:

Os professores são da própria faculdade ou do Centro Pedagógico. Os tutores, nós temos uma relação muito estrita com eles, porque no início de cada curso ou toda vez que é substituído, que começa um novo tutor, ele vem à Biblioteca e faz um treinamento. Principalmente o tutor, que fica lá na cidade o tutor presencial, que vai ser um grande elo entre o aluno e a biblioteca. Independente disso, o aluno também nos procura para solicitar livros, levantamento bibliográfico, orientações sobre normalização. E preparamos também material para o tutor trabalhar com esse aluno lá; preparamos apostila de normalização para trabalhar com o aluno nos polos
(En. B2/SE).

O processo de interação da Biblioteca é mais representativo com relação ao tutor presencial, que fica no polo, porque ele conhece as necessidades do aluno EAD, devido

à proximidade. Dessa forma, o tutor presencial torna-se um elo entre o aluno a distância e a Biblioteca.

Em depoimento apresentado pelo bibliotecário B3, da região Sul, percebe-se que os cursos ficam muito concentrados no material produzido e disponibilizado:

A interação é pequena. O aluno de EAD usa biblioteca virtual eventualmente. Se é da cidade, ele vai à biblioteca para usar o espaço físico. Por exemplo, para usar o wi-fi. E aqui, na nossa biblioteca, temos o empréstimo de notebooks, netbook, enfim. Então, a pessoa vem e aproveita esse espaço. O aluno de EAD tem a biblioteca dele no Moodle ou, então, já no acesso geral da biblioteca. Ele raramente vem à Biblioteca [...]

Como eles preparam o seu material, não usam muito a biblioteca física, e sim a biblioteca virtual. Tanto o professor, quanto o tutor, quanto aluno, é pouquíssimo em nossa biblioteca o uso desse público. [...] Quando tem uma oficina que eles têm que vir no dia da prova, aí eles procuram a biblioteca. Ao contrário, não (En. B3/S).

Destaca-se que existe um esforço para o desenvolvimento do material pedagógico, e os alunos concentram-se mais atenção no material preparado, recorrendo muito pouco ao acervo físico da Biblioteca, razão pela qual prepondera a utilização virtual.

Na mesma perspectiva, B2, da região Sudeste apresenta a seguinte observação:

Como o curso a distância tem o material didático muito bem elaborado – ou seja, ele cobre toda a grade curricular –, o aluno só tem necessidade de biblioteca quando chega [o momento] da preparação da monografia. Nessa hora, você vê o aluno nos pedindo coisas aqui. Antes disso, [quero dizer que], além do material cobrir bem a grade [curricular], ele é muito extenso. No curso presencial, eu não acho que o aluno leia tudo. Ler a quantidade de material que o aluno a distância tem que ler. Ou seja, é um material muito denso. O aluno da graduação [modalidade presencial] normalmente não tem que lidar com um material tão denso (En. B2/SE).

De acordo com o ponto de vista do entrevistado, justifica-se que o processo de interação com a Biblioteca seja pequeno, porque o aluno utiliza os materiais disponibilizados via Moodle e acessa a biblioteca virtual.

De acordo com o bibliotecário B6, da região Centro-Oeste, a parte administrativa dos Núcleo/Centro EAD costuma interagir com a biblioteca:

A parte administrativa costuma também nos procurar sempre: algumas demandas, algumas necessidades. Têm uma articulação grande com os professores, contatos com o diretor de EAD, coordenadores e professores. Então, temos essa facilidade de interação, inclusive com os tutores, até pela proximidade física nossa (En. B6/CO).

Quanto ao processo de interação entre os diretores, coordenadores e professores com a biblioteca em relação às orientações e recomendações sobre a modalidade EAD, o bibliotecário B6, apresenta as seguintes observações:

As orientações são informais, não temos nada registrado que venha regularmente informando da abertura de um novo curso, da demanda necessária que esse curso vai passar. Entretanto, realizamos reuniões e oferecemos o suporte necessário, conforme as demandas de material bibliográfico, de visitas orientadas, de treinamentos de portal e base de dados, que recentemente nós ministramos treinamentos do portal de periódicos, dos recursos disponíveis (En. B6/CO).

Dessa forma, a equipe pedagógica e a informacional precisam dialogar para tentar encontrar soluções de maneira que os alunos não fiquem apenas restritos ao material pedagógico do curso, que tem um caráter mais norteador do que conclusivo. O papel da biblioteca é permitir que o aluno tenha acesso a outros tipos de recursos informacionais, oferecendo condições para o desenvolvimento das pesquisas, e que estes possam tirar suas próprias conclusões, por meio da avaliação, comparação e análise do pensamento de outros autores.

No entanto, conforme revelam os depoimentos, o processo de interação é pequeno e essa relação se efetiva com os coordenadores de cursos e tutores presenciais, porque é por meio dessa integração que a participação da Biblioteca/bibliotecário se efetiva. Para isso, o bibliotecário deve atuar de forma integrada e colaborativa, demonstrando as possibilidades e eficiência dos serviços, uma vez que é mediante essa parceria que será possível esse relacionamento entre o pedagógico e o informacional.

Em decorrência dos aspectos apresentados, torna-se oportuno indicar que, segundo Black (2013), para proporcionar melhor articulação entre alunos, professores e tutores com a Biblioteca, o bibliotecário deve assimilar a função social da Biblioteca, como responsável por facilitar o acesso à informação, para proporcionar à comunidade acadêmica que se encontra distante fisicamente ferramentas de comunicação que permitam um processo de ensino e aprendizagem. Reforçando esta perspectiva Blattmann (2001, p. 113) assinala: “Quanto mais recursos as bibliotecas proporcionarem em redes de computadores, mais o uso de seus serviços ocorrerá fora da biblioteca, ocasionado pela demanda dos usuários remotos”. Vale também acrescentar uma recomendação do Referencial de Qualidade do MEC: o projeto do curso precisa prever formas de comunicação e diálogo entre os participantes do processo, de forma a

diminuir a sensação de isolamento (BRASIL, 2007). Essa questão, no que se refere às Bibliotecas Universitárias, torna-se um desafio, porque precisa desenvolver formas para uma maior aproximação e assistência à modalidade EAD.

A seguir, apresentam-se os recursos tecnológicos utilizados pela modalidade EAD dentro das Universidades e revela-se como as bibliotecas estão se atualizando para acompanhar os avanços em relação às tecnologias para o desenvolvimento de suas atividades.

4.6 Recursos tecnológicos para a EAD e a Biblioteca

Na Universidade, a exigência de estrutura tecnológica para a EAD é como a de qualquer outro curso. É importante possuir um sistema integrado de matrícula de diário de classe e registro formal, para ter um conceito referencial nas avaliações do INEP e alcançar a nota mínima, que é 3. A ideia da avaliação é exatamente a mesma do presencial. As pequenas diferenças estão relacionadas, em termos das especificidades da EAD. Dessa forma, é importante contar com um ambiente virtual de aprendizagem e estabilidade, um sistema de *backup* e manutenção de infraestrutura, como *no-breaks*, etc. As Universidades, comumente possuem uma infraestrutura muito grande e contam, de forma intrínseca, com essas tecnologias, atendendo aos requisitos, porque os cursos na modalidade presencial já contam com essa avaliação. De acordo com o diretor D5, da região Sudeste, a Universidade precisa dispor de uma boa estrutura tecnológica, como se apresenta:

A Universidade tem que fornecer toda a infraestrutura tecnológica para que os cursos possam ocorrer. Eventualmente, podemos adquirir recursos para o Centro de Apoio à Educação a Distância, às vezes, para o desenvolvimento de algumas atividades que vem na matriz orçamentária. Mas, normalmente a CAPES não tem financiado material permanente. Isso não tem acontecido nos últimos anos (En. D5/SE).

Na apreensão das informações, foi possível identificar pelos relatos iniciativas de desenvolvimento de plataforma para atender à modalidade EAD anteriores à entrada da UAB, conforme explica o diretor D2, da região Sul:

Nós já temos uma facilidade muito grande em termo das tecnologias, porque quando nós começamos os dois primeiros cursos de graduação no PROLICEN¹⁵, Física e Matemática, nessa época, nós não tínhamos uma

¹⁵ O PROLICEN vem sendo desenvolvido, desde 1980, como um Programa SESu-MEC, visando à valorização de Licenciaturas e a interação da Universidade com a rede pública de ensino.

plataforma. Então, trabalhamos para customizar uma plataforma que atendesse esses dois cursos. A partir da entrada na UAB, em [2008-2009], a Universidade, então, assumiu a plataforma para todos [...]. Então, assim, como o pessoal usa a plataforma Moodle a distância, ela está articulada com a Direção [...], o Departamento Acadêmico, com tudo isso. E, a partir de agora, nós temos uma equipe que a gente chama de “Governança da parte Tecnológica”, que cuida de todos os sistemas.

O Moodle é o mesmo do presencial e a distância, todos esses recursos que vêm para modalidade EAD. Ainda, a gente depende de editais prontos, que eles soltam de vez em quando. Há os editais específicos para compra de materiais específicos [...]. Como a Universidade entrou com essa questão de ter a plataforma do presencial também, todo esse suporte mais tecnológico, das videoconferências, de ter um setor com ambiente e tudo, agora já tem verba. Nesse caso, da própria universidade, dentro da sua ação orçamentária. [Nós não precisamos] mais manter esses ambientes, ter um gerador próprio lá onde fica para poder dar suporte às videoconferências. Então, isso já tem e é da Universidade (En. D2/S).

As considerações do entrevistado apontam que a Universidade precisa investir em tecnologia de ponta, porque trata-se de um espaço onde reúne o ensino, a pesquisa e a extensão. No entanto, essa não é a realidade atual, haja vista que quando a CAPES disponibiliza o fomento os recursos já estão obsoletos. Essa questão é assim explicada pelo diretor D1, da região Centro-Oeste:

[...]. O computador no polo já é obsoleto, e aí se fala em novas tecnologias como se somente a metodologia desse conta. Não! Eu acho que as tecnologias hoje elas podem dar conta de muita coisa, sim: explorar a realidade virtual, explorar as simulações, mas para isso que a Universidade deve abraçar a causa, porque ela pode ser um espaço de criação, digamos assim, de inovação. Que isso, eu penso que não acontece. Eu acho que hoje a gente reproduz os mesmos erros da educação presencial e mazelas, com dificuldades dobradas (En. D1/CO).

Na modalidade EAD, verifica-se a possibilidade de utilizar uma variedade de mídias e de recursos tecnológicos que fazem parte da realidade atual. No entanto, a tecnologia que envolve essa plataforma precisa ser vista como um recurso que pode ser utilizado. O que realmente interessa é a valorização do projeto pedagógico do curso.

Os elementos que fazem parte da infraestrutura tecnológica básica para a EAD são apresentados pelo diretor D2, da região Sul:

[...] internet, webconferências. O Moodle é o AVA utilizado para o ambiente virtual de aprendizado. É utilizado o Moodle, Moodle Provas, tudo isso, tanto a modalidade a distância e o presencial também. [...]. Nós já estamos customizando [o Moodle]. [...] Essa equipe, que é do pessoal da computação, faz toda a questão referente ao “Moodle Provas”, que utilizamos muito bem. Nós temos uma equipe que cuida disso. Nós já estamos indo para a quinta edição do Moodle dentro da Universidade. Tem uma equipe boa que trabalha com isso (En. D2/S).

As tecnologias mais utilizadas na modalidade EAD são apresentadas pelo diretor D1, da região Centro-Oeste:

Para a modalidade EAD, as mídias são: webconferência, o próprio material impresso, videoaulas, aulas CDs, tudo! (En. D1/CO).

O AVA utilizado é o Moodle, Moodle Provas?

Eu só uso o Moodle. Nessa parte da avaliação, eu também sou muito de valorizar o projeto pedagógico do curso e vejo a plataforma muito mais como suporte. Se for para reproduzir o presencial, não precisa da modalidade. Eu tenho incentivado um pouco a inovação nas provas (En. D1/CO).

Corroborando com a parte tecnológica, o diretor D4, da região Centro-Oeste apresenta os recursos tecnológicos utilizados e explica algumas questões referentes ao material bibliográfico digitalizado, acrescentando os aspectos da avaliação e produção de materiais:

Bom, aqui nós trabalhamos com o Moodle, e cada curso desenvolve o seu AVA. E dentro você tem [várias] opções, inclusive material bibliográfico digitalizado [...]. Para a avaliação, alguma coisa é no Moodle e outra é no papel, porque tem uma legislação que diz o seguinte: 60% das provas têm que ser em papel, ainda, mas já existe a possibilidade de você aplicar prova via Moodle ou qualquer outro sistema, com certificação digital. Nós estamos pensando em desenvolver algum programa nessa linha. O aluno vai para o polo; ele senta no computador e tem lá uma câmera, para se identificar, e daqui eu visualizo o aluno lá no local, fazendo a prova. Isso também é presencial. Os avaliadores do INEP ainda exigem a prova que o aluno fez [para comprovar], o que ele escreveu. Nós estamos muito amarrados ainda na legislação superior. Os [recursos utilizados são]: Moodle, Webconferência, os vídeos, fóruns e chats que o Moodle possibilita e o material escrito (En. D4/CO).

A infraestrutura tecnológica exigida para os polos de apoio presenciais fica sob a responsabilidade do mantenedor, que é responsável por oferecer todos os recursos tecnológicos funcionando, sistema sem fio, internet etc., conforme explica o diretor D5¹⁶, da região Sudeste:

[...] Cada polo tem por exigência um laboratório de informática com pelo menos 25 computadores, internet com link mínimo de dois mega, que é uma exigência da CAPES para que os cursos possam ser oferecidos e é mantido pela Prefeitura, eventualmente tem algum aporte ou substituição, feita pelo Fundo Nacional da Educação (FNE), que gerencia essa parte tecnológica (En. D5/SE).

O acesso ao aluno inserido na modalidade a distância aos recursos existentes na Universidade é realizado por meio de um código dentro do Sistema, que possibilita utilizar toda a infraestrutura da Universidade.

Com relação à infraestrutura tecnológica existente nas Bibliotecas Universitárias para a modalidade EAD, as Bibliotecas utilizam os mesmos recursos existentes para a

¹⁶O Pró-Licenciatura, que financiou a compra de materiais para os laboratórios e os computadores existentes nos polos.

modalidade presencial. No entanto, quando precisam desenvolver um serviço diferenciado, o bibliotecário B2, da região Sudeste, destaca que é necessário trabalhar com equipamentos específicos, a saber:

Hoje, nós temos a Web, e-mail específico para a EAD. Outros recursos tecnológicos específicos para EAD não tem. Para o desenvolvimento da Biblioteca Virtual [...] essa que nós atualizamos e disponibilizamos para o Centro de Educação a Distância, refere-se a artigos de periódicos indexados, em torno de 20.000, e cerca de 5000 a 6000 artigos em textos completos [...] Para o desenvolvimento deste serviço, foi necessário: 1 scanner bom, 1 computador potente e um servidor de Web que pertence à biblioteca (En. B2/SE).

As bibliotecas pesquisadas não apresentaram recursos diferenciados para a modalidade EAD, conforme o bibliotecário B3, da região Sul, explica:

Nós temos um parque tecnológico de computadores, impressoras, scanners, [...] o aluno EAD não usa a infraestrutura tecnológica da Biblioteca, porque, ele usa o computador dele em casa ou do polo onde ele está [vinculado]; o aluno de EAD vem muito pouco à Biblioteca, mesmo se for ao polo de sua cidade, porque ele usa o virtual, usa o Moodle. Os professores colocam tudo no Moodle, [é através dessa plataforma, que os alunos EAD] recebem os materiais (En. B3/S).

A infraestrutura tecnológica disponível para a EAD funcionar é um fator crucial para o sucesso da modalidade EAD. Nas Universidades pesquisadas, identificou-se que o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado é o Moodle, que é gratuito e dinâmico, associado a outras mídias como o material impresso e o audiovisual. Ou, também, somado a webconferências ou videoconferências, compõem o ambiente de aprendizagem. O Moodle provas é utilizado de forma parcial, por motivo de liberdade à inovação nas provas e, também, por algumas restrições relacionadas à legislação superior, que exige a avaliação escrita.

Destaca-se que nos últimos anos não houve financiamento para material permanente. O mantenedor dos polos fica responsável por todos os recursos tecnológicos.

A parte de estrutura tecnológica, de forma geral, atende às necessidades básicas, conforme o modelo em vigor. Mas segundo alguns participantes, em algumas situações os recursos não são suficientes para o desenvolvimento de objetos de aprendizagem e a aquisição de novos programas e recursos audiovisuais para a montagem de laboratórios.

Com relação às Bibliotecas Universitárias, verifica-se que em termos de tecnologia utilizam-se os mesmos recursos da modalidade presencial. Entretanto, caso haja

situações em que a Biblioteca/bibliotecário queira desenvolver um trabalho diferenciado em relação à EAD, pode utilizar os recursos existentes nos Centro/Núcleos EAD. Estes dispõem de infraestrutura tecnológica e de recursos humanos específicos e podem orientar no desenvolvimento das atividades.

A seguir, apresentam-se as atribuições, desafios e incentivo da instituição em capacitar o bibliotecário na modalidade a distância.

4.7 Atribuições, desafios e incentivo da Instituição na EAD

A principal atribuição da Biblioteca Universitária é reconhecer a modalidade EAD. O fato de que os alunos à distância pertencem à Universidade faz com que o bibliotecário tenha como responsabilidade compreender essa situação. O depoimento do bibliotecário B2, da região Sudeste, revela-se da seguinte forma:

Acho que atribuição ela já tem. Todo o aluno na faculdade é usuário da biblioteca, entendeu? É reconhecer isso. [...] A Biblioteca tem que reconhecer que toda a comunidade de um projeto de EAD, de um curso de EAD, é um usuário em sua Biblioteca. E ela tem que ir lá perguntar:

- O que você precisa?
- O que eu posso fazer para estar inserido no curso? (En. B2/SE).

É preciso compreender que o aluno EAD tem os mesmos direitos e deveres do aluno presencial, embora ele não esteja presente fisicamente. Essa questão ainda não é muito clara. Há necessidade de abertura para essa modalidade. Os bibliotecários precisam entender que existe essa situação dentro da Universidade.

O bibliotecário B3, da região Sul, destaca que o desafio corresponde à formação e à capacitação do profissional com relação à EAD: conhecer o perfil dos alunos, a filosofia do curso e o funcionamento da estrutura dentro da Universidade. Cada curso tem uma necessidade diferente. Por isso, é necessário interagir para perceber qual é a melhor forma para agir diante dessa realidade:

O desafio do bibliotecário é ter uma interação e planejamento de curso desde o seu início. Podemos, por exemplo, comprar licenças por serem baratas. Temos que preparar o aluno, e para isso tem que haver um treinamento. Como dar esse treinamento? Vai ter alguém no polo para auxiliá-lo? A preocupação quando se cria um polo EAD é saber se tem computador e quantos serão... (En. B3/S).

Os desafios da instituição direcionam-se para o investimento em tecnologia e na capacitação de recursos humanos, porque a EAD desenvolve o ambiente virtual de aprendizagem e disponibiliza materiais digitais. Em algumas situações, disponibiliza

biblioteca digital. Nesse sentido, os bibliotecários poderiam participar desse processo, mas a capacitação é fundamental.

Outro desafio refere-se ao desenvolvimento de política institucional, conforme explica bibliotecário B6, da região Centro-Oeste:

Ter uma política institucional e ter claramente um setor que trabalhe não só EAD na biblioteca, mas que trabalhe com essas questões diferenciadas na Educação, pela necessidade de apoio que precisa. Formalizar e institucionalizar isto são necessidades que sentimos. Um setor diferenciado e políticas com atribuições claras para poder avaliar os trabalhos desenvolvidos. Um setor que trabalhasse próximo à UAB e mais próximo aos alunos (En. B6/CO).

Com relação às estratégias institucionais que a Universidade precisa desenvolver para que a Biblioteca desempenhe a sua função, o bibliotecário B3, da região Sul, destaca:

[...] é o apoio financeiro da instituição e o apoio técnico administrativo da instituição, porque se ela tiver verba para gastar nisso, mas se não tiver o apoio técnico administrativo para fazer os termos de referência, os pregões, as licitações, tudo em tempo hábil, não adianta. Então, é um conjunto de informações. Precisa também de recursos humanos qualificados, e aqui eu falo da Biblioteca, pois eu tenho que ter um setor de seleção e aquisição muito ágil e também precisa ter a parte tecnológica, pois os e-books têm que ficar acondicionados. É fundamental a base tecnológica. Eu não consigo ver o EAD sem essa base (En. B3/S).

As Bibliotecas Universitárias têm uma responsabilidade com a qualidade dos cursos a distância, porque preenchem lacunas com relação ao ensino tanto na modalidade tanto a distância como presencial. Porém, tornam-se fundamentais a definição de políticas claras e o investimento em tecnologia e recursos humanos. Caso contrário, é muito difícil para a Biblioteca/bibliotecário atuar, porque fica limitado à estrutura que a Universidade oferece. Portanto, a EAD dentro da instituição precisa ser legitimada e institucionalizada no sentido de não ser tratada como um apêndice dentro da Universidade.

A institucionalização da modalidade EAD é entendida como a incorporação da educação a distância nas estruturas organizacionais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), integrando a base orçamentária e o processo de gestão, contribuindo para o desenvolvimento de uma política clara e informando em que condições as Universidades estão ofertando a modalidade a distância, que, talvez, possa até ser configurada como um programa especial. No entanto, é preciso estabelecer normas.

A modalidade EAD dentro das universidades, apesar de vários cursos, está restrita e ainda falta uma discussão mais ampla dessa questão do ensino a distância em todos os espaços. Nesse sentido, é interessante entender de que forma as Universidades estão se articulando para buscar a institucionalização da modalidade EAD.

Conforme o diretor D4, da região Centro-Oeste, essa questão se apresenta da seguinte forma:

Isso é uma coisa a nível nacional. Nós estamos juntos da ANDIFES e está se articulando junto ao MEC na estrutura superior. Está sendo escrito uma legislação diferenciada para a contratação de professores nas Universidades. Se isso acontecer, nós já podemos transformar esses tutores em professores diferenciados na Universidade. Esse nome ainda não está designado, mas é bem possível que em curto prazo essa figura de tutor, da maneira como está sendo posta, se encerre. As contratações serão por dentro da própria Universidade. Isso é uma parte da institucionalização (En. D4/CO).

O aspecto acima mencionado, com relação a criação de legislação específica para transformar tutores em professores diferenciados nas Universidades e a previsão de contratações se efetivarem em sua estrutura, seria um avanço para a modalidade EAD.

É importante destacar que, ao se pensar em institucionalização, a Universidade precisa responder a algumas perguntas, conforme observa o diretor D1, da região Centro-Oeste, a saber:

- Eu quero mesmo atuar?
- Em que termos e em que condições?
- Com que fomento?

Somente com o fomento do Governo Federal e da UAB é pouco! É preciso que a Universidade tenha políticas internas de fomento, via edital, que seja, para produzir material didático, para avaliar os cursos, para promover uma educação de qualidade [...] a distância (En. D1/CO).

Além dessas questões, D1 advoga sobre algumas particularidades que são essenciais para a manutenção da modalidade EAD: as viagens do professor; a vinda do aluno e a participação do aluno naquilo que a Universidade tem de melhor, que é o campus.

Eu acho que o campus é rico pra caramba! Eu respeito que:

- Ah! O aluno pode? Não.

Eu acho que a vivência do campus, eventos de extensão, eventos de pesquisas, as palestras. O convívio do campus é o maior barato, independentemente da tua idade. Quando você entra [na Universidade], é estudante. Pode ter 50 ou 60, não importa! Você vira estudante. Então, eu acho que a universidade tem que ter uma política clara de acolhimento ao estudante a distância, levando em conta as especificidades da EAD (En. D1/CO).

No entanto, o diretor D5, da região Sudeste, explica a participação dos alunos EAD nas atividades da Universidade:

Sim, tem situações que conseguimos fomento da própria Universidade para trazer os alunos e ter capacitação, seminários de EAD. Às vezes uma formação específica de um workshop que tem num determinado departamento, e alguns alunos são selecionados para vir, aqueles mais adiantados no curso, que já então conseguem participar e acompanhar as ações mais elaboradas. Não é trivial trazer os alunos. Não conseguimos fazer isso todo o dia e toda a hora, tanto por eles como pelo recurso, mas é importante que o aluno venha ao Campus Central (En. D5/SD).

Todas essas especificidades precisam ser pensadas. Para sua realização, há de se planejar, de que forma conseguir recursos para a sua execução, porque esse processo refere-se à necessidade de a Universidade assumir a modalidade EAD como educação, esforçando-se para que a mesma qualidade destinada ao ensino presencial seja garantida para a modalidade a distância.

De acordo com as visões apreendidas, destaca-se o fato de que a modalidade EAD ainda sofre preconceito. Ela é vista como algo periférico, tanto que, apesar da experiência que determinadas Universidades já possuem no assunto, existe resistência, conforme relata do diretor D4, da região Centro-Oeste:

[...] ainda há necessidade de reconhecimento interno. Nossos pares são muito resistentes à modalidade EAD [...]. Nós trabalhamos EAD desde 1994 e mesmo assim [enfrentamos] resistência interna. Em termos de qualidade, o pessoal acha que nós somos de terceira. Agora, nós estamos um pouco mais intensificados nisso em termos de avaliações do INEP aos cursos e as nossas notas são as mesmas notas dos presenciais, tanto na prova Brasil que se faz todo o ano. Agora os alunos vão ter que fazer. O EAD faz igual. Não tem diferença. Nós temos vários cursos que já tem reconhecimento nota 5 (En. D4/CO).

Como a educação a distância tem suas especificidades, que levantam uma série de questões com relação às atividades desempenhadas pelos participantes, o diretor D1, da região Centro-Oeste, apresenta essa questão da seguinte forma:

Olha, se a Universidade decide ofertar um curso a distância, ela precisa de professor e não pode estar calcada no tutor. Eu acho que o *tutor tem o seu papel!* E o tutor não é o professor. Desculpa, não é! Ele pode até exercer o papel do professor, mas eu penso que, estando dentro de uma Instituição Pública de Ensino, professor é professor e tutor é tutor. Hoje, o tutor, além de receber uma bolsa ridícula de R\$765,00, ele é o professor. Ele carrega, em muitos casos, o curso nas costas. O professor mal entra na disciplina. Quem acompanha o aluno é tutor; quem corrige atividade de aluno é tutor; quem organiza disciplina é tutor. O professor entra com mil créditos em alguns casos. Em muitos casos, nem os créditos o professor ganha em decorrência da bolsa. Então, eu penso que a regularização do esforço docente, incluindo o tutor, precisa ser repensada, porque senão não vale a pena continuar, porque o aluno a distância não recebe o mesmo tratamento e qualidade do presencial. Quando é que ele vê o professor? Eventualmente, no encontro presencial, e olhe lá! E o que eu percebo, eu não tenho pesquisa que indique isso

claramente, mas por intuição, e é o que eu vejo. A minha observação me indica que o estudante a distância, o professor dele é o tutor e tem professor que ele não vê durante a oferta do curso. Não o conhece e se refere ao tutor inclusive como professor. Então, é uma situação que precisa ser legitimada, porque é um curso que está instituído dentro de uma Unidade Acadêmica e de uma Universidade. Então, o esforço docente, para mim, é um problema (En. D1/CO).

A precarização do trabalho docente se apresenta na prática, entre outras coisas, por meio da baixa remuneração, que se concretiza pelas bolsas, o que contribui para a exclusão de profissionais qualificados e para a falta de reconhecimento profissional. Comumente, na modalidade a distância o professor é contratado para produzir conteúdos e ofertar a disciplina, e a pesquisa não é cobrada. Então, essa é uma questão que precisa ser resolvida, conforme explicado pelo diretor D1, da região Centro-Oeste:

No caso da Universidade, a carga horária do professor não conta na sua progressão porque ele recebe bolsa. Essa precarização da bolsa também tem que acabar ou se institucionalizar, mas a bolsa não deixa institucionalizar, porque fica aquela coisa: ele recebe bolsa, mas aí você pode dizer:

– O pesquisador do CNPq também recebe bolsa? Mas aí é diferente!

O pesquisador do CNPq recebe bolsa para fazer a pesquisa. Então, ele tem grupo de pesquisa, apresenta projeto de pesquisa, produto de pesquisa. No caso da UAB, não! Ele é pago para produzir conteúdo e ofertar disciplina. Ninguém cobra dele a pesquisa. Ele faz se quiser. É lógico que tem professor que faz e tem professor que vai lá, dá as suas aulinhas e vai embora. A bolsa precariza (En. D1/CO).

A rotina encontrada pelo professor em trabalhar dentro da sua carga horária e ainda, incorporar mais as atividades com a modalidade a distância torna-se muito cansativa e necessita de articulação, conforme o depoimento do diretor D2, da região Sul:

Uma coisa muito importante é a questão dessa articulação de não ser trabalho extra para professor que ganha bolsa. Ele vinculado ao seu plano de ensino, discutir essa questão de turmas, a quantidade de polo que ele atende o que significa em termo de turma para ele colocar no seu PAD. Isso é fundamental para a manutenção do EAD desvincular de bolsa.

É serviço extra e não gostaria que visse assim essa questão da formação. Realmente, é muito difícil você dar conta do presencial dentro das 40 horas e ter mais ainda o EAD. É cansativo. Demanda tempo [...]. Eu acho que o principal é isso: desvincular de bolsa e o professor ter às disciplinas dentro do plano de trabalho, dentro das 40 horas (En. D2/S).

Outro aspecto importante apresentado pelo diretor D2, da região Sul, relaciona-se com o trabalho dos tutores:

Em relação ao tutor, tem uma questão: o tutor a distância, normalmente aqui são alunos de pós-graduação ou que já têm bolsa, que têm o complemento ou que não têm nada, também trabalha dentro disso. Agora, uma questão central que aí temos que resolver que é a questão do tutor presencial. Então, esse tutor presencial está lá no polo e, normalmente, ele é um professor que não tem vínculo com a instituição. Ele é professor que faz uma avaliação para ser tutor e, geralmente, é professor do estado ou de algum outro lugar. Aí, pega, então, 20 horas para trabalhar como tutor e recebendo a bolsa de R\$765,00. Isso é complicado em [a nível] nacional de pensar essa função nova, que é

tutor dentro da instituição. [...] Se eu vou olhar ele como professor, que ele é? Porque ele é um professor, o salário está muito aquém, como é que a gente pode vincular isso? Pode até ter dentro do sistema uma bolsa de professor que seja um salário condizente com o cargo. Eu acho que aí tem um nó, que é essa questão desse profissional que é o tutor. Eu acho que isso é uma discussão nacional (En. D2/S).

A situação do tutor presencial e a distância é complexa. O valor da bolsa não condiz com o trabalho. O tutor a distância, comumente, é aluno da Universidade, mas existem tutores a distância que não têm o vínculo com a Universidade. O número é pequeno. Entretanto, nem sempre é possível encontrar profissionais na Universidade disponíveis para atuarem como tutores em determinadas áreas. Essa situação pode ocorrer e a questão precisa ser resolvida de alguma forma, então, a seleção acontece de acordo com a situação que mais se aproxima do ideal.

As atividades desenvolvidas pelos profissionais inseridos na modalidade EAD têm ocorrido sem um ordenamento jurídico que garanta a legitimidade dos profissionais atuantes na área. Os serviços prestados pelos profissionais na modalidade a distância nas IFES são remunerados por meio de bolsas, sem maiores responsabilidades por parte da instituição em relação ao trabalhador, o que é característica do serviço terceirizado, acarretando a precarização das relações de trabalho.

Em algumas das Universidades pesquisadas identificou-se que a equipe envolvida na modalidade EAD é grande, constituída, em sua maioria, por jovens que têm formação em tecnologias. Verificou-se alto nível de especialização e de rotatividade de profissionais, porque o mercado absorve essa mão de obra oferecendo melhores oportunidades de trabalho e retorno financeiro mais atraente.

O MEC tem que repensar essa situação, porque falta reconhecer que a modalidade está constituída como política pública. A partir do momento em que a Universidade opta por ofertar formação a distância, ela tem que pensar nessas implicações. É oportuno lembrar que a luta por uma educação a distância de qualidade é uma causa significativa e importante e que, além disso, há de se pensar na qualificação dos professores, tutores, servidores e suas condições de trabalho.

Quanto à dimensão de pesquisa na EAD, seu desenvolvimento se encontra ainda em sua fase inicial. Estão surgindo agora alguns trabalhos, como pode ser constatado pelo depoimento do diretor D4, da região Centro-Oeste:

Nós estamos ainda engatinhando nisso [enquanto] alunos EAD. Nas pós-graduações da Universidade, existem linhas que pesquisam EAD. Agora que começamos a pesquisar EAD, já temos algumas dissertações já estudando EAD aqui na Universidade. Tem uma linha na Educação... já estão pesquisando a EAD em âmbito geral. Mas, ainda o aluno EAD participando das pesquisas como pesquisador, eu digo que não. *Esse é um ponto fraco nosso, inclusive porque, como o aluno está lá no polo, o vínculo dele com o professor orientador fica mais difícil no sentido de pesquisa, mesmo porque ele é um aluno trabalhador. Ele não se dedica totalmente ao curso, porque não pode fazer isso. Ele tem família para cuidar. Então, ele tem pouco tempo para pesquisar.* Agora, ele tem pesquisado quando vai fazer o TCC, o estágio e a própria disciplina, não de forma que ele possa chamar de pesquisa científica. No sentido dele fazer parte de um projeto de pesquisa na Universidade, isso ainda é um ponto que nós precisamos trabalhar. Agora, nós estamos com o PIBID no EAD. Começamos isso bem recente mesmo. O PIBID já dá a possibilidade de pesquisa, porque existe um vínculo mais intenso com os professores e estudantes, além das disciplinas. O vínculo do professor e do aluno na disciplina é uma coisa, e para pesquisa, a meu ver, é um pouco mais intenso. As avaliações dos cursos têm apontado isso, que a Universidade tem que atuar no tripé no ensino, pesquisa e extensão. A extensão é claro, porque os alunos estão fazendo trabalhos com a sua comunidade que os cursos indicam e exigem. A pesquisa nós temos que incentivar mais (En. D4/CO).

Para incentivar a pesquisa, é necessário ter acesso aos recursos informacionais, e não apenas uma biblioteca que possua uma bibliografia básica, razão pela qual a necessidade de integração com as Bibliotecas Universitárias do campus torna-se essencial, considerando que é o lugar onde se concentram os acervos mais completos. No entanto, o que já foi bem destacado no decorrer do trabalho é a necessidade de bibliotecas digitais/virtuais, porque o aluno a distância apresenta outras necessidades e tem outro perfil.

Assim, em razão dos dados consolidados, tornou-se possível indicar que o nível de envolvimento com as questões referentes à EAD nas Universidades pesquisadas apresenta particularidades. O motivo pode ser que cada instituição tem as suas características próprias, traduzidas em seus aspectos histórico-sociológicos bem como suas tradições e barreiras psicológicas para a aceitação de algo, de certa forma, novo em seu ambiente. A aceitação da modalidade EAD nas Universidades Federais é um processo em construção. No entanto, destaca-se a necessidade de elaborar políticas orientadas para um desenvolvimento efetivo e organizado e a incorporação efetiva da modalidade EAD na realidade das instituições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro.

(SABINO, 2005)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário da EAD nas Universidades Federais pesquisadas apresentou-se complexo e desafiador. Constatou-se que a inserção da EAD no ensino superior significa alteração de padrões culturais e transformações, representando mais do que uma mudança com relação às práticas educacionais que envolvem as tecnologias de informação e comunicação, mas também uma mudança nas formas de ensino e trabalho, envolvendo diferentes atores que, para a sua aceitação no âmbito das universidades, demanda tempo.

Como a modalidade a distância faz parte de uma política pública, a Universidade; ao decidir ofertá-la, tem a responsabilidade de assumi-la em sua estrutura e oferecer condições para sua realização. É evidente que a EAD enfrenta resistência, porque advém de uma política pública vertical, vinculada a decisões políticas e sem discussão prévia com os atores envolvidos.

Ainda que a EAD não se encontre organizada e estruturada dentro das Universidades, as Bibliotecas Universitárias sentem seus reflexos e precisam se organizar para apoiá-la, porque esta modalidade educativa faz parte de sua estrutura. Nesse sentido, é importante refletir que a educação a distância e a educação presencial não devem ser vistas como modalidades antagônicas, mas diferenciadas, com especificidades e características próprias, que não são excludentes.

Em face dos dados da pesquisa, tornou-se possível identificar que as políticas institucionais para a modalidade EAD estão em processo de construção no âmbito das Universidades pesquisadas, evidenciando a forma como as ações norteadoras para a EAD são baseadas nas normas e diretrizes da modalidade presencial. Esse aspecto sofre variações entre as instituições. Algumas se encontram em estágio mais avançado e outras em desenvolvimento. Identificou-se, ainda, a preocupação em não se criar uma diferenciação entre a modalidade a distância e a presencial. No entanto, existem questões específicas a observar, as quais não podem ser tratadas da mesma forma para ambas as modalidades. O que os dados revelam é o fato de que as questões são resolvidas de forma pontual, à medida que precisam ser solucionadas.

Para que a Universidade possa realizar seus objetivos fundamentais, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, a Biblioteca deve ser tratada em sua efetiva centralidade, na medida em que ela se constitui como um dos pilares para o processo de criação e construção do conhecimento. O papel social da Biblioteca garante a liberdade de acesso à informação e sua relevância se apresenta a partir do fato de possibilitar ao aluno ir além daquilo do que é ensinado em sala de aula, permitindo, assim, que este tenha a liberdade de recorrer a outras fontes de informação e traçar o seu próprio caminho. No entanto, a participação das Bibliotecas Universitárias na educação a distância ainda é embrionária, o que permite concluir que não houve uma preocupação marcada em termos do desenvolvimento e de um planejamento que contemplasse todos os aspectos relacionados ao bom funcionamento de uma biblioteca.

Os dados da pesquisa revelaram que não existem diretrizes nas Universidades pesquisadas que orientem a questão de participação das Bibliotecas Universitárias na modalidade EAD. Observou-se, também, a inexistência de uma política a partir das Bibliotecas, que contemple um projeto político-pedagógico que norteie a participação da Biblioteca. Acredita-se que a iniciativa poderia partir das Bibliotecas Universitárias no estabelecimento de um modelo, um desenho ou uma proposta para sua efetiva participação, que vem se confrontando com as dificuldades no atendimento à EAD, e, portanto, têm uma visão ampla de alternativas possíveis para viabilizar a ação da Biblioteca e da Informação na EAD.

Verificou-se que existe um acordo firmado e estabelecido por meio do *Termo de Compromisso* entre os mantenedores do curso, em que a responsabilidade de estruturação das bibliotecas polos, a aquisição de acervo e a contratação do bibliotecário para atuar na biblioteca ficam sob a responsabilidade dos estados e municípios.

Observa-se a presença de elementos que fazem parte do plano ideal, mas na prática essa questão sofre várias interferências, porque estados e municípios, segundo a *Constituição Federativa do Brasil*, têm responsabilidade com a educação básica, o que impede a ação destas instâncias na utilização de recursos destinados à compra de acervo para a educação superior. Outro fator refere-se à contratação do bibliotecário para atuar nas bibliotecas dos polos, em locais onde, em alguns casos, não existe o profissional,

ocorrendo como consequência o descompasso entre as exigências e a realidade. Em face deste quadro, as Bibliotecas Universitárias sofrem os reflexos dessa situação. Em algumas das Universidades pesquisadas, foi possível identificar ações para suprir essa demanda de alguma forma, haja vista que o aluno inserido na modalidade a distância não pode ficar restrito à bibliografia existente na biblioteca do polo; ele tem o direito de usufruir de todos os recursos existentes na Universidade.

Apesar de o aluno de EAD estar inserido em um curso legalmente instituído pela Universidade, tornou-se possível detectar que este discente ainda não foi totalmente incorporado pela instituição, notadamente em termos da questão de acesso à Biblioteca e, de forma específica, no âmbito das Bibliotecas Universitárias pesquisadas, haja vista a ausência de norteamientos políticos para responder às expectativas específicas desse usuário. O que vem ocorrendo é o atendimento da demanda à medida que surgem questões pontuais.

É possível aventar que uns dos motivos para tal situação pode ser a baixa procura de recursos informacionais nas Bibliotecas Universitárias, aspecto motivado pela distância e, também, pela possibilidade de acessarem os recursos disponíveis on-line e o material estar devidamente preparado, que fica no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O reconhecimento e o acolhimento do aluno EAD sob o ponto de vista de acesso aos recursos informacionais apresentam diferentes entendimentos. Com isso, identificou-se que o aluno EAD não usufrui das mesmas possibilidades de acesso que o aluno da modalidade presencial.

Com base nos dados analisados, é perceptível a ausência de planejamento e de integração entre os profissionais do pedagógico e do informacional, revelando que há necessidade de uma maior aproximação entre estes para o estabelecimento de vínculos e a construção de ações que contemplem a dimensão pedagógica quanto a informacional. O estabelecimento dessa parceria poderá repercutir na dinamização, qualidade e desenvolvimento em relação aos cursos inseridos na modalidade EAD.

Acrescentam-se aos aspectos antecedentes os elementos relacionados aos recursos humanos e o estabelecimento de vínculos com relação ao trabalho desenvolvido pelos

participantes da modalidade EAD. Destaca-se que o quadro de pessoal existente ainda é incipiente e não atende às expectativas e necessidades deste modelo de formação.

No contexto da EAD nas IFES analisadas, o que se revela de forma dominante é que os professores que integram a EAD o fazem em caráter voluntário, porque a forma de compensação de sua atuação ocorre por meio de bolsas, fazendo em que, além de trabalhar dentro da sua carga horária na Universidade, pode fazer esse serviço adicional. Há, ainda, a disponibilidade de bolsas para contratar uma mão de obra não existente ou com um nível de especialização que não se encontra no quadro das instituições. Além disso, a modalidade EAD demanda certo nível de especialização de alguns profissionais que ainda não fazem parte do corpo técnico da Universidade.

Ressalva-se, também, que os recursos humanos que atuam na modalidade EAD, em face das condições nas quais ela se encontra instalada, atendem de alguma forma o modelo vigente nas Universidades, na medida em que contemplam às necessidades de ofertar os cursos. No entanto, a forma como ocorrem as relações de trabalho para os profissionais que atuam com a EAD na Universidade foge dos padrões trabalhistas. Os profissionais envolvidos, em sua maioria e com algumas exceções daqueles contratados especificamente para atuar na EAD, recebem bolsas ou recursos de pessoa física, sendo que os valores não condizem com a realidade.

O que ocorre com relação aos recursos humanos é a ausência de regulamentação disciplinadora, fato que não contribui para a qualidade e a manutenção do ensino a distância. A mão de obra torna-se volátil, dificultando a criação de vínculos, o que termina não contribuindo para o desenvolvimento em relação à participação contínua dos envolvidos, que, por não terem estímulos, participam por um período determinado. Em síntese, as condições ofertadas pela modalidade EAD em relação ao trabalhador não são atrativas.

Ressalta-se, também, que a estrutura tecnológica utilizada para a modalidade EAD é idêntica àquela utilizada pela modalidade presencial. No entanto, observou-se a necessidade de investir em tecnologia de ponta, uma vez que a modalidade EAD não pode ficar na dependência dos editais específicos para sua atualização.

Algumas Universidades preocupam-se com o desenvolvimento de uma plataforma que contemple ambas as modalidades de ensino. Em algumas situações, já desenvolveram a Governança Tecnológica. No aspecto tecnológico, as Bibliotecas Universitárias também não apresentaram nenhum aspecto diferenciado em termos de recursos tecnológicos para atuar na modalidade EAD.

É necessário destacar que a Biblioteca/bibliotecário sempre exerceu o seu papel dentro da Universidade. O aspecto principal que se apresenta como limitador refere-se à forma como a modalidade EAD está organizada no contexto da Universidade. Este formato faz com que se repercuta no modelo utilizado, que envolve a necessidade de responsabilidade partilhada, na forma de contratação dos participantes e ausência de definições políticas e de regulamentação, bem como em seus aspectos culturais.

Detecta-se, ainda, a questão de a modalidade receber recursos do governo para sua manutenção, fazendo com que se concretize em uma modalidade que não se encontra integrada em sua plenitude no âmbito institucional, pois para o seu funcionamento depende desse incentivo e, portanto, não é acolhida nos mesmos parâmetros da modalidade presencial. Dessa forma, a Biblioteca sofre os reflexos dessa situação, considerando que ainda se encontram presentes preconceitos e resistência dentro da própria Universidade, de forma que estas questões não são discutidas de forma ampla no âmbito da academia.

Acrescentando-se aos aspectos anteriormente enfatizados, revela-se que as Bibliotecas envolvidas em cursos na modalidade EAD enfrentam dificuldades para o desenvolvimento de ações em relação às Bibliotecas polo, principalmente em decorrência da distância física dos polos e da ausência de recursos financeiros para investir em EAD.

Há, ainda, a questão da contratação da equipe atuante na Biblioteca polo: carga horária de trabalho diferenciada, alta rotatividade de pessoal, dificuldades para a contratação de bibliotecários, várias instituições ministrando cursos nos polos e dificuldades com o controle de acervo patrimonial, que, em algumas situações, precisa ser tombado pela biblioteca sede. Vale destacar: inexistência de contratação de serviços de malote e

correios; falta de capacitação de pessoal nas atividades técnicas; e incompatibilidade de sistemas para empréstimo automatizado, ou ausência deles.

Além das questões já mencionadas, outro aspecto que corrobora para essa situação refere-se à formação do bibliotecário, que não contempla essa discussão, o que termina por não contribuir para o desenvolvimento de atividades diferenciadas para a modalidade a distância. Ao que tudo indica, existe o apego aos recursos tradicionais de informação, fazendo com que não se discutam as formas de trabalho com a informação on-line, bem como as formas de atuação do profissional no contexto a distância.

Os dados da pesquisa apontam uma mudança social e estrutural, por meio das demandas apresentadas contemplando formas diferenciadas de acesso à informação para atender um público que se encontra distante dos grandes centros. Diante disso, a pesquisa revelou um direcionamento para a disponibilização da informação em rede, haja vista que os alunos encontram-se distantes das bibliotecas físicas. Este é um aspecto que precisa ser pensado, notadamente, quanto às formas diferenciadas de disponibilizar a informação para atender esse usuário. Os recursos informacionais on-line são bem eficazes e existe uma demanda para o desenvolvimento de bibliotecas digitais/virtuais. Isso não significa que o formato impresso não seja importante ou que deva ser substituído. Trata-se de meios alternativos para situações diferenciadas.

A importância da modalidade EAD nos cursos de graduação é patente. No entanto, a utilização de modelos flexíveis que não se limitem apenas aos conteúdos apresentados, incentivando o aluno à pesquisa, à investigação e à apreensão crítica da realidade, é essencial. Nesse sentido, a participação da Biblioteca torna-se fundamental, seja no formato tradicional, híbrido ou digital.

A contribuição do bibliotecário com a modalidade EAD ainda é incipiente, porque esse espaço está em aberto e necessita ser pensado para identificar formas de sua apropriação. Com relação à informação digital, pode-se inferir que existe vasto campo para o bibliotecário atuar na EAD. Para que isso ocorra, é preciso que os profissionais despertem para esta modalidade de ensino e percebam que fazem falta nesse cenário e se capacitem. Para que isso aconteça, os cursos de Biblioteconomia precisam repensar os currículos, com o foco em preparar profissionais capazes de administrar a informação

em suportes tanto físicos como digitais, para que estes possam colaborar de forma efetiva com a educação. Observou-se, ainda, que, conforme os elementos advindos das entrevistas com os profissionais bibliotecários, estes não são formados para atuar com a EAD. O profissional fica muito restrito à técnica de organização e tratamento da informação, em um nível mais tradicional. A parte referente à tecnologia e à informação digital ainda não é apresentada de forma eficiente nos cursos de Biblioteconomia. Na realidade, é necessário capacitar o bibliotecário de forma a ser um profissional independente e com condições de desenvolver de forma ágil projetos em nível digital. Porém, o que se verifica na prática é uma dependência da área de Tecnologia. No entanto, acredita-se que a Biblioteca possui uma espinha dorsal, que é a própria noção do princípio pedagógico da informação, que precisa ser revelada, mas esta dimensão deve-se somar ao domínio da tecnologia.

Torna-se importante, pois refletir sobre os aspectos formativos envolvidos na composição de um quadro de disciplinas que coadune os aspectos da tecnologia com a dimensão humana. A Biblioteca inserida na modalidade EAD precisa desenvolver um suporte para atender essa clientela. Do ponto de vista do suporte informacional, os bibliotecários precisam entender de protocolos e de arquitetura da informação e administrar informação on-line, design instrucional, serviço de referência digital etc. O perfil do bibliotecário diante dos avanços tecnológicos precisa ser alterado e reconstruído de acordo com as necessidades e a demanda da sociedade atual.

O suporte pedagógico também não ficaria restrito ao treinamento de usuários para torná-los independentes, e sim ao suporte pedagógico direcionado à formação humana.

Espera-se que este estudo possa contribuir para a abertura de um diálogo sobre o papel do bibliotecário e das Bibliotecas Universitárias e suas possibilidades de atuação na EAD, incorporando novas reflexões e discussões. Acredita-se que no futuro não se tenha a necessidade de distinguir o tipo de modalidade de ensino, bem como os seus participantes.

Ao finalizar a pesquisa, sugere-se a discussão, no nível de planejamento da Universidade, em termos da situação e papel das Bibliotecas Universitárias nesta

modalidade de ensino, bem como trazer e colocar em debate o desenvolvimento de políticas institucionais que direcionem o encaminhamento dos procedimentos a serem adotados em relação à forma de atendimento ao aluno EAD. Torna-se também relevante a discussão relativa à formação dos bibliotecários em face das exigências atuais da educação (modelo presencial e a distância), às potencialidades dos recursos tecnológicos e as suas possibilidades de implementação no âmbito das bibliotecas, bem como à sensibilização dos órgãos mantenedores da EAD no que se refere à questão de pessoal, legislação trabalhista, etc.

Com relação aos alunos inseridos na modalidade EAD, sugerem-se outros estudos, tais como: investigar o perfil do usuário EAD, para entender quais são as principais fontes de informações utilizadas; investigar se os alunos EAD utilizam os materiais disponíveis on-line, como o Portal da Capes e e-books; estudar o grau de satisfação do aluno EAD com o material disponível, impresso ou on-line pelas Universidades.

Em síntese, os dados da pesquisa trazem para o contexto institucional a necessidade de enfrentar os desafios em relação ao público da EAD, à formação dos bibliotecários e, ainda, de forma significativa, às questões da política institucional, de forma que ensino, a pesquisa e a extensão sejam conduzidos com qualidade e dentro dos compromissos defendidos no âmbito das Universidades Públicas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão da EAD no Brasil: reflexos sobre sua institucionalização. In: Fidalgo *et al.*(Org.) *Educação a distância: meios, atores e processos*. Belo Horizonte: CAED, 2013. p. 131- 142.

ALVES, João Roberto. A história da EaD no Brasil. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos. *Educação a distância. O estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 9-13.

ALVES, Lucinea. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo = Distance learning: concepts and history in Brazil and in the world. *RBAAD: Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo*, v. 10, 2011. p. 83-92. Disponível em: < http://www.abed.org.br/revistacientifica/revista_pdf_doc/2011/artigo_07.pdf> Acesso: 19 ago. 2014.

AMANTE, Maria João; PLACER, Ana Isabel Extremerño; COSTA, António Firmino da. As Bibliotecas Universitárias na sociedade do conhecimento: o imperativo da colaboração. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10071/1561>> Acesso: 22 ago. 2014.

AMARAL, N.C. Financiamento da Educação Superior. Estado x Mercado. São Paulo: Cortez; Piracicaba: UNIMEP, 2003.

ARAÚJO, Sarah Mendonça de; FREITAS, Maria Teresa Menezes. O processo de institucionalização da EAD na educação superior: entraves e desafios. In: ESUD 2013 – CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 10. Belém, jun. Acesso em: 29 ago. 2013.

ARAÚJO, Sinay Santos Silva de. *Cultura informacional, representações sociais e educação a distância: um estudo de caso da EaD na UFMG*. 240 f. 2011. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2011.

ARIEIRA, Jailson de Oliveira *et al.* Avaliação do aprendizado via educação a distância: a visão dos discentes. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2009, vol.17, n.63, pp. 313-340. ISSN 0104-4036. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362009000200007&script=sci_abstract&tlng=PT> Acesso em: 24 de jul. de 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). Disponível em: < http://www2.abed.org.br/faq.asp?Faq_ID=8> Acesso em: 05 set. 2013.

AZEVEDO, Maria Inês Nava; AZEVEDO, Paola. Políticas de EAD nos planos de desenvolvimento institucional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9, Florianópolis, 25 a 27 de nov. de 2009. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/36764/Pol%C3%ADticas%20para%20EAD%20nos%20planos%20de%20desenvolvimento%20institucional%20PDI.pdf?sequence=1>> Acesso: 01 jul. 2014.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 78, Abr./2002.

BLACK, Cintia Kath. Relacionando a prática do trabalho bibliotecário com os referenciais de qualidade para a educação superior a distância. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 18, n. 1, p. 169-183, jan./abr. 2013.

BLATTMANN, Ursula; RADOS, Gregório J. Varvakis. *Bibliotecas acadêmicas no ensino a Distância*. Florianópolis: UFSC, 1998-2000. Disponível em: < http://www.ced.ufsc.br/~ursula/papers/bu_ead.html> Acesso: 03 mar. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de lei nº 5.175 de 2009* (Da Comissão de Legislação Participativa) SUG nº 133/2009: estatui marco regulatório para a educação superior. Brasília, 2009. Disponível em:< http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=2CF33FFBE5400A74833AE170C54CEA29.node1?codteor=658440&filename=Avulso+-PL+5175/2009> Acesso: 13 jan. 2014.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 8 de 30 abr. 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 82, maio 2010. Disponível em: < http://www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Resolucao8_BolsasUAB_FNDE.pdf> Acesso: 21 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância*. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_mai_12.pdf> Acesso: 11 fev. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Referências de qualidade para educação superior a distância*. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>> Acesso: 04 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. *Balanco geral da União*. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/seed2004.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Legislação. Disponível em: < Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12907.pdf> > Acesso em: 13 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Comissão Assessora para Educação Superior a Distância. (*PORTARIA MEC nº. 335, de 6 de fev. 2002*): Relatório. [Brasília]: MEC, 2002. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/EAD.pdf>> Acesso em: 11 jan. 2014.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005*. Regulamenta o art. 80 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso: 15 maio 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de dez. de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1996. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm > Acesso: 17 ago. 2014.

BUARQUE, C. A universidade numa encruzilhada. UNESCO, 25 jun. 2003. Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001363/136394por.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

BUSQUET, Leandro Martins Cota. *Bibliotecas Universitárias e o impacto das políticas públicas do ensino superior: o caso do BCG/UFF*. 167 f. Dissertação (Mestrado). Niterói: UFF, 2012.

CAMARGO, Ana Paula Leite de. A aprendizagem por meio de bibliotecas digitais e virtuais. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 348-351.

CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. *Universidade, EAD e software livre*. 2011. Disponível em: <<http://ueadsl.textolivre.pro.br/2011.2/papers/upload/41.pdf>> Acesso em: 04 nov. 2013.

CARVALHO, C. H. A. *A política para o ensino superior no Brasil 1995: ruptura e continuidade na relação entre o público e privado*. Brasília: CNPQ, 2005. Disponível em: <http://www.apufpr.org.br/artigos/2007/20070914_artigo.pdf > Acesso: 13 jun. 2013.

CASSIN, F. H. *et al.* Competências do profissional da informação no processo de tutoria em cursos online. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15, São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2956.pdf> > Acesso: 03 jul. 2014.

CHASTINET, Yone. Participação da comunidade na implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – PNBU. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, n. 6, 1989, Belém. *Anais...* Belém: UFPA, 1990, p. 38-56.

COOPER, R. *et al.* *Library users-needs and expectations: library trends*. [S.l.] Urbana, Summer 1998.

COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira; OLIVEIRA, Roseli Alves de; SCHULER, Darlene T.; SANTOS, Silvana. Sistema de bibliotecas da UFMG polos da EAD. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERISTÁRIAS, 17., Gramado, 2012. Disponível em: <<http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4REK.pdf>>. Acesso: 02 jan. 2013.

CUNHA, Claudia Silveira da. *Ações informacionais nas equipes de produção de educação a distância: possibilidades e importância de atuação do bibliotecário*. 302 f. 2011. Doutorado (Tese). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2011.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. *Ciência da Informação*, v. 29, n. 1, p. 71-89, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n1/v29n1a8.pdf>> Acesso em: 27/06/2010.

DEMO, Pedro. *Pedro Demo e a pesquisa como princípio educativo*. 12 jan. 2009. Disponível em: <<http://pensaeducacao.blogspot.com.br/2009/01/pedro-demo-e-pesquisa-como-principio.html>> Acesso: 02 set. 2014.

DE DEUS, Cássia Costa Rocha Daniel. Evolução das Bibliotecas Universitárias e suas relações com as políticas educacionais no Brasil. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Sistema de Informação, multiculturalidade e inclusão social. Maceió, 07 a 10 de agosto de 2011.

DELORS, Jacques *et al.* (Coord.) *Educação um tesouro a descobrir*: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC, 1999.

DIAS, Rosilâna Aparecida; LEITE, Lígia Silva. *Educação a distância*: da legislação ao pedagógico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DICIONÁRIO de sociologia. Rio de Janeiro: Globo, 1961.

DRUMOND, F. B. *Ouvindo o cliente para o planejamento do produto*. In: CHENG, L. C. QFD: planejamento da qualidade. Belo Horizonte: UFMG, 1995.

FARIA, Adriano Antonio; SALVADORI, Ângela. A educação a distância e seu movimento histórico no Brasil. *Revista das Faculdades Santa Cruz*, v.8, n. 1, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/14/08-educacao-a-distancia-e-seu-movimento-historico-no-brasil.pdf>> Acesso 31 ago. 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1969*. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA, Lusimar Silva. *Bibliotecas Universitárias brasileiras*. São Paulo: Pioneira/INL, 1980.

FERREIRA, Marcello; MILL, Daniel. Institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: desafios e estratégias. In: FIDALGO, Fernando Selmar Rocha *et al.* *Educação a distância*: meios, atores e processos. Belo Horizonte: CAED/UFMG, 2013. p. 143-161.

FÓRUM DAS ESTATAIS PELA EDUCAÇÃO. Projeto: Universidade Aberta do Brasil[200?] Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/universidade.pdf>> Acesso: 12 ago. 2014.

FREITAS, Carlos Henrique Tavares de; ALONSO, Kátia Morosov; MACIEL, Cristiano. Bibliotecários, bibliotecas e educação a distância: um movimento do tradicional para o digital. In; MILL, Daniel; MACIEL, Cristiano. *Educação a distância*:

elementos para pensar o ensino-aprendizagem contemporâneo. Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 221-239.

GALVÃO, Derblay. Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS, UNIVERSITÁRIAS, 5, 1987, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Biblioteca Central da UFRGS, 1987. p. 5-13. v.2

GARCEZ, Eliane Maria Stuart; RADOS, Gregório Varvakis Rados. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação a distância. *Ci. Inf.*, Brasília, v.31, n.2, p.44-51.

GARCEZ, Eliane Maria Stuart; RADOS, Gregório Varvakis Rados. Necessidades e expectativas dos usuários na educação a distância: estudo preliminar junto ao programa de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. *Ci. Inf.*, Brasília, v.31, n.1, p. 13-26, jan./abr. 2002.

GICO, Vânia de Vasconcelos. *Contexto social, estrutura universitária e biblioteca: o caso da UFPE*. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 1990.

GOMES, Luiz Fernando. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 18, n. 1, p. 13-22, mar. 2013.

GOULART, Deise Mazzarella. Analisando a institucionalização. In: ESUD 2013 – CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 10, Belém. Disponível em: < <http://www.aedi.ufpa.br/esud/trabalhos/poster/AT1/114263.pdf>> Acesso: 04 fev. 2013.

JAMBEIRO, Othon; SILVA, Helena Pereira da. A informação e suas profissões: a sobrevivência ao alcance de todos. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 4, ago. 2004. Disponível em http://www.dgz.org.br/ago04/Art_03.htm. Acesso em: 08 maio 2005.

KEARSLEY, Grey. *Educação on-line: aprendendo e ensinando*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

KIPNIS, Bernardo. Educação superior a distância no Brasil: tendências e perspectivas. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 209-214.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul: Educs, 2005.

LEMOS, A. A. B. de; MACEDO, V. A. A. A posição da biblioteca na organização operacional da universidade. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 2, n. 2, p. 167 – 174, jul./dez. 1974.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Tradução de Carlos I, da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LÉVY, Pierre. *Considerações de Pierre Lévy sobre educação à distância*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=08rVXi55yjE>. Acesso em: 04 out. 2010.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G. H.* Coord. Benedito Nunes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

LITWIN, Edith. *Educação a distância*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MAIA, Marta de Campos. *O uso da tecnologia da informação para a educação a distância no ensino superior*. 294 f. 2003. Tese (Doutorado). São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2003. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2463/74603.pdf?sequence=2> > Acesso em: 16 jan. 2014.

MARTINS, WILSON. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca com um capítulo referente à propriedade literária*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Série temas, 49).

MATTOS FILHA, M. F.; CIANCONI, R. B. Bibliotecas na educação a distância: caso do Consórcio Cederj. *Informação & sociedade* (UFPA. Online), v. 20, p. 129-138, 2010.

MATTAR, João. *Guia de educação a distância*. São Paulo: Cengage Learning: Portal Educação, 2011.

MIRANDA, Antônio. *Estruturas de informação e análise conjuntural: ensaios*. Brasília: Thesaurus, 1980.

MIRANDA, Glaura Vasques de; SALGADO, Maria Umbelina Caiafa; AMARAL, Ana Lúcia. *Veredas curso superior de formação de professores: história e estórias*. Belo Horizonte: Liber Livro, 2013.

MOORE, Michael G. Teoria da distância transacional. Publicado em Keegan, D. (1993) *Theoretical Principles of Distance Education*. London: Routledge, p. 22-38. Traduzido por Wilson Azevêdo. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=23&sid=69&UserActiveTemplate=1por>>. Acesso em: 01/06/2006.

MORIGI, Valdir José; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. *Revista ACB*, v.10, n. 2, 2005. Disponível em: < <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/432/551> > Acesso: 01 set. 2013.

MOSTAFA, S. P. *Estudos de usuários ou suco de laranja na biblioteca: notas ordinárias*. Cadernos de Biblioteconomia, Recife, n. 8, p. 7-16, jun. 1984.

MOTA, Ronaldo. *Teia educacional*. 04 jan. 2012. Disponível em: <<http://teiaeducacional.blogspot.com.br/>> Acesso: 03 ago. 2014.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Universidade e informação: a biblioteca universitária e os programas de educação a distância – uma questão ainda não resolvida. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, ago. 2000. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/991/3/ARTIGO_UniversidadeInformacao.pdf> Acesso: 03 mar. 2013.

NOGUEIRA, Danielle Xabregas Pamplona. Educação a distância no Brasil: uma análise histórica das políticas educacionais brasileiras. [20--] Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/72.pdf> Acesso: 31 ago. 2013.

OLIVEIRA, C. C; COSTA, J. W.; MOREIRA, M. Ambientes informatizados de aprendizagem. In: COSTA, J. W. ; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). *Novas linguagens e novas tecnologias: educação e sociabilidade*. Petrópolis: Vozes, p.111-138, 2004.

PRETI, Oreste. A Universidade Aberta do Brasil: uma política de Estado para o ensino superior “a distância”. Cuiabá, NEAD/UAB/UFMT, 2007.

PRETI, Oreste. *Educação a distância: fundamentos e políticas*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2009. Disponível em: <http://www.uab.ufmt.br/uab/images/livros_download/fundamentos_e_politicas.pdf> Acesso: 05 out. 2013.

PRETI, Oreste. Educação a distância e globalização: desafios e tendências. In: _____. *Educação a distância: construindo significados*. Brasília: Plano, 2000. p. 17-42.

PRETTO, Nelson De Lucca; PICANÇO, Alessandra de Assis. *Reflexões sobre EAD: concepções de educação*. Disponível em: <<http://www.proged.ufba.br/ead/EAD%2031-56.pdf>> Acesso em: 30 jun. 2014.

QUIRINO, Raquel; CORRADI, Wagner; MACHADO, Marcela Rosa de Lima. *O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) como proposta de formação universitária no âmbito da UFMG: resultados, desafios e perspectivas*. ESUD 2013 – CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 10. Belém, jun. Acesso em: 29 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.aedi.ufpa.br/esud/trabalhos/oral/AT1/114385.pdf>> Acesso: 04 ago. 2014.

RAILO, Renato. *Atuação do profissional bibliotecário em projetos de e-learning: contribuições segundo suas competências*. 2011. 83 f. Monografia. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/atuacao-profissional-bibliotecario-projetos-elearning/atuacao-profissional-bibliotecario-projetos-elearning.pdf>> Acesso 06 jan. 2013.

REIS, Alcenir Soares dos. *Educação a distância no Brasil: uma leitura sob a ótica da razão jurídica*. 278 f. 2011. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2002.

REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria Rezende. *Informação cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas*. Belo Horizonte: Novatus, 2007.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro Rocha. *Educação a distância e as bibliotecas dos polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil em Goiás*. 131 f. Dissertação (Mestrado). Faculdades Alfa, Goiânia, 2011.

RODRIGUES, Eloy. *Bibliotecas virtuais e cibertecários*. 1995. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/423/1/CIBERPUB.HTM>> Acesso: 25 jun. 2013.

ROVER, Aires J. *A educação a distância no ensino de graduação: contexto tecnológico e normativo*. Santa Catarina: UFSC, [20--?].

SABINO, Fernando. O escolhido. In:_____. *O encontro marcado*. 79 ed. [São Paulo]: Record, 2005. Disponível em:<<http://pensador.uol.com.br/frase/MzMwNDU/>> Acesso: 01 set. 2014.

SARAIVA, Terezinha. Educação a distância no Brasil: lições da história. Em Aberto, Brasília, v. 16, n. 70, abr./jun. 1996. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1048/950>> Acesso 15 ago. 2013.

SCHWEITZER, Fernanda. Os novos perfis dos profissionais da informação nas Bibliotecas Universitárias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, SP, v.3, n.2, p.80-88, jul./dez., 2007.

SEMBAY, Márcio José. *Educação a distância: bibliotecas polos de apoio presencial e bibliotecários*. 171 f. 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SILVA, Edilene Maria da. *A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as Bibliotecas Universitárias*. 103 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://rei.biblioteca.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/188/1/EMS09042013.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2013.

SILVA, Edna Lúcia da ; CUNHA, Miriam Vieira da. A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 3, n. 3, p. 77-82, set./dez. 2002.

SPUDEIT, Daniela F. A. Oliveira; VIAPIANA, Noeli; VITORINO, Elizete Vieira. Bibliotecário e educação a distância (EaD): mediando os instrumentos do

conhecimento. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 15, n. 1, p. 54-70, jan./jun., 2010.

TANNER, Simon. *Bibliotecários na era digital: planejamento de projetos de digitalização, do programa: sistemas de bibliotecas e de informação eletrônica*, v.35, n. 4, p.327 – 337, 2001. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=862410&show=abstract>> Acesso em: 14 jul. 2014.

TENNANT, R. Digital libraries: the digital libraries shortage. *Library Journal*, March 15, 2002. Disponível em: < <http://www.dlib.org/dlib/september06/choi/09choi.html>> Acesso: 17 ago. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Gabinete do Reitor. Portaria GR662/10, de 09 de set. 2010. Dispõe sobre o docente voluntário em educação a distância. São Carlos: UFSCar, 2010.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In: _____ (org.). *Formação do profissional da Informação*. São Paulo: Polis, 2002, p. 117-132.

VIEIRA, Eleonora Milano Falcão *et al.* Institucionalização da EAD nas universidades públicas: unicidade e gestão. *Associação Brasileira de Educação a Distância*, v. 11, 2012. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2012/artigo_05_v112012.pdf> Acesso: 15 jul. 2013.

VILLALOBOS, Ana Paula de Oliveira; TEIXEIRA, Maria das Graças Almeida; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Práticas de EAD na biblioteca: uma perspectiva de ampliação do acesso à informação. In: JAMBEIRO, Othon; RAMOS, Fernando (Org.). *Internet e educação a distância*. Salvador: EDUFBA, 2002. p. 247-259.

WOOD, Elizabeth J. ; MILLER, Rush; KNAPP, Amy. *Beyond survival: managing academic libraries in transition*. Westport, Connecticut, 2007.

ZUIN, Antonio A. S. Educação a distância ou educação distante? O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96 – Especial. p. 935-954, out. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a14v2796.pdf>> Acesso: 01 out. 2013.

APÊNDICE A

Universidades Federais na EAD

QUADRO 6 - Relação das IFES que ofertam cursos de graduação a distância

FURG	Universidade Federal do Rio Grande
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal da Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Bahiano
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVMJ	Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri
UnB	Universidade de Brasília
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá

UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNILAB	Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
URG	Universidade Federal do Rio Grande

APÊNDICE B

Questões para mapeamento das BUs nas Universidades

- 1) O Sistema de Bibliotecas da Universidade X participa de alguma forma na EAD, ou seja, existe alguma política, normas estabelecidas?
- 2) Há algum bibliotecário do sistema atuando junto à Reitoria ou Coordenação da EAD?
- 3) Em relação à aquisição de acervo e orientação de bibliotecário/pessoal técnico que atuam nos polos, vocês participam de alguma forma?
- 4) Qual o elo existente entre bibliotecas sede e bibliotecas polos, ou seja, a interação acontece através dos bibliotecários ou tutores presenciais?
- 5) Como é realizado o empréstimo para os alunos distantes?
- 6) Caso tenha uma pessoa específica dentro do Sistema de Bibliotecas X e que esteja atuando com a modalidade EAD, você poderia me indicar para levantar algumas informações?

APÊNDICE C
Bibliotecários E A EAD - Entrevista

Esta entrevista tem como objetivo obter subsídios para o desenvolvimento da dissertação “**Bibliotecas Universitárias na EAD: processos e trajetórias em discussão**” que está sendo realizada no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. A entrevista visa identificar quais os elementos da política institucional, da estrutura tecnológica e de recursos humanos, vigentes na Universidade e presentes no contexto do Sistema de Bibliotecas, em termos de sua participação no âmbito dos cursos de graduação na modalidade EAD.

Suas respostas serão tratadas de forma estritamente confidencial, preservando-se a privacidade da fonte de informação.

- a) Entrevistado: _____
- b) Local: _____
- c) Instituição/Biblioteca: _____
- d) Formação e tempo de atuação do profissional em Bibliotecas Universitárias? _____
- 1) Quais são, a partir de sua perspectiva, as orientações existentes no Sistema de Bibliotecas, que norteiam às políticas e as normas em relação à modalidade de EAD?
- 2) Qual a experiência da biblioteca em relação a EAD e como vem se realizando? _
- 3) Quais são os recursos humanos envolvidos para atuar com a EAD? _____
- 4) Quais são os recursos de infraestrutura tecnológica disponível? _____
- 5) Qual o tipo de interação que ocorre entre a biblioteca e os seus usuários (os alunos, os professores e os tutores)? _____
- 6) O Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou o documento “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância” o (a) Sr (a) conhece este material? _____
- 7) Quais são os desafios para utilizar o documento do MEC e a efetiva implantação das recomendações indicadas? _____
- 8) Quais devem ser as estratégias institucionais para que isso aconteça? _____
- 9) De que maneira o bibliotecário poderia atuar nas equipes EAD, levando em consideração suas competências e habilidades? _____
- 10) Quais as ações que a Instituição deve propor para capacitar o profissional bibliotecário para atuar na modalidade EAD? _____
- 11) Quais seriam as atribuições e desafios a serem enfrentados pela Biblioteca para atender a modalidade à distância? _____

APÊNDICE D

Coordenadores de EAD – Entrevista

Esta entrevista tem como objetivo obter subsídios para o desenvolvimento da dissertação “**Bibliotecas Universitárias na EAD: processos e trajetórias em discussão**” que está sendo realizada no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. A entrevista visa identificar quais os elementos da política institucional, da estrutura tecnológica e de recursos humanos, vigentes na Universidade e presentes no contexto do Sistema de Bibliotecas, em termos de sua participação no âmbito dos cursos de graduação na modalidade EAD.

Suas respostas serão tratadas de forma estritamente confidencial, preservando-se a privacidade da fonte de informação.

- a) Entrevistado: _____
 - b) Local: _____
 - c) Instituição: _____
 - d) Qual a sua formação e tempo de atuação como Diretor do Núcleo /Centro em Educação a Distância? _____
- 1- Quais são as normas acadêmicas que disciplinam a situação do aluno na modalidade EAD?

 - 2- Há algum caráter distinto para esta modalidade nas normas regimentais? _____
 - 3- Como se constitui a equipe EAD e como se dá o processo de definição dos participantes da equipe? _____
 - 4- Há participação de bibliotecários na equipe de EAD inseridos nos programas de sua Instituição? _____
 - 5- Quais seriam os recursos, em termos de infraestrutura tecnológica, disponíveis para a modalidade de EAD? _____
 - 6- A infraestrutura tecnológica e de recursos humanos atende às demandas da EAD? _____
 - 7- De que forma o Sistema de Bibliotecas poderia atuar junto aos cursos de graduação em EAD? _____
 - 8- Quais são as parcerias que o Centro/Núcleo de Apoio à Educação a Distância estabeleceu ou acha importante estabelecer? Em relação ao Sistema de Bibliotecas como esta questão se coloca? _____
 - 9- O Centro/Núcleo EAD oferece apoio para as Unidades acadêmicas no desenvolvimento de atividades para alunos de graduação EAD? _____
 - 10- Em termos de sua perspectiva quais aspectos dever ser privilegiados para o avanço e/ou legitimidade da EAD na instituição? _____

APÊNDICE E

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PESQUISADORA: Moema Brandão da Silva – E-mail: smoema@ig.com.br
Tels.: (31) 34098805 / (31) 98658271

ORIENTADORA: Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis –
E-mail: alcenirsoares@gmail.com

INSTITUIÇÃO Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da
Escola de Ciência da Informação Universidade Federal de
Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte – MG
Tel.: (31) 3409-6116

TÍTULO DO PROJETO

“Bibliotecas Universitárias na EAD: processos e trajetórias em discussão”

Prezado (a) Bibliotecário (a),

Eu, Moema Brandão da Silva, estou realizando um trabalho de pesquisa que tem como objetivo identificar quais os elementos da política institucional, da estrutura tecnológica e de recursos humanos, vigentes na Universidade e presentes no contexto do Sistema de Bibliotecas no âmbito dos cursos de graduação na modalidade EAD.

Na oportunidade, gostaria de convidá-lo (a) a participar desta pesquisa, concedendo-me, de livre e espontânea vontade, entrevista a fim de identificar particularidades sobre determinados assuntos, para que, no trabalho final, após a sistematização dos dados obtidos tivesse elementos para entender e propor diretrizes para criação de políticas de Educação a Distância nos Sistemas de Bibliotecas Universitárias nas IFES.

Ratifico que a sua participação na entrevista sobre o tema deve ocorrer por sua livre e espontânea vontade. Ressalto ainda que, os dados informados terão garantia de não serem identificados, mantendo o sigilo e o anonimato.

Certa de que as informações acima apresentadas lhe fornecerão os esclarecimentos necessários em relação à pesquisa proposta e, caso haja concordância de sua parte em participar do estudo, solicito que assine o seguinte Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em duas vias, de igual teor (1 cópia ficará em seu poder), conforme descrito a seguir:

Eu _____, portador(a)
do RG.: _____ CPF: _____, compreendo que
minha participação é inteiramente voluntária e, que desta forma, tenho toda liberdade de recusar ou retirar o consentimento sem penalização. Os dados obtidos da minha participação no estudo serão documentados, sendo do meu consentimento que haverá divulgação dos resultados em contexto acadêmico e publicações científicas, quando do seu encerramento, e que o uso das informações em outros suportes e finalidades só será permitido mediante a minha autorização expressa.

Assinatura _____

Endereço: _____

Telefones: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Data e Local: _____

APÊNDICE F
Apresentação dos participantes da pesquisa: Diretores EAD

QUADRO 7 – Apresentação dos entrevistados da pesquisa: diretores EAD

Entrevistado	Formação	Tempo de atuação como diretor de EAD	Outras observações
En.D1/CO	Graduação: Pedagogia Especialização: Educação Continuada e a Distância Mestrado: Educação Doutorado: Engenharia de Produção.	Um ano na aqui na Universidade.	Atuação na área há muitos anos, eu fui coordenadora de um Programa nos anos 90, chamado: Um Salto para o Futuro, em Santa Catarina. O meu mestrado e doutorado também nessa área de EAD, apesar de ser doutora em Engenharia, eu defendi a tese em Políticas Públicas de Educação Superior a Distância, também fiz um sanduíche em Portugal, na Universidade Aberta de Portugal. Eu venho atuando, desde inícios dos anos 90, na educação a distância sistematicamente na educação superior em EAD. Coordenando na UFSC mais de 15 anos, depois fui para o MEC, comecei a atuar na Secretaria da EAD do MEC, depois fui para a CAPES e depois aqui na Universidade.
En.D2/S	Graduação: Física; Mestrado: Física; Doutorado em educação e ciência. Trabalho na área de ensino em física	Tenho um ano e meio de coordenação UAB	Coordenadora do PROLICEN do curso de Física, o primeiro projeto EAD. Tenho uma caminhada, desde 2005 nas questões de EAD.
En.D3/SD	Graduação: Psicologia Mestrado: Administração Pública e Doutorado: em Educação	7 anos	
En.D4/CO		Desde 2006	Professor da Universidade desde 1979
En.D5/SD	Doutorado em: Astrofísica; Graduação em Física	45 dias, mas como coordenador da UAB de 2010 a maio de 2014	

Fonte: da autora, 2014.

APÊNDICE G
Apresentação dos participantes da pesquisa: Bibliotecários

QUADRO 8 – Apresentação dos entrevistados da pesquisa: bibliotecário

Entrevistado	Formação	Tempo de atuação em Bibliotecas Universitárias	Outras observações
En.B0/SE	----	----	----
En.B1/SE	Biblioteconomia	20 anos	Especialista em Políticas Públicas, Mestranda em Administração.
	Biblioteconomia	10 anos de exercício, enquanto bibliotecário na UFMG	Especialista em Recursos hídricos e ambientais, Mestre em Letras, Doutorando em Letras.
En.B2/SE	Biblioteconomia	40 anos na área e há 20 anos na Universidade	Especialização em Formação de Leitores
En.B3/S	Biblioteconomia	20 anos	Mestranda
En.B4/SE	Biblioteconomia	19 anos	Especialização em Gestão Pública
En.B5/CO	Biblioteconomia	40 anos	Mestrado e doutorado em Ciência da Informação
En.B6/CO	Biblioteconomia	7 anos	Mestrado em Educação e Doutorando em Educação e Trabalho

Fonte: elaborado pela autora, 2014.

ANEXO A
Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância

QUADRO 9 - Dimensão 3: INFRAESTRUTURA

Indicador	Conceito	Critério de análise
<p>3.6 Bibliografia básica</p> <p>(Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)</p> <p>Nos cursos que possuem acervo virtual (pelo menos 1 título virtual por unidade curricular), a proporção de alunos por exemplar físico passam a figurar da seguinte maneira para os conceitos 3, 4 e 5: Conceito 3 – 13 a 19 vagas anuais</p> <p>Conceito 4 – de 6 a 13 vagas anuais</p> <p>Conceito 5 – menos de 6 vagas anuais)</p>	1	Quando o acervo da bibliografia básica não está disponível; ou quando está disponível na proporção média de um exemplar para 20 ou mais vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo; ou quando o acervo existente não está informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES; ou quando não existe um mínimo de três títulos por unidade curricular.
	2	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 15 a menos de 20 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	4	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 a menos de 10 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	5	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

Continuação

Conclusão

Indicador	Conceito	Critério de análise
3.7 Bibliografia complementar (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia complementar disponível para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	1	Quando o acervo da bibliografia complementar não está disponível; ou quando o acervo da bibliografia complementar possui menos de dois títulos por unidade curricular.
	2	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, dois títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	3	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, três títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	4	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, quatro títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	5	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
Indicador	Conceito	Critério de análise
3.8. Periódicos especializados (Para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas do primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas. Para fins de autorização, os critérios de análise passam a figurar da seguinte maneira: Conceito 1 – menor que 3 títulos Conceito 2 – maior ou igual a 3 e menor que 6 Conceito 3 – maior ou igual a 6 e menor que 9 Conceito 4 – maior ou igual a 9 e menor que 12 Conceito 5 – maior ou igual a 12)	1	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, menor que 5 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, ou com acervo não atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	2	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 5 e menor que 10 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	3	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 10 e menor que 15 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	4	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 15 e menor que 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	5	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.

Fonte: Disponível em: < http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_maio_12.pdf > Acesso: 30 nov. 2013.

ANEXO B
Curso Nacional de Biblioteconomia

QUADRO 10 - Curso Nacional de Biblioteconomia no Âmbito da UAB

	Histórico da ação de “Produção de Projeto Pedagógico e Elaboração de Materiais Didáticos em EaD para curso nacional de Biblioteconomia no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – DED/CAPES”
2008	CAPES/MEC identificam a necessidade de formar profissionais para atuar nos polos de apoio presencial integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil;
2009	Assinatura do Acordo de Parceria entre CFB e CAPES publicado no DOU em 23/12/2009, visando estabelecer o planejamento e a implementação do curso de bacharelado em Biblioteconomia;
2010	Constituição da Comissão Técnica de Biblioteconomia para o acompanhamento e avaliação das ações de implantação do curso de biblioteconomia – Portaria CAPES nº 117 de 09/06/2010;
2010	Elaboração do Projeto Pedagógico de Biblioteconomia pelos professores especialistas integrantes da Comissão Técnica;
2011	Finalização do Projeto Pedagógico e entrega deste produto à DED/CAPES;
2012	Publicação do Edital CAPES nº 12/2012 para seleção de IES para produzir o material didático em EaD do curso de Biblioteconomia;
2012	Divulgação do Resultado Final do Edital - IES selecionada pela Comissão Ad Hoc: UFRJ;
2012	Publicação da prorrogação do Acordo de Parceria com o CFB, válido até 26/12/2014;
2012	Articulação entre DED/CAPES e UFRJ para realizar o repasse orçamentário a partir das diretrizes do Edital, do Projeto Pedagógico e Parâmetros de fomento da DED/CAPES;
2012	Reunião na CAPES em 24/10/2012 com as equipes da UFRJ, do CFB e da DED para discutir encaminhamentos em relação à execução do objeto;
2013	Assinatura do Termo de Cooperação entre CAPES e UFRJ no valor no valor de R\$ 1.993.705,00, em 18/03/2013;
2013	Empenho do orçamento à UFRJ realizado em 05/08/2013;
2013	Descentralização do recurso financeiro à UFRJ em 31/12/2013;
2014	Parceria entre a UFRJ e a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) para cooperação acadêmica, técnica e científica para o desenvolvimento dos materiais didáticos do curso;
2014	Publicação, pela UFRJ/FUJB, do Edital nº 01/2014 de 20/02/2014 de seleção de autores e leitores – total de 100 vagas: 50 para autores e 50 para leitores dos materiais didáticos;
2014	Análise dos currículos e divulgação do resultado final do Edital nº 01/2014 em 31/03/2014;
2014	Oficinas de capacitação com autores e leitores selecionados prevista para maio de 2014;
2014	Início da elaboração dos materiais didáticos – junho de 2014;
2014	Validação pelas Comissões – setembro de 2014;
2014	Início do processo de editoração dos materiais didáticos pela equipe de Diagramadores, Designer Instrucional, Web Designer, Revisores – setembro de 2014;
2015	Previsão para publicação de Edital de Adesão ao Curso DED/CAPES;
2015	Processo de seleção das IES;
2015	Financiamento para a oferta do Curso;
2016	Previsão de início do curso de biblioteconomia nos polos de apoio presencial do Sistema UAB;

Fonte: CAPES, 2014.¹⁷

¹⁷ Arquivo enviado pela CAPES através de e-mail em 26 mar. 2014.